

ISSN 0104-6344

Revista Terra e Cultura

Publicações do Conselho de Reitores das
Universidades Federais do Brasil

ANO
X
X
I

nº 41



CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA



**ENTIDADE MANTENEDORA:
INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA**

Diretoria:

Sra. Ana Maria Moraes Gomes Presidente
Sr. Rubens Teodoro Gomes Vice-Presidente
Dr. Wellington Werner Secretário
Sra. Lélia Monteiro de Melo Bronzetti Vice-Secretário
Sr. Alberto Luiz Candido Wust Tesoureiro
Sr. José Severino Vice-Tesoureiro
Osni Ferreira (Rev) Chanceler
Eleazar Ferreira Reitor

TERRA E CULTURA

Ano XXI – nº 41 – Julho a Dezembro de 2005

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Leandro Henrique Magalhães

CONSELHEIROS

Ademir Morgenstern Padilha

Dameres Tomasin Biazin

João Juliani

Joaquim Pacheco de Lima

José Martins Trigueiro Neto

Juliana Harumi Suzuki

Maria Eduvirges Marandola

Marisa Batista Brighenti

REVISORES

Júlio Marcos Secco Delallo

Tadeu Elisbão

SECRETARIA

Juliana Gomes Farias

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Wagner Werner

R349

Revista Terra e Cultura: cadernos de ensino e pesquisa, v.1, n.1, jan./
jun., 1985- . – Londrina: UniFil, 1985.

Semestral

Revista da UniFil – Centro Universitário Filadélfia.

ISSN 0104-8112

1. Educação superior – periódicos. I. UniFil – Centro Universitário
Filadélfia

CDD 378.05

Bibliotecária responsável Maria Luiza Perez Nogueira CRB 703/9ª região

CENTRO UNIVERSITÁRIO FILADÉLFIA

REITOR:

Dr. Eleazar Ferreira

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO:

Prof. José Gonçalves Vicente

COORDENADORA DE CONTROLE ACADÊMICO:

Prof^a. Alice Cardamone Diniz

COORDENADORA DE AÇÃO ACADÊMICA:

Prof^a. Damares Tomasin Biazin

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO:

Prof. Nardir Antonio Sperandio

COORDENADOR DE PROJETOS ESPECIAIS E ASSESSOR DO REITOR:

Prof. Reynaldo Camargo Neves

COORDENADOR DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS:

Prof. Leandro Henrique Magalhães

COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO:

Administração	Prof. Luís Marcelo Martins
Arquitetura e Urbanismo	Prof. Ivan Prado Junior
Biomedicina	Prof. Eduardo Carlos Ferreira Tonani
Ciências Biológicas	Prof. João Antônio Cyrino Zequi
Ciências Contábeis	Prof. Eduardo Nascimento da Costa
Direito	Prof. Osmar Vieira da Silva
Educação Física	Prof. Pedro Lanaro
Enfermagem	Prof ^a . Maria Lucia da Silva Lopes
Farmácia	Prof ^a . Lenita Brunetto Bruniera
Fisioterapia	Prof ^a . Suhaila Mahmoud Smaili Santos
Nutrição	Prof ^a . Ivonete Barros Nunes de Oliveira
Pedagogia	Prof ^a . Marta Regina Furlan de Oliveira
Psicologia	Prof ^a . Denise Hernandez Tinoco
Secretariado Executivo	Prof ^a . Izabel Fernandes Garcia Souza
Sistema de Informação	Prof. Adail Roberto Nogueira
Tecnologia em Proc. de Dados	Prof. Adail Roberto Nogueira
Teologia	Prof. Rev. Silas Barbosa Dias
Turismo	Prof ^a . Thais Berbert

Rua Alagoas, nº 2.050 - CEP 86.020-430
Fone: (0xx43) 3375-7400 - Londrina - Paraná

www.unifil.br

EDITORIAL

Dando continuidade ao processo de reformulação, a Revista Terra e Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa chega ao seu número 41. Na edição anterior, realizamos mudanças em seu aspecto físico, com alterações no formato, capa e tipo de papel. Após participação no II Encontro de Autores e Editores, quando tivemos contato com editores e profissionais que atuam em diversas instituições do Brasil, avançamos na modernização do periódico, que agora conta com ficha catalográfica e sumário em inglês, objetivando ampliação do público leitor. Além disso, seguindo os parâmetros estabelecidos pelos editores presentes no evento, dividimos os artigos por núcleo, respeitando as especificidades do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Com isso pretendemos aproximar os pesquisadores, autores e leitores que atuam em áreas afins, além de estreitar os vínculos entre publicações e produção científica institucional, ao respeitar a divisão proposta pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e aprovada em reunião do CONSEPE. O próximo passo será a reformulação do Conselho Editorial, que terá como papel definir os parâmetros de qualidade da revista.

Em relação aos artigos publicados, o turismo está representado com dois trabalhos, um dos quais aborda os fatores de hospitalidade em estabelecimentos de saúde e o outro a constituição do conceito no capitalismo e seus vínculos com o mundo do trabalho. Seguindo esta linha, temos o resultado de pesquisa da Profa. Angela Maria de Sousa Lima, que trata da crise do sindicalismo no mundo contemporâneo. No núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Tecnológico e Empresarial – NEPDTE, encontramos artigos variados: um voltado para a análise da importância do capital humano nas organizações, outro que avalia a importância do sub-sistema físico nas organizações e, por fim, uma análise do desenvolvimento de softwares a partir de padrões de projetos da plataforma J2EE.

A área de educação está representada por resultados de projetos desenvolvidos na instituição: as experiências com o Núcleo de Apoio Pedagógico e com o Projeto de Educação Básica do Instituto Filadélfia, confirmando o papel do periódico como meio de divulgação dos resultados de pesquisa desenvolvidas na UniFil. Temos ainda um artigo que vincula a literatura infantil e a matemática e um estudo sobre os vínculos entre distribuição de renda e criminalidade.

No Núcleo de Estudos e Pesquisas em Saúde e Qualidade de Vida – NEPSV, há um artigo que aborda as dificuldades encontradas por portadores de necessidades especiais no âmbito profissional e familiar. Há ainda uma pesquisa sobre a dependência em relação ao tabagismo e um estudo introdutório, realizado pelas professoras Jocelaine Martins da Silveira e Simone Aparecida Marton, a respeito da terapia comportamental. Completamos este conjunto com um artigo que aborda a prevenção da lombalgia em gestantes a partir da fisioterapia aquática. Para finalizar, apresentamos um trabalho que aborda a importância de se investir em jardins botânicos, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo – NEPAU.

Esperamos que a nova disposição dos artigos e as mudanças que vem acontecendo possibilitem uma leitura ainda mais agradável. E preparem-se, pois em breve estaremos levando a público a edição de número 42.

Conselho Editorial

SUMÁRIO

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - NEPCSA

HOSPITALIDADE E A BASE DO SISTEMA: ÊNFASE PARA INDICADORES DE HOSPITALIDADE EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE 15

HOSPITALITY AND THE SYSTEM BASIS: EMPHASIS ON INDICATORS OF HOSPITALITY
IN HEALTH-CARE CENTERS

Vanina Heidy Matos Silva
Nilma Morcerf de Paula
José Paulo Laganá Pinto

TURISMO DE MASSA: UMA CONSTRUÇÃO DO CAPITALISTA..... 23

MASS TOURISM: A CAPITALIST CONSTRUCTION

Patrícia M. Castelo Branco
Leandro Henrique Magalhães

A “CRISE” DO SINDICALISMO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO, DA GLOBALIZAÇÃO E DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA 30

THE CRISIS OF UNIONISM IN THE CONTEXT OF NEO-LIBERALISM, GLOBALIZATION
AND PRODUCTIVE RESTRUCTURE

Ângela Maria de Sousa Lima

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E EMPRESARIAL - NEPDTE

9

APLICAÇÃO DE PADRÕES DE PROJETO NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE 47

APPLICATIONS OF PROJECT STANDARDS IN THE DEVELOPMENT OF SOFTWARE

Sérgio Akio Tanaka
Marcos H. Pansanato

A IMPORTÂNCIA DO SUB-SISTEMA FÍSICO NO MODELO DE NEGÓCIO..... 53

THE IMPORTANCE OF THE PHYSICAL-OPERATIONAL SUB-SYSTEM IN THE
MANAGEMENT MODEL

Emerson Marcelo dos Santos
Felipe Roberto Fais
Hideraldo Storer
Marcela de Mattos
Solange da Rosa

CAPITAL HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS: A VANTAGEM COMPETITIVA 58

HUMAN RESOURCES IN MODERN COMPANIES: THE COMPETITIVE EDGE

Luiz Fabiano Gomes
Marco Aurélio Frasson
Paulo Roberto Ambrósio
Roger Lanza
Roselaine Meire Marine
Adalberto Brandalize

R
E
V
I
S
T
A

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS - NEPE

A MÁQUINA DE CRIAR HISTÓRIAS: UMA EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA DO PROJETO PROEB – PROJETO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO INSTITUTO FILADÉLFIA 73

STORY-MAKING MACHINE

Emilio Giachini Neto
Marta Regina Furlan de Oliveira
Márcia Luciene Goretti Tresse
Maria Angélica Pedrotti

LITERATURA INFANTIL E MATEMÁTICA JUNTAS: UMA PARCERIA EM FAVOR DA EDUCAÇÃO DESAFIADORA..... 80

LITERATURE AND MATHEMATICS: A PARTNERSHIP IN FAVOR OF A CHALLENGING EDUCATION

Janaina Fátima Moreira

NAPE: NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - UniFil 91

NAPE - NUCLEUS OF PEDAGOGICAL SUPPORT

Karina de Toledo Araújo
Simone Varela
Marta Regina Furlan Oliveira
Márcia Luciene Goretti Tresse
Maria Angélica Pedrotti
Pereira Emilene Dias
Patrícia Ap. da Costa Marcolino

A LÓGICA DE UM CRIMINOSO: RAZÕES AXIOLÓGICAS DA FORMA VIOLENTA DE DISTRIBUIR RENDA 97

THE LOGIC OF A CRIMINAL: AXIOLOGICAL REASONS FOR THE VIOLENT FORM OF WEALTH REDISTRIBUTION

Joaquim Pacheco de Lima

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA - NEPSV

LIMITAÇÕES DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS AUDITIVAS QUANDO DA SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE E NO TRABALHO, BEM COMO SUA INTERAÇÃO COM A FAMÍLIA 103

LIMITATIONS OF BEARERS OF SPECIAL AURAL NEEDS WHEN INSERTED INTO SCHOOL AND WORK

Greicy Rondon
Luciene Rodrigues
José Antônio Baltazar

TABAGISMO 115

SMOKING

Marcela Hirata
Patrícia Helena Napolitano Ramos

TERAPIA COMPORTAMENTAL: UMA INTRODUÇÃO 119

BEHAVIORAL THERAPY

Jocelaine Martins da Silveira
Simone Aparecida Marton

10

R
E
V
I
S
T
A

**EFICÁCIA DA FISIOTERAPIA AQUÁTICA APLICADA A GESTANTES
PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA LOMBALGIA – REVISÃO
SISTEMÁTICA 127**

EFFICIENCY OF WATER THERAPY AS APPLIED TO PREGNANT WOMEN TO PREVENT
AND TREAT LOW BACK PAIN – A SYSTEMATIC REVIEW

Ana Cristina Lamezon

Ana Lydia Valvassori Ferreira Patriota

**NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ARQUITETURA E
URBANISMO- NEPAU**

JARDIM BOTÂNICO: UM INVESTIMENTO ESSENCIAL 135

BOTANICAL GARDENS: ESSENTIAL INVESTMENT

Agnaldo Kupper

**NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EM CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS – NEPCSA**

HOSPITALIDADE E A BASE DO SISTEMA: ÊNFASE PARA INDICADORES DE HOSPITALIDADE EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

*Vanina Heidy Matos Silva¹
Nilma Morcerf de Paula²
José Paulo Laganá Pinto³*

RESUMO

É apresentado um ensaio teórico a respeito da hospitalidade, a partir do modelo de sistema. Apresenta-se uma análise teórico-filosófica de alguns autores sobre o que seria a base da hospitalidade: o dom e a dádiva. Também são abordados os domínios da hospitalidade, que estão divididos em: hospitalidade doméstica, pública, comercial e virtual. E, com base em alguns indicadores propostos a partir de um relatório de visitas que foi utilizado em estabelecimentos de saúde, faz-se uma análise do que poderia ser considerado como um indicador de hospitalidade em clínicas médicas.

PALAVRAS-CHAVE: Hospitalidade; Dádiva; Indicadores; Saúde.

ABSTRACT

A theoretical essay regarding hospitality from the system model is presented. A theoretical-philosophical analysis of some authors is presented on what would be the basis of hospitality: the gift and the donation. Also, the realms of hospitality are approached and they are divided into domestic, public, commercial and virtual hospitality. And an analysis is made of what could be considered an indicator of hospitality in medical clinics, based on reports used by medical establishments.

KEYWORDS: Hospitality, Donation, Indicators, Health.

Introdução

O que é um sistema? “É um conjunto de elementos entre os quais haja alguma relação, ou a disposição das partes ou dos elementos de um todo coordenados entre si, que funcionam como uma estrutura organizada” (FERREIRA, 1986). E também pode ser “A combinação das partes coordenadas para compor um todo”. (LAROUSSE, 1992).

Já a definição de hospitalidade, na Língua Portuguesa, seria a de “hospedagem, qualidade de hospedeiro”; em seqüência, hospedagem seria o “ato de hospedar”, retomando o ciclo de que hospedeiro seria “quem hospeda” (FERREIRA, 1986).

TELFER (2004) define o termo hospitalidade como a oferta de alimentos e bebidas e, ocasionalmente, acomodação para pessoas que não são membros regulares da casa.

1 Mestranda e bolsista CAPES do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em São Paulo. Bacharel em Turismo (UNIP). Docente em Curso Técnico de Hotelaria (SENAC). E-mail: vaninaheidy@yahoo.com.br

2 Doutora em Administração de Empresas pela EAESP-FGV. Mestre em Administração Hospitalar pela Faculdade São Camilo de São Paulo. Especialização em Metodologia da Pesquisa na Área de Saúde pela UFMT. Bacharel em Nutrição pela UFRJ. Docente e Orientadora do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (UAM), em São Paulo. E-mail: nilma@anhembibr

3 Graduando em Psicologia pela FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), em São Paulo. Diretor da Care Service Consultoria Securitária, corretora especializada em seguro saúde corporativo. E-mail: careservice@uol.com.br.

Segundo DIAS (2002, p.102) "...a palavra hospitalidade inicialmente significava o tratamento cordial oferecido a amigos, estranhos ou estrangeiros, convidados para um lar". Conceituando ainda, hospitalidade também seria:

A prestação, gratuita ou não, de serviços obtidos normalmente por uma pessoa em seu próprio lar, mas que, por não possuí-lo ou por estar dele ausente, temporariamente, não os tem à sua disposição. Basicamente abrange leito e/ou alimentação. Quando são oferecidas acomodações para repouso ou descanso, caracteriza-se a hospedagem, quer seja ou não acompanhada de refeições. Ao se oferecer apenas refeição, existirá hospitalidade, mas não hospedagem (BELCHIOR e POYARES apud DIAS, 2002, p.102).

Pensando na concepção de um sistema que envolvesse os estudos da hospitalidade e suas definições, pode-se dizer que o conjunto de elementos desse sistema seria: dar, receber e retribuir (GODBOUT, 1997). A relação desses elementos aconteceria entre o hospedeiro e o hóspede, que formariam, então, a estrutura organizada chamada de sistema de hospitalidade. Os vários significados das palavras podem conter definições mais claras para auxiliar no entendimento desse sistema. Seguem algumas delas e suas variações a partir do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986): Dom: dádiva, presente, mérito, merecimento, poder. Dádiva: aquilo que se dá, donativo.

Um Pouco de Filosofia

"A generosidade é a virtude do dom" (SPONVILLE, 1995, p.97). Esse filósofo compara a generosidade com a justiça, explicando que ambas as virtudes dizem respeito às nossas relações com outrem, sendo que a generosidade é mais subjetiva, mais singular, mais afetiva, mais espontânea, ao passo que a justiça é mais objetiva, mais universal, mais refletida e mais intelectual. A generosidade parece dever mais ao coração ou ao temperamento, e a justiça deve mais ao espírito ou à razão, finalizando que a primeira está além de qualquer texto, além de qualquer lei. Só precisamos de generosidade na falta do amor, e é por isso que, quase sempre, precisamos.

Amar ao próximo como a si mesmo? Se pudéssemos, para que a generosidade? Só precisaríamos dela justamente com nós mesmos. E para que nos mandar amar, se não podemos? Só se pode ordenar uma ação. Portanto não se trata de amar, mas de agir como se amássemos (SPONVILLE, 1995, p.108).

Descrevendo ainda outra virtude, a gratidão é a mais agradável delas para SPONVILLE (1995), não se dá sem perda, por isso a generosidade se opõe ao egoísmo, e o supera. Mas e receber? A gratidão não nos tira nada; ela é o dom em troca, mas sem perda e quase sem objeto. A gratidão nada tem a dar além do prazer de ter recebido. "Se a gratidão nos falta com tanta frequência, não será, de novo, mais por incapacidade de dar do que de receber, mais por egoísmo do que por sensibilidade?" (MOZART apud SPONVILLE, 1995, p.146).

Agradecer é dar; ser grato é dividir. Essa alegria é nossa, diz SPONVILLE (1995). O egoísta pode regozijar-se em receber, mas seu regozijo é seu bem, que ele guarda só para si. Que importância têm os outros? Por isso o egoísta é ingrato: não porque não goste de receber, mas porque não gosta de reconhecer o que deve a outrem (e a gratidão é esse reconhecimento), e porque não gosta de retribuir (e a gratidão retribui com o agradecimento), e também porque não gosta de partilhar, porque não gosta de dar.

Então o que dá a gratidão? Ainda SPONVILLE (1995), retrata que ela dá a si mesma: "...como um eco de alegria pelo que ela é amor, pelo que ela é partilha, pelo que ela é dom". Complementa, em oposição, que a ingratidão não é a inca-

pacidade de receber, mas a incapacidade de retribuir um pouco da alegria recebida ou sentida (é por isso que a ingratidão é tão freqüente).

Nesta mesma obra de SPONVILLE (1995) são descritas e ensinadas outras dezesseis virtudes, dentre as quais cita-se: polidez, fidelidade, prudência, temperança, coragem, justiça, compaixão, misericórdia, humildade, simplicidade, tolerância, pureza, doçura, boa-fé, humor e amor. Não desvalorizando as anteriores, as duas apontadas, a gratidão e a generosidade, seriam as mais importantes como parte da base sobre a qual se está construindo a hospitalidade, seu estudo e seu sistema.

O modelo do dom, conforme GODBOUT (1997) descreve, divide-se em três obrigações já citadas anteriormente (dar, receber e retribuir) que serão exemplificadas a seguir.

O dar seria próprio daquele que recebe o outro; dá alimento, espaço, proteção e segurança. Nesse momento usa-se ainda a fórmula do “sinta-se em casa... (mas não se esqueça de que você não está na sua casa)”. O receber aplica-se a duas dimensões: àquele que é recebido (recebe o acolhimento, e naturalmente traz presentes, vinho e dá a si mesmo - ele seria uma dádiva), e àquele que recebe (acolhe, aloja; é aquele que dá em um primeiro momento, mas recebe a dádiva do convidado). Naturalmente há o convite em retribuição, mas não se deveria receber com propósito de esperar retribuição, podendo então situar o retribuir no que a pessoa oferece quando é recebido. Encontrar-se-ia dádiva nos três momentos.

A Dádiva tem Memória

Quando GODBOUT (1999) inicia seu livro “O espírito da dádiva” indagando aos leitores: A dádiva existe (ainda)? Pode-se ter certeza de que as reflexões que viriam a seguir não seriam de descrever a dádiva como na definição de virtude. Segundo ele:

O homem moderno aceita que o acusem de muitas coisas, mas certamente não de ser ingênuo (...) O homem moderno é realista. Sabe portanto o que se esconde por trás da dádiva. Sabe muito bem que o que motiva a produção e a troca dos bens não é o altruísmo ou a generosidade, mas o interesse material; que a política não é uma questão de ideais e sim de poder e de violência, e que os afetos não são comandados pelos sentimentos, mas fundamentalmente pelo sexo (GODBOUT, 1999, p.11).

Para aqueles que estudam a hospitalidade, que tentam entender sua base partindo do que seria o “dom” e logo mais a “dádiva”, essa realidade do homem moderno poderia até mesmo atemorizar ou desestimular a continuidade desse entendimento. Conhecer o que realmente se esconde por trás dos gestos e atitudes do ser humano já seria bastante complexo, quanto mais pensar que hospitalidade pode ser também um gesto de hostilidade e interesse.

Então qual seria o primeiro pensamento vindo à mente a respeito da dádiva? Alguns pensam em caridade, outros em beneficência, ou até mesmo em generosidade. Mas fala-se também que a dádiva deu lugar à comercialização, ao calculismo e ao egoísmo.

Em relação ao mercado, pode-se dizer que é uma espécie de dádiva cindida, dividida, separada, reducionista e sem memória.

A dádiva conserva o vestígio dos relacionamentos anteriores, para além da transação imediata. Ela tem memória própria, ao contrário do mercado, que só conserva do passado o preço, memória do vínculo entre as coisas, e não o vínculo entre as pessoas (GODBOUT, 1999, p.197).

Outras palavras e expressões de uso comum que ilustrariam a ruptura que funde a modernidade seriam:

Reconhecimento, palavra com duplo sentido, que significa: o reconhecimento que recebemos em virtude de um movimento dos outros em direção a nós mesmos; e o reconhecimento que manifestamos em relação a alguém em um movimento em direção ao outro.

Hospitalidade, palavra composta de ambigüidade, designa o “receber” como fato de acolher alguém em casa, mas também, o fato de dar/oferecer alguma coisa: hospitalidade, uma refeição, etc. Receber alguém é dar-lhe algo. O mercado procura criar condições de trocas de bens entre estranhos iguais.

Confiar significa oferecer nossa confiança a alguém, dá-la, então a esse alguém, mas não possuí-la (...) “Devo muito a ele”. Fora do contexto econômico, significa “ele me deu muito”. Ou seja, graças a essa pessoa, vivo melhor, resolvi certos problemas sérios, etc. Isso exprime o que se recebe e não o que se deve a essa pessoa. “Devo muito a ele, significa o contrário de devo-lhe 10 dólares”. (BENVENISTE apud GODBOUT, 1999, p.198).

Os Domínios da Hospitalidade

Tornou-se quase impossível falar em hospitalidade sem citar os estudos de CAMARGO (2003) que descreve de maneira muito clara os domínios da hospitalidade, dividindo-a em quatro categorias: doméstica, pública, comercial e virtual. A hospitalidade doméstica ocorre quando se recebe em casa, envolvendo maior complexidade do ponto de vista de ritos e significados. A hospitalidade pública é aquela que acontece em decorrência dos direitos de ir e vir, podendo ser entendida tanto no cotidiano da vida urbana (que privilegia os residentes), quanto do ponto de vista dos turistas e do político (migração). A hospitalidade comercial é designada, habitualmente, para hotelaria e restauração (em função do turismo). A hospitalidade virtual é aquela na qual o emissor e o receptor da mensagem são, respectivamente, o anfitrião e o visitante.

Quadro 1: Os tempos/espços da hospitalidade humana.

Categoria	Recepcionar	Hospedar	Alimentar	Entreter
Doméstica	Receber pessoas em casa, de forma intencional ou casual	Fornecer pouso e abrigo em casa para pessoas	Receber em casa para refeições e banquetes	Receber para recepções e festas
Pública	A recepção em espaços e órgão públicos de livre acesso	A hospedagem proporcionada pela cidade e pelo país	A gastronomia local	Espaços públicos de lazer e eventos
Comercial	Os serviços profissionais de recepção	Hotéis, Hospitais e casas de saúde, presídios	A restauração	Eventos e espetáculos, Espaços privados de lazer
Virtual	A <i>net-etiqueta</i> do enviar e receber mensagens por meios eletrônicos	<i>Sites</i> e hospedeiros de <i>sites</i>	A gastronomia eletrônica	Jogos e entretenimento

Fonte: Camargo (2003:19).

Outros autores definem hospitalidade comercial como aquela na qual existe troca mercantil, onde o cliente está pagando para obter um serviço como no hotel em que paga a diária pelo quarto onde irá se hospedar. Os hospitais e as casas de saúde, como se observa no quadro acima, estão também classificados

dentro da hospitalidade comercial. Nesse caso seria o cliente que estaria pagando por uma internação, uma consulta, um exame, seja ele proveniente de um plano de saúde ou particular. A saúde pública poderia se encaixar no mesmo contexto, pois se pensando que o cidadão paga impostos para obter atendimento de saúde, nesse caso também se caracteriza uma troca mercantil e, enfim, hospitalidade comercial.

Acredita-se ser ainda mais delicado falar de saúde como troca comercial, ainda mais se pensando no “dom” e na “dádiva”, na gratidão e na generosidade, pois geralmente trata-se de momentos nos quais o ser humano está debilitado devido a um problema de saúde, de ordem física ou mental, e não teria condições de pensar em valores, pagamentos e coberturas. Nesse momento é que a presença dos acompanhantes torna-se fundamental; e, na maioria das vezes, são eles que decidem e, conseqüentemente, fazem parte de todo esse contexto de hospitalidade comercial.

Fica então uma pergunta após toda essa divagação filosófica de definições e conceitos da base da hospitalidade: Qual seria o papel do médico e das instituições de saúde, públicas ou privadas, no contexto da hospitalidade?

Hospitalidade e Indicadores em Saúde

Seria utópico pensar que existiria hospitalidade em tudo o que se vê ou o que se faz. Entretanto, esse está sendo o grande desafio dos pesquisadores desse campo, tão recentemente abordado pelo Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi em São Paulo, e único no Brasil.

A partir do Quadro 1, citado anteriormente, pode-se visualizar o quanto é abrangente o estudo da hospitalidade. Desta forma, foi iniciado um trabalho de pesquisa em clínicas médicas, inicialmente na cidade de São Paulo, com o objetivo de definir o que seria hospitalidade nesses estabelecimentos de saúde.

A seguir, o Quadro 2 ilustra um modelo de fluxograma na dinâmica do atendimento em uma clínica médica particular. Não serão analisadas, até então, clínicas médicas da saúde pública.

Quadro 2: Modelo de fluxograma de atendimento em clínica médica.



Fonte: Proposta do autor – Vanina Heidy Matos Silva.

Explicando, inicialmente surge ao cliente ou paciente uma necessidade de saúde, de uma consulta médica ou exames. A primeira atitude seria a marcação de uma consulta, na qual atua o atendimento telefônico (primeiro contato com a clínica), momento em que se passa ou não a primeira impressão da hospitalidade.

de que se quer analisar nessa pesquisa. Geralmente é feita uma triagem para saber se o atendimento é proveniente de um cliente que utiliza plano de saúde ou se o atendimento será como cliente particular.

Em seguida, será realizada a consulta com o profissional médico que encaminhará para exames ou procedimentos; e nesse momento são analisadas as coberturas dos planos de saúde, ou orçamento, como é feito em consultório odontológico. Efetivado o diagnóstico será realizado o tratamento ou a medicação. Havendo reciprocidade entre o cliente e o profissional de saúde, o processo de atendimento continuará de acordo com a percepção da qualidade e confiança.

De acordo com uma pesquisa sobre qualidade de serviços de saúde, realizada por URDAN (2001), a Qualidade Percebida pelo Cliente (QPC) no tocante aos serviços médicos de consultórios, é de que (...)

(...) quase sempre os pacientes conhecem um pouco sobre os aspectos técnicos, mas em geral, não têm dificuldade em avaliar o lado interpessoal. Que a maior parte do trabalho da classe médica tende a acontecer em consultórios e a interação médico-paciente costuma ser muito duradoura.

Pensar em indicadores de hospitalidade para área de saúde não é tarefa simples. Especificamente, buscou-se nessa pesquisa, obter indicadores de hospitalidade voltados para mensurar dados sobre clínicas, consultórios, sejam eles médicos ou odontológicos, e também sobre laboratórios.

Desta forma, a partir de um modelo de questionário utilizado por uma operadora de saúde em São Paulo, constatou-se o grande número de informações que se pode analisar para o credenciamento desses estabelecimentos, tão pouco pesquisados sob a óptica do cliente, e da hospitalidade percebida e recebida. Trata-se de um relatório de visita que é levado pelo funcionário da empresa até o local, para verificar quais requisitos da clínica são preenchidos por esse questionário (lembrando que quando se fala em clínicas, supõe-se compreender os estabelecimentos de saúde citados acima). As clínicas são também fotografadas, desde a sua fachada até as áreas de recepção, salas clínicas e salas de espera.

Mas no momento serão tratados apenas os itens do relatório de visita que serão considerados indicadores, como indicado no Quadro 3.

Lembrando que indicador é aquilo que pode ser medido e monitorado, então, quais dos itens acima poderiam ser considerados indicadores de hospitalidade?

A palavra “comodidade”, por exemplo, diz respeito à qualidade do que é cômodo e propicia bem-estar. E se pensarmos na palavra “cômodo” que deriva de “acomodação e hospitalidade” (FERREIRA, 1986), talvez o caminho para se definir indicadores de hospitalidade próprios para estabelecimentos de saúde possa partir desse modelo de relatório de avaliação.

O bem receber de uma clínica médica está sendo analisado sob vários aspectos, desde a sua localização, decoração, atendimento, serviços oferecidos, equipamentos e até mesmo o cafezinho. Monitorar se o café servido está fresco e quente, se o estacionamento é pago ou gratuito e se existem vagas suficientes, se existem ou não produtos descartáveis nos lavabos, se a decoração é aconchegante ou não, enfim, medir o que indicaria ser hospitalidade ou inospitalidade.

Quadro 3: Relatório de visita – operadora de saúde.

1. COMODIDADE

- a) Localização () fácil () difícil
b) Aparência da Localidade () ruim () regular () bom () excelente
c) Estacionamento () No local: _____nº vagas () gratuito () pago
d) Rua de Acesso () Com zona azul? () fácil estacionar () difícil estacionar

2. APARÊNCIA EXTERNA

- a) Aparência do Local (região) () ruim () regular () bom () excelente
b) Tipo de edificação () prédio () casa () sobreloja
c) Placa de Identificação () sim () não

3. RECEPÇÃO

- a) Espaço () amplo () médio () pequeno
b) Iluminação () ruim () regular () bom () excelente
c) Móveis () ruim () regular () bom () excelente
d) Decoração Harmoniosa () sim () não
e) Recursos Informática () micro () Internet () fax
f) Recepcionista
• Aparência () ruim () regular () bom () excelente
• Tratamento () adequado () inadequado
g) WC () ruim () regular () bom () excelente
• Produtos Descartáveis? () sim () não
• Quais? () toalha de papel () sabonete líquido Outros: _____
h) Ar-Condicionado () sim () não
i) Oferece? () água () café () chá () tv () revistas

4. SALA CLÍNICA / EQUIPAMENTOS

- a) Ar-Condicionado () sim () não
b) Boa Aparência () sim () não
c) Amalgamador () sim () não
d) Fotopolimerizador () sim () não
e) Estufa () sim () não
f) Auto-Clave () sim () não
g) Aparelho de Ultra-som () sim () não
h) Jato de Bicarbonato () sim () não
i) Raios-X () sim () não

5. OUTROS EQUIPAMENTOS

6. PERFIL (CLASSIFICAÇÃO):

- () ruim () regular () bom () muito bom () excelente

7. OBSERVAÇÕES:

Visitado em: ____/____/____.

Fonte: Criação do autor – José Paulo Laganá Pinto – Care Service Consultoria.

Considerações Finais

A hospitalidade, antigamente no início da evolução do homem, era considerada uma atitude natural. Receber alguém, mesmo que um estranho, era um prazer. Quando se fala em dom e dádiva ligados à hospitalidade, refere-se à hospitalidade primeiramente doméstica; os outros domínios que foram citados: o comercial, o público e o virtual, ainda estão sendo estudados e questionados se realmente existe hospitalidade na prática. O dar-receber-retribuir é um contrato implícito dentro da hospitalidade. E como caracterizar, por exemplo, esses três momentos na hospitalidade comercial na qual, geralmente, se está pagando para receber um serviço?

Quando se trata, então, de serviços de saúde, a complexidade é ainda maior, pois envolve não apenas um serviço, mas situações que podem ser delicadas, dependendo do estado de saúde do paciente. E mesmo quando não se trata de enfermidade, como em um tratamento de estética em uma clínica de cirurgia plástica, o que se espera receber como hospitalidade em estabelecimentos de saúde?

Talvez a utilização de alguns indicadores para auxílio na mensuração dessa prática possa chegar a alguma conclusão a respeito do bem receber o cliente de saúde em todos os sentidos e, finalmente, analisar se, ao invés de hospitalidade, está sendo oferecido hostilidade.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Os domínios da hospitalidade. In: DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. S. (Orgs.). *Hospitalidade: cenários e oportunidades*. São Paulo: Thomson, 2003. p.7-27.

22

DENCKER, Ada de Freitas Maneti (Org.). *Planejamento e gestão em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Thomson, 2004.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. 6.ed. São Paulo: Futura, 2002.

DIAS, Celia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GODBOUT, Jacques T. Recevoir c'est donner. In: GOTMAN, Anne. *Communications 65. L'hospitalité*. Paris: Seuil, 1997.

_____. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LAROUSSE CULTURAL. *Dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Cultura, 1992.

SPONVILLE, André Comte. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

TELFER, Elizabeth. A filosofia da hospitalidade. In: LASHLEY, C., MORRISON, A. *Em busca da hospitalidade*. São Paulo: Manole, 2004, p.53-78.

URDAN, André Torres. A qualidade de serviços na perspectiva do cliente. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: EAESP/FGV, v.41, n.4, out./dez., 2001, p.44-55.

TURISMO DE MASSA: UMA CONSTRUÇÃO DO CAPITALISTA

*Patrícia M. Castelo Branco¹
Leandro Henrique Magalhães²*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivos discutir a cultura de massa e traçar um panorama da constituição do turismo no século XX. Para tanto, iniciaremos o estudo, ainda, no século XVIII, e passaremos para o XIX, com a constituição do turismo de massa na Inglaterra; discutiremos momentos fundamentais, como a constituição do Estado de Bem Estar Social, a Guerra Fria e o Neoliberalismo, marcas do mundo contemporâneo. É de se crer que o turismo se desenvolve à medida em que o capitalismo se consolida, vivendo, no entanto, momentos de transformação graças às novas concepções que se inserem no mundo do trabalho, como o toyotismo e a flexibilização.

PALAVRAS-CHAVE: História do Turismo; Turismo de Massa; Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

This essay aims at discussing mass culture and giving an overview of the development of tourism in the twentieth century. We will start our study in the eighteenth century and then move on to the nineteenth century and the development of mass tourism in England. We will discuss important moments, such as the constitution of the Welfare State, the Cold War and the Neo-liberalism, landmarks of the contemporary world. We believe that tourism develops at the same time as capitalism takes hold, going through changes thanks to the new concepts that are introduced into the labor world, such as toyotism and flexibility.

KEYWORDS: History of Tourism, Mass Tourism, Labor World

Afirmar que o turismo é uma atividade própria do mundo moderno, inaugurado com o processo de industrialização e internacionalização do capital promovido pelas revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, não é novidade. Apesar dos deslocamentos humanos serem uma constante na história da humanidade, a motivação não é a mesma. John Urry, no seu livro *Olhares do Turismo*, apresenta a constituição do Turismo de Massa no século XIX, vinculado à formação da classe operária inglesa e aos progressivos ganhos sociais, como férias remuneradas e o direito de se viajar de trem (URRY, 1996). Acompanham, neste sentido, reflexões de historiadores como Eric Hobsbawn, que entende o lazer e o turismo, como importantes elementos para a constituição de uma identidade de classe, por parte do proletariado (HOBSBAWN, 2001, p.279-304).

1 Docente do Curso de Turismo da UniFil. Docente dos Cursos de Turismo e Jornalismo da FACCREI. Mestre em História Social pela Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP.

2 Docente dos Cursos de Turismo, Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Pedagogia e Psicologia da UniFil. Docente do Curso Normal Superior na Faculdade Norte Paranaense - UNINORTE. Coordenador de Publicações Científicas da UniFil. Diretor de Assuntos Educacionais do SINPRO. Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Autor do livro "Olhares sobre a Colônia: Vieira e os Índios", publicado pela Editora da Universidade Estadual de Londrina - UEL. E-mail: leanmaga@bol.com.br.

Geraldo Castelli, em seu livro “Turismo: Atividade Marcante”, segue um caminho semelhante, ao afirmar que:

A viagem turística atual é uma decorrência da sociedade industrial que provocou uma concentração de pessoas em cidades, de tal sorte que a fuga deste meio ambiente tornou-se até mesmo uma questão de sobrevivência. A viagem turística passou a ser para o homem urbano atual um produto de primeira necessidade. O berço do turismo está nas estruturas urbanas industriais criadas na Europa Ocidental e na América do Norte a partir de 1840 (CASTELLI, 2000, p.16).

Marc Boyer, por sua vez, afirma que:

A história do turismo é inteligível somente no longo prazo e em uma perspectiva sociocultural (...). A história apresenta-se como um pêndulo. Dê um lado, a civilização tradicional em que o turismo não existe e, de outro lado, a sociedade pós-industrial que é qualificada, certas vezes, de ‘civilização do lazer’; entre as duas, houve um ponto baixo por volta de 1840, quando a duração do trabalho foi máxima, chegando a sessenta horas semanais e até mesmo além disso; mas ao mesmo tempo os tipos ociosos eram, freqüentemente, e os turistas (BOYER, 2003, p.96).

O contexto histórico apontado por Castelli e Marc Boyer, a segunda metade do século XIX, coincide com o momento apontado por Eric Hobsbawn como sendo o de consolidação da Revolução Industrial, quando a indústria siderúrgica ganha espaço e importância graças, principalmente, ao advento do transporte ferroviário (HOBSBAWN, 2000). Os meios de transporte aparecem, em conjunto com os de comunicação, como elemento fundamental, não apenas para o advento do turismo moderno, mas, principalmente, para consolidar o processo de internacionalização do capital, a partir de um ideal de civilização pautado nos preceitos burgueses de Estado, democracia e liberalismo, elementos apontados por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, de 1848:

Com o rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, com as comunicações imensamente facilitadas, a burguesia arrasta para a civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de suas mercadorias são a artilharia pesada com que derruba todas as muralhas chinesas, com que força à capitulação o mais obstinado ódio dos bárbaros aos estrangeiros. Obriga todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção da burguesia; obriga-as a ingressarem no que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Numa palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (ENGELS; MARX, 2000, p.70).

Desta forma a cultura de massa insere-se nos mais diversos âmbitos da sociedade, como a arte, o lazer, a educação e o turismo, sendo favorecida pelos meios de comunicação que, assim como a escola, apresentam-se como Instrumentos Ideológicos do Estado, com a indústria cultural adquirindo o papel de sustentar o capitalismo internacional, em especial devido à bipolarização do mundo e da Guerra Fria, marcada pelos conflitos entre os Estados Unidos da América - EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS. No ocidente, a Cultura de Massa adquire o papel de vangloriar os ganhos proporcionados pelo capitalismo, além de garantir uma defesa dos ideais burgueses de democracia, cidadania e liberdade.

Para a compreensão dessa nova ideologia que vigora no século XXI temos que retroceder até a constituição do paradigma moderno de civilização. Iniciada no século XVIII com a Revolução Francesa e o Iluminismo, consolida-se com o imperialismo do século XIX, ultrapassando o aspecto religioso, que marca o pro-

cesso de expansão ultramarina, substituído pela razão e pela sociedade capitalista que então se impunha. O conhecimento do outro se torna uma realidade científica, e não mais religiosa, de conversão, como queriam, por exemplo, os padres jesuítas dos séculos anteriores. Conhecer o outro continuou sendo uma estratégia de dominação, porém moldada em novos preceitos, agora antropológicos. O “diferente” passa a ser o exótico, integrando-se ao turismo, que passa a procurar o “diferente” não para interagir, conhecer ou respeitar, mas para diferenciar, enfocando a superioridade da civilização.

Tais aspectos aparecem na literatura do período. No livro “Os Maias”, de Eça de Queiroz um dos personagens principais, João da Ega, comenta que o grande erro da civilização era querer expandir-se para todo o mundo, homogeneizando-o, eliminando o exótico, elemento de atração turística. O personagem apresenta uma das contradições do mundo moderno então em construção, pois ao mesmo tempo em que chama atenção para o processo de europeização por qual passava o “diferente”, entende-o como inferior, e assim, tido como objeto de apreciação pelo seu exotismo.

Mas Ega, que estivera um pouco silencioso, entalando de vez em quando o monóculo no olho e sorrindo para a baronesa, pronunciou-se alegremente contra todas essas explorações da África, e essas longas missões geográficas... Porque não se deixaria o preto sossegado, na calma posse dos seus manipansos? Que mal fazia à ordem das coisas que houvessem selvagens? Pelo contrário, davam ao Universo uma deliciosa quantidade de pitoresco! Com a mania francesa e burguesa de reduzir todas as regiões e todas as raças ao mesmo tipo de civilização, o mundo ia tornar-se de uma monotonia abominável. Dentro em breve um turista faria enormes sacrifícios, despesas sem fim, para ir a Tombuctu – para quê? Para encontrar lá pretos de chapéu alto, a ler o Jornal dos Debates (QUEIROZ, 2000, p.381).

Outro autor que trata de tais questões é Jonathan Wift, que publica *Viagens de Gúliver* no ano de 1726. Aqui nos é apresentado um mundo mágico, ainda desconhecido do homem moderno, permeado por gigantes, anões e até mesmo cavalos falantes. É-nos chamada a atenção para a diversidade cultural e social que neste momento vinha à tona com a constituição de colônias nos demais continentes. Por outro lado, destacando-se a superioridade européia, suas leis, sua organização política, econômica e judicial, comparando-as com as dos locais visitados. A ordem burguesa européia, pautada em uma visão expansionista, e na idéia de padronização cultural, não compreendia os costumes dessas outras culturas. Um exemplo, quando do retorno de suas viagens, Gúliver afirma sua impossibilidade de mentir, qualidade aprendida com os povos visitados:

Fiz-lhe um brevíssimo relato de minha viagem, da conspiração dos meus próprios homens, da região em que me haviam deixado e dos anos que eu lá residira. Tudo isso lhe pareceu a ele um sonho, ou uma visão, com o que me senti sobremodo ofendido, pois eu me esquecera inteiramente da faculdade de mentir, tão peculiar aos Yahoos (homens) em todos os países em que residem, e, por conseqüência, da disposição de desconfiar da verdade em outros de sua espécie (SWIFT, 1983, p.262).

A modernidade e o modelo de civilização que com ela se impõe tem em seu bojo uma nova concepção de tempo, marcada pela importância crescente do relógio e pela distinção entre tempo do trabalho e tempo livre. É daí que surge, por exemplo, o conceito moderno de infância, período que antecede ao trabalho, destinado ao brincar e ao lazer, características que deveriam ser abandonadas quando adultos (ARIÈS, 1981). Na vida adulta, uma outra distinção é colocada:

entre o período destinado às atividades profissionais e o do ócio, não sendo possível existir a confusão entre eles. O enfoque maior, no entanto, é dado ao trabalho, elemento que motivara Paul Lafargue a escrever o livro “Direito à Preguiça”, chamando atenção para as mazelas sociais proporcionadas pelo mundo moderno e a necessidade do ócio:

Uma estranha loucura se apossou das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta consigo misérias individuais e sociais que, há dois séculos, torturam a triste humanidade. Esta loucura consiste no amor ao trabalho, na paixão moribunda pelo trabalho, levado até ao esgotamento das forças vitais do indivíduo e da sua prole (LAFARGUE, 2000, p.13).

A concepção de civilização em oposição ao selvagem, ao inferior, aparece ainda em livro do século XX intitulado “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley, que nos apresenta uma sociedade pós-guerra em que a civilização se impunha: extremamente hierarquizada e industrializada, com os humanos “nascendo” de máquinas e ocupando lugares específicos de acordo com a sua casta. O trabalho é entendido como necessário para que, nos momentos de ócio, o prazer esteja garantido em forma de festas, poligamia e drogas, elementos norteadores para os que ali viviam, garantias de controle sobre os indivíduos. No entanto, havia um grupo de pessoas que viviam fora da civilização: os selvagens, tidos como seres exóticos e inferiores, motivo de admiração e repugnância para os que visitavam suas tribos:

Mas como podem viver assim! - Exclamou numa voz de incredulidade indignada. (Não era possível.)

Bernard encolheu os ombros filosoficamente - Seja como for - disse - vivem assim há cinco ou seis mil anos. Assim sendo, suponho que já devem estar habituados.

- Mas a limpeza é vizinha da ‘fordileza’ - ela insistiu.

- Sim, e civilização é esterilização - prosseguiu Bernard, concluindo em tom de ironia a segunda lição hipnopédica de higiene elementar - Mas essas pessoas nunca ouviram falar de Nosso Ford, e não são civilizadas (HUXLEY, 1980, p.139-140).

O controle do tempo torna-se fundamental para a reprodução do capitalismo, o que levou ao seu estudo, chegando ao ápice na constituição do sistema fordista de produção, pautado em um processo de alienação que distancia cada vez mais o trabalhador do resultado do seu trabalho, além distinguir a atividade intelectual, de planejamento, da braçal, de execução. É a linha de montagem, aliada à esteira, que vai possibilitar que este ideal tenha sucesso.

Tal modelo influencia a constituição do mundo moderno no século XX, levando a uma fragmentação da sociedade em todos os seus âmbitos: sociais, culturais, educacionais, econômicos e políticos, atingindo também o turismo. Neste caso, o turista sofre, assim como o trabalhador fabril, o processo de alienação resultante desta prática, pois não constrói, não conhece a realidade em que está se inserindo, aceitando pacotes fechados, pensado por outros para satisfazer suas necessidades. Não há o estranhamento, fundamental para construção do conhecimento, mas sim a continuidade do desconhecimento em relação ao outro, ao diferente.

Com as conquistas trabalhistas dos séculos XIX e, em especial, do século XX, a atividade turística é intensificada, possibilitando o surgimento do chamado turismo de massa. É importante salientar que este tipo de atividade só é possível à medida em que os trabalhadores têm acesso aos seus direitos, como é o caso apontado por John Urry, ao tratar da ascensão do balneário inglês no século XIX, e de Marc Boyer, ao demonstrar o surgimento do turismo de massa na França,

que só ocorre a partir de 1936, quando há ganhos sociais advindos do movimento operário, principalmente o direito a férias remuneradas e a folgas, elementos conquistados pelos trabalhadores, sendo o grande motivador do turismo de massa.

É importante constatar que, na Europa, o momento de ganhos trabalhistas coincide com o pós-guerra, quando o Estado de Bem Estar Social implanta-se na Europa, tendo por base a garantia de condições mínimas de sobrevivência para os trabalhadores, favorecendo uma estabilidade que impulsiona o turismo, não só na França, mas em todo o continente. Este período também ficou conhecido como Anos Dourados, devido à excepcional melhoria das condições de vida no mundo capitalista desenvolvido (HOBBSBAWN, 1996, p.253-281), com um número cada vez maior de pessoas tendo acesso a produtos industrializados e, devido às férias remuneradas, às viagens de turismo. Além disso, surgem novas necessidades que transformam a vida cotidiana, como o rádio, a geladeira, produtos sintéticos, novas calculadoras e relógios, dentre outros. A pesquisa torna-se fundamental para a consolidação das diferenças entre países ricos e pobres, e a substituição do velho pelo novo torna-se fundamental, consolidando a sociedade de consumo. O Estado de Bem Estar Social representou, para os países desenvolvidos, o fim do desemprego de massa e da pobreza, graças a um Estado previdenciário universal e generoso.

Outro elemento que impulsiona o turismo é a chamada Cultura de Massa. A Cultura de Massa, segundo Ecléa BOSI (1986), deve ser entendida como parte do processo de expropriação do saber, proporcionada pela industrialização, levando a uma distinção entre aquele que sabe, planeja e orienta e aquele que executa. Com o processo de industrialização, a distinção entre cultura popular e erudita ganha nova conotação: a erudita, ou burguesa, é tida como racional e progressista, enquanto que a popular é aquela que vive miticamente a tradição. Com isso, as manifestações culturais que faziam parte do cotidiano passam a ser entendidas como inferiores, devendo ser eliminadas, possibilitando o surgimento do receptor de culturas, e depois, do consumidor. São os primeiros momentos da cultura de massa, favorecendo o surgimento de expressões culturais produzidas por profissionais, como o circo e o teatro popular.

A Cultura de Massa é favorecida também pela necessidade de separar o trabalho do ócio, estabelecendo os momentos de produção dos de consumo e lazer. O lazer passa a ser entendido como o não trabalho, espaço de fuga, sendo interpretado como o tempo liberado das atividades profissionais, como oposição ao trabalho capitalista (DUMAZEDIER, 2004, p.53-63). A cultura de massa está, assim, associada às novas perspectivas que, estabelecidas em relação ao lazer, configuram-se como uma manifestação distanciada, pois, na cultura popular pré-capitalista, a produção e o consumo são imediatos, fazem parte do cotidiano do trabalhador. Já, quando tratamos da cultura de massa, temos uma profissionalização das manifestações, com a distinção entre quem produz, o artista, e quem consome, elemento só possível de ser entendido na sociedade capitalista.

Neste sentido, a Cultura de Massa pressupõe passividade e homogeneização, pois é imposta pela indústria cultural, voltada para o consumo. A massa anônima, jovem, se apegua à sua suposta liberdade de consumo; afinal, como o cidadão trabalhador teria esse direito? Contudo, a cultura de massa limita essa liberdade, que é intensificada pelo poder aquisitivo. O século XX proporciona as essas sociedades (até mesmo de países menos desenvolvidos) o conhecimento e a visibilidade de aspectos culturais. Assim mesmo a limitação social é evidente, apesar da alardeada liberdade, democracia e cidadania difundidas por essa indústria cultural; de forma compensatória, ocorre a banalização: “ O que na indústria cultural se apresenta como um progresso, é a troca de vestimenta do sempre igual; a variedade cobre um esqueleto que conhece tão poucas mudanças quanto a própria motivação do lucro; agora tudo é lucro.” (BOSI, 1986, p.81).

A cultura de massa irá se solidificar na década de 80, que vai ser marcada pela crise do socialismo soviético, que entra em colapso devido, principalmente: à necessidade da URSS competir no capitalismo internacional; à perda de competitividade dos soviéticos a partir da década de 60, devido à revolução tecnológica pela qual passava o ocidente; ao fato de que os países dependentes dos EUA se desenvolveram economicamente, enquanto que os aliados da URSS necessitavam do envio constante de recursos, por se tratarem de países pobres; à propaganda capitalista, que incentivava a oposição entre o mundo livre X o totalitário, sem admitir uma ponte para ligar os abismos. O fim da Guerra Fria pôs fim também à sustentabilidade da estrutura internacional, tendo como resultado um mundo em desordem e em iminente colapso, gerando a possibilidade de constituição de uma nova ordem (HOBBSAWN, 1996, p.223-252). A queda do Muro de Berlim marca o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente, do Estado de Bem Estar Social, que sofrerá sérios embargos promovidos pelo presidente dos Estados Unidos da América, Ronald Reagan, e pela primeira ministra britânica, Margareth Thatcher.

São retomados, a partir daí, os ideais liberais de liberdade de circulação de capital e de minimização do Estado. É o neoliberalismo e a globalização, gestados na década de setenta, e que ganham supremacia nas décadas de oitenta e, em especial, na de noventa, com o “Consenso de Washington”, que lega ao mundo um único modelo possível de desenvolvimento e uma única liderança mundial.

A década de oitenta conheceu, além das transformações econômicas e políticas, um período de salto tecnológico, com a robótica, a automação e a microeletrônica (ANTUNES, 2000). Estes elementos, aliados à necessidade de novas formas de controle do trabalho que se adequassem à constituição do mundo pós-moderno, ainda em constituição, levaram ao repensar do “fordismo”, do cronômetro e da produção em série, favorecendo o estabelecimento de novos padrões de produtividade, denominados por Ricardo Antunes de “especialização flexível”, que tem como principais características (ANTUNES, 2000): a desconcentração industrial e o controle de qualidade e qualidade total e a gestão participativa. É um novo modelo que se impõe, denominado de toyotismo, que tem como resultado a desregulamentação e a flexibilização das leis trabalhistas, com os direitos sendo substituídos pela participação, pelo envolvimento manipulatório, ganhando espaço então, discursos como empreendedorismo, cooperativismo e terceirização; além da vitória de uma cultura self-service que colabora para a desregulamentação do trabalho.

Ainda segundo Ricardo ANTUNES (2000), temos que a flexibilidade não exclui a exploração do trabalho e da mais valia, mas a intensifica, devido ao aumento da carga horária de trabalho nas pequenas e médias empresas, geralmente familiares, e que servem de base para a terceirização, o aumento do trabalho informal e a chamada precarização do trabalho, ou seja, o aumento de indivíduos sem serem atendidas pelas leis trabalhistas, ficando excluídos de direitos como férias, décimo terceiro salário ou fundo de garantia. A conseqüência para o mundo do trabalho seria: a intensificação da exploração do trabalhador, que deve ser flexível e atuar em várias direções, além de estar disponível de acordo com as necessidades do mercado; a existência de um número mínimo de operários, que pode ser ampliado de acordo com as necessidades; o aumento da carga horária de trabalho; e a desarticulação do sindicalismo. Daí entendermos o discurso em torno do fim do trabalho. Na verdade, o que temos não é o fim do trabalho em si, mas de um tipo de trabalho, o assalariado.

Tal fato afeta diretamente o turismo. Se partirmos do princípio de que o turismo surge com a revolução industrial sendo, em parte, conquista do trabalhador e elemento de constituição de uma identidade operária e se, por outro lado, entendermos que o turismo expande à medida em que as conquistas tra-

balhistas também se expandem, podemos afirmar que vivemos, hoje, uma crise do turismo, ou de um turismo específico: o de lazer, ou o turismo de massa. Atualmente, devido ao processo de flexibilização, a distinção entre tempo de trabalho e de ócio vem deixando de ser a marca do capitalismo. Cada vez mais se confunde o trabalho com o lazer, fazendo com que o turismo também se transforme, abrindo espaços para atividades como o turismo de negócios e o de eventos. Com a diminuição dos direitos trabalhistas e o aumento do tempo de trabalho sendo uma característica dos grupos populares, resta ao turismo investir nas classes média e alta, que ainda escapam do processo de precarização do trabalho e podem, desta forma, sustentar a prática do turismo no início do século XXI.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo/Campinas: Cortez/UNICAMP, 2000.
- ARIËS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOYER, Marc. *História do turismo de massa*. Bauru-SP:EDUSC, 2003.
- CASTELLI, Geraldo. *Turismo: atividade marcante*. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2001.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HOBBSBAWN, Eric. A origem da Revolução Industrial. In: *Da Revolução Industrial inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HOBBSBAWN, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2000.
- QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. 3.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: SESC/ Nobel, 1996

A “CRISE” DO SINDICALISMO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO, DA GLOBALIZAÇÃO E DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Ângela Maria de Sousa Lima¹

RESUMO

O artigo que se segue faz uma discussão sobre a relação entre trabalho e globalização. Para tanto, perpassa, rapidamente, pelo debate de alguns impactos da globalização sobre esse mesmo trabalho, hoje. Procura evidenciar que o capitalismo, embora apresente novas configurações organizacionais, não rompeu com suas características fundamentais de exploração. Um dos objetivos do texto é também demonstrar como a emergência da sociedade global e as modificações que esta tem provocado nas relações capitalistas de produção, principalmente no Brasil, têm levado à uma modificação da estrutura sindical.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Globalização; Trabalho; Sindicato Atual.

ABSTRACT

The following article discusses the relationship between labor and globalization. To achieve its goal, it looks briefly at some of the impacts globalization has had on labor. It tries to produce evidence that capitalism, although showing new organizational configuration, has not parted with its fundamental characteristics of exploitation. One of the goals of this article is also to show how the emergence of the global society, and the changes it has caused in the capitalist production relations, specially in Brazil, has led to a change in the union structure.

KEYWORDS: Neo-liberalism, Globalization, Labor, Modern union.

Os “Estragos” da Década Neoliberal

Na década de 90, diante da intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, da incontrollabilidade do sistema de metabolismo social do capital, do sentido destrutivo de sua lógica e do desmoronamento de seu mecanismo de regulação, inicia-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram: o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado; a desregulamentação dos direitos do trabalho; a desmontagem do setor produtivo estatal; um processo de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2000, p.31).

30

R
E
V
I
S
T
A

¹ Docente de Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação no Instituto Superior de Educação Mãe de Deus. Especialista em Sociologia e Sociologia da Educação, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas - UNICAMP. E-mail: angellamaria@pop.com.br.

O pensamento de CHESNAIS (1997, p.26) ajuda a compreender melhor esse momento: a regulação através da política monetária vem pesando cada vez mais sobre a transformação da relação salarial (flexibilidade, precariedade, redução do nível médio dos salários reais). Os preceitos da “re-engenharia” industrial – cuja ferramenta é a “corporate governance” – desempenham um papel central nessa transformação qualitativa da relação salarial. Os encadeamentos cumulativos viciosos, constitutivos da “engrenagem infernal” do endividamento público, repousam simultaneamente sobre a liberalização financeira e salarial. As políticas neoliberais têm como efeito afundar os países em situações de déficits constantemente crescentes. O aumento dos déficits não provém da ampliação “excessiva” das despesas, mas, pura e simplesmente, da perda de receitas fiscais que resultam, de maneira mecânica, da diminuição do consumo dos assalariados em decorrência da aplicação das políticas de achatamento salarial e da flexibilização do trabalho, assim como da conseqüente redução da produção e do emprego.

O trabalho, suas relações, características e necessidades sofrem alterações, resultantes do processo de intensa acumulação, principalmente nos países centrais, nos quais representa: um profundo revolucionamento da base técnica do processo produtivo (Terceira Revolução Industrial), com impactos, positivos e negativos sobre o trabalho humano. “Configura-se uma nova divisão, mudanças no conteúdo, quantidade e qualidade do trabalho e novas demandas de qualificação humana.” (FRIGOTTO, 2000, p.60).

A reestruturação produtiva, que vem em resposta à crise capitalista, necessita, cada vez mais, limitar os direitos sociais e os gastos estaduais correlatos, de forma a se fortalecer, e para tanto, transformar em objeto mercantil a previdência, a saúde e a educação. Promove-se a saída do Estado do campo social, transformando-se ele em um terreno de caça mercantil. Tudo passa a ser submetido à mercantilização. E para que tudo isso se realize, é, no entanto, necessário dar outro passo: refundar a própria cidadania capitalista. (FERNANDES, 2000, p.7).

No mesmo processo, o aumento da concorrência entre nações capitalistas leva a graves conseqüências; entre as quais podem ser citados a precarização da força de trabalho, o desemprego estrutural e a destruição do meio ambiente. No mesmo bojo, assiste-se à diminuição do operariado manual, a subproletarização ou precarização do trabalho (subcontratado, temporário, terceirizado, faccionado) e a exclusão dos jovens e dos idosos no mercado.

A descentralização é uma das faces mais severas do processo de reestruturação produtiva do tipo neoliberal. Esta esconde alguns motivos: possibilidade de se atingir níveis ótimos de escala, redução de custos administrativos, maior facilidade de determinação de custo e preço (tendo-se em vista a diminuição do número de processos e atividades), maior possibilidade de controle de gestão da produção, maior facilidade na gestão da mão-de-obra, maior controle do conflito nas relações de trabalho (devido à menor concentração dos trabalhadores). (SALERNO, apud LEITE, 1994, p.574).

Chesnais também debate essa questão. Segundo ele, Em cada fábrica e em cada oficina, o princípio de “lean production”, isto é, “sem gorduras de pessoal”, tornou-se a interpretação dominante do modelo “ohnista” japonês de organização do trabalho. O sistema toyotista de terceirização e o “*just-in-time*” foram adotados, ainda mais rápida e facilmente. Acontece que, mesmo no Japão, essas técnicas de organização na empresa haviam, desde a origem, servido aos grandes grupos, os que emitem pedidos para fazer recair sobre as firmas “terceiras” os imprevistos conjunturais, e para impor aos assalariados dessas firmas o peso da precariedade contratual, combinado com níveis salariais bem inferiores. (CHESNAIS, 1996, p.35).

Nessa linha de pensamento, significa dizer que, hoje todos os grandes grupos adotaram essas técnicas; muitas vezes suas operações no exterior, especialmente em países “mais fracos”, serviram de terreno de experimentação, antes de aplicar o sistema no país de origem ou em seus países vizinhos, pertencentes ao mesmo mercado “triádico”. A implementação da “produção sem gorduras de pessoal” não elimina o interesse das multinacionais por locais de produção de baixos salários, mas elas não precisam mais deslocar-se milhares de quilômetros para achar esses locais. (CHESNAIS, 1996).

Correlato ao conceito de terceirização, está o conceito de informalidade. Um dado interessante: no quadro da flexibilização e desregulamentação do trabalho, surge uma nova informalidade, a “flexibilidade dos novos tempos”, que congrega trabalhadores oriundos do mercado formal, com uma característica que a diferencia de outras épocas, pois deixa de ser uma situação transitória para ser definitiva. (LIMA e SOARES, 2002).

Como se vê, aos poucos, mas ideologicamente, as empresas vão mudando a base de suas operações.

A flexibilização, por exemplo, é uma forma de dizer que os salários e os direitos trabalhistas serão reduzidos, utilizando uma palavra menos dura [...] A atual fase do capitalismo, denominada de neoliberalismo, procura sobrevida com palavras grandiosas e vazias para encobrir suas fragilidades (BERTOLINO, 1997, p.22).

Luiz Antônio Machado da SILVA (2002), ao problematizar o conceito de informalidade diante dos processos de reestruturação produtiva em desenvolvimento hoje, na realidade brasileira, diz que as implicações estão reconfigurando as relações de assalariamento. O autor defende que a noção de informalidade perdeu a capacidade analítica e que está sendo substituída pelo conceito de empregabilidade e de empreendedorismo, o que indica a presença de novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material.

Para BERNARDO (2000, p.84), junto com a terceirização, a economia informal revela-se hoje como um perigoso fator de diferenciação na classe trabalhadora. Além das rivalidades nacionais está se generalizando um novo tipo de divisão, que afeta os trabalhadores, não só mundialmente, mas em cada país, repartindo-os entre: a) um núcleo de profissionais altamente qualificados e, por isso, muito produtivos, o que lhes permite receber salários relativamente elevados e, sobretudo gozar da estabilidade no emprego e de direitos sociais; b) uma vasta franja de trabalhadores empregados em empresas subcontratantes, ou laborando em regime de terceirização ou de part-time e que, além de ganharem menos, têm uma situação sempre precária; c) um setor socialmente marginalizado e condenado às formas mais degradadas da mais-valia absoluta. Segundo ele, é nestes segundo e terceiro setores que, hoje, se difunde a economia informal.

Diante desses fatores, é possível afirmar que no início da década de 90 o Brasil capitula às recomendações do Consenso de Washington, organiza sua economia e sua sociedade em função de ajustar-se aos imperativos da mundialização do capital. Há um exemplo típico da perversidade do modelo neoliberal no Brasil: o novo padrão de acumulação é incapaz de absorver o crescimento vegetativo da mão-de-obra. (SAMPAIO, 2000).

Por CHESNAIS (1997, p.7) o termo mundialização do capital é compreendido como algo mais do que uma simples fase a mais no processo de internacionalização do capital, iniciado a mais de um século, processo do qual as “multinacionais globais”, da indústria e dos serviços, são expressão mais clara. O termo designa o quadro político e institucional no qual um modo espe-

cífico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo, desde o início dos anos 80, em decorrência das políticas de liberalização e de desregulamentação das trocas, do trabalho e das finanças adotadas pelos governos dos países industriais, encabeçados pelos EUA e pela Grã-Bretanha.

O regime de acumulação da década de 90 é designado por CHESNAIS (1997, p.8) como “regime de acumulação financeirizada mundial”, visando explicar seu caráter extremamente rentista. Para ele, muitos dos acontecimentos que marcaram o decênio de 1990 no plano mundial são expressões do advento desse novo regime: ritmos de crescimento muito baixos em muitas regiões do mundo, tanto no centro como na periferia; crescimento do desemprego em massa, acompanhado de um alinhamento, tanto dos níveis salariais como da “flexibilidade” das condições de contratação e de trabalho, naqueles países em que a mão-de-obra é explorada mais duramente; e ampliação das desigualdades entre países, bem como o aumento das desigualdades de renda e de condições de existência no seio de cada um deles, individualmente.

A modernização sistêmica que se dá nos anos 90 é favorecida por dois fatores; estes colaboram para empurrar as empresas em direção a uma estratégia inovadora mais efetiva: aprofundamento da crise econômica, o que diminuiu brutalmente o mercado interno, forçando as empresas a se voltarem para o exterior; e a política de abertura adotada por Collor obrigou as empresas a melhorar suas estratégias de produtividade e qualidade, para fazer frente à concorrência internacional. (RUAS, apud LEITE, 1994, p.573-574).

No bojo das transformações produzidas pela reestruturação produtiva, é preciso lembrar também as técnicas de treinamento. A preocupação desta não tem se expressado em uma efetiva elevação dos investimentos nessa área. Ainda são muito baixos em relação aos outros países. Segundo Leite, boa parte do esforço empresarial destina-se a programas comportamentais ou motivacionais: despertar nos trabalhadores uma postura cooperativa com relação às estratégias gerenciais e que não podem ser confundida com treinamentos destinados a formar trabalhadores mais qualificados. Estas se destinam a orientar tipos de atitudes, e não noções técnicas, operacionais ou em relação à formação básica. É possível vislumbrar o caráter disciplinador e ideológico desses programas, mesmo naqueles que vêm mesclados com técnicas. (LEITE, 1994, p.576-577).

Antunes mostra que, paralelamente, à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para maior qualificação do profissional e, de outro, para uma maior desqualificação. A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, nas unidades produtivas mais avançadas oferece oportunidade do trabalhador aproximar-se de “supervisor e regulador do processo de produção”; porém, a plena efetivação dessa tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital. (ANTUNES, 1995, p.47 e 50).

Há mutações no universo da classe trabalhadora que variam de ramo para ramo, de setor para setor, isto é, desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, praticamente desapareceu em alguns, requalificou-se em outros. Para Antunes, de um lado pode se constatar um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual, de outro, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificada. Para ele, a desespecialização dos operários profissionais vem em decorrência da criação dos “trabalhadores multifuncionais”, introduzidos pelo toyotismo que ataca o saber profissional dos operários qualificados e o seu poder de negociação. (ANTUNES, 1995, p.53-54).

Através da reengenharia, por exemplo, elimina-se a hierarquia administrativa, aplica-se o esquema horizontal de produção e adota-se a formação de equipes, as quais se voltam à busca da produtividade, qualidade e rentabilidade, visando atender às exigências do mercado competitivo. Desenvolve-se o espírito

de pertencimento, de responsabilidade pelo desenvolvimento e sucesso da empresa em relação à sua condição de competitividade no mercado global. Já a qualidade total apresenta como princípios a negação da durabilidade das mercadorias, pela redução da vida dos produtos, favorecendo o desperdício e a destrutividade. Como identifica Antunes, este é um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho. (ANTUNES, 2002, p.53).

Como bem mostra DIAS (1999, p.80), nas formações sociais capitalistas, a naturalidade aparente do econômico oculta a dominação política e impede que as classes subalternas tomem consciência desse processo e realizem a construção de sua identidade, de seus projetos. Segundo o autor, no campo de forças do Estado burguês, todo o jogo aparece como se dando entre indivíduos genéricos, abstratos, sem historicidade.

Vê-se dupla limitação do conceito empresarial de participação. Por um lado, a gestão participativa baseia-se em uma incorporação individual dos trabalhadores que exclui seus canais de representação enquanto categoria social. Por outro, a participação que as gerências estão promovendo se refere apenas àquelas decisões que dizem respeito a problemas cotidianos da produção, relacionados com custos, produtividade e qualidade dos produtos (LEITE, 1994, p.578).

O ocultamento da dominação política é uma necessidade objetiva. Assim, a aparência da liberdade individual é fundamental para a fluidez da forma de dominação, o que torna possível apresentar a liberdade de uma classe como sendo a de todas as demais. Como mostra DIAS (1999), pela supressão máxima da liberdade (compra-venda de força de trabalho = exploração) se cria a individualidade política, permitindo o ocultamento da opressão (construção do consenso). Afinal, como nos leva a pensar o autor, a liberdade de mercado, sob o capitalismo, é uma aparência necessária.

34 Pois bem, com a globalização caminhamos juntos com dois “monstros”, a exclusão e o poder da ideologia neoliberal, o primeiro, vítima do segundo. Para FRIGOTTO, (2000, p.11), na forma específica que assumiu na virada do século, a globalização explícita, de um lado uma espécie de vingança do capital contra a luta histórica dos trabalhadores e suas vitórias parciais em barrar-lhe a violência, e, de outro, o aprofundamento da contradição entre o avanço extraordinário das forças produtivas e o caráter opaco das relações sociais. Como também elucida SAMPAIO (2000), a ideologia neoliberal opera com uma força poderosa buscando, a um tempo, ocultar as contradições e construir um senso comum da via única e inevitável da nova (des)ordem mundial, tentando, a todo custo, minar a esperança de um projeto societário de caráter socialista.

A ideologia neoliberal oculta a natureza de classe da política neoliberal. Como já afirmou Boito, a ideologia sugere que os objetivos do neoliberalismo são reimplantar o livre jogo das forças de mercado, garantir a concorrência, a soberania do consumidor e difundir o progresso e a riqueza em cada país e em escola internacional ou global. Tal discurso oculta que o que a política neoliberal faz é fortalecer os monopólios, conter o crescimento econômico, concentrar a renda e a propriedade e aumentar a desigualdade entre o centro e a periferia do sistema capitalista internacional.

Tal ideologia proclama ainda, como bem mostra o autor, que o neoliberalismo é contra os privilégios e anuncia que a ação dos governos visa melhorar as condições de vida dos trabalhadores de baixa renda. Porém, sua política social aumenta as desigualdades, o desemprego e a pobreza. Esta oculta, em síntese, que o neoliberalismo é um discurso e uma política burgueses e, particularmente, um discurso e uma política do imperialismo e do grande capital, especialmente do capital financeiro. (BOITO, 1999, p.125). “O neoliberalismo, do mesmo modo que o liberalismo econômico clássico no qual ele se apóia, é um defensor doutri-

nário da desigualdade socioeconômica sem limitações, desigualdade que, de resto, ele identifica com a própria liberdade. (BOITO, 1999, p.224)”.

A globalização está inter-relacionada com a crise do Estado Nacional (SAMPAIO, 2000). Com a transnacionalização do capitalismo, os Estados nacionais, submetidos aos imperativos da concorrência global, ficam sujeitos a pressões para ajustar suas economias e suas sociedades aos novos imperativos do capital internacional. Dentro deste contexto que devemos entender as políticas de remodelação do mundo do trabalho, a crise do estado de bem-estar-social, a força arrebatadora da ideologia neoliberal e os processos socioculturais que abalam a própria noção de identidade nacional. (SAMPAIO, 2000). Para BERNARDO (2000, p.39) a globalização do capital alcançou um estágio superior e converteu-se em transnacionalização. Para ele, mais do que a junção de fronteiras, trata-se da passagem por cima das fronteiras; por isso a terminologia de “companhias multinacionais”, comumente usada, deve ser substituída pela de “companhias transnacionais”, que nos indica a especificidade deste tipo de empresas, “elas não juntam nações, passam por cima delas”. No parecer do autor, grande parte do comércio que as estatísticas oficiais hoje contabilizam como externo é, na realidade, um comércio interno, constituído por transações entre matrizes e filiais. BERNARDO (2000, p.41) também comenta que a divisão em países, que nos habituamos a considerar como forma natural de abordagem da economia mundial, deve ser hoje substituída pela divisão em companhias transnacionais.

Para os chefes de empresa de qualquer país, a ligação às grandes companhias transnacionais não é opção ideológica ou política. É um imperativo econômico. O nacionalismo não foi apenas condenado como estratégia política, mas igualmente como prática econômica. Aqueles setores da esquerda que em nome do anti-imperialismo, defendem o capital nacional estão a laborar num triplo erro. Em primeiro lugar confundem a luta contra a globalidade do sistema capitalista [...] com a hostilidade a uma das formas específicas do capitalismo, não dando aos trabalhadores outro horizonte além das querelas das classes dominantes. Em segundo lugar, é impossível ocorrerem, desenvolvimentos nacionais em uma época de transnacionalização do capital. E, em terceiro lugar, já não existe nenhuma burguesia nacional que possa ser um aliado na oposição ao imperialismo, pois os pequenos e médios capitais nacionais estão hoje inteiramente submissos às transnacionais [...] (BERNARDO, 2000, p.43).

Na perspectiva da transnacionalização do capital, como fica a organização de classe? Para o mesmo autor, não se deve confundir mundialização da economia com mundialização das classes sociais. “Atualmente temos uma economia transnacionalizada, capitalistas internacionalizados e trabalhadores repartidos por nações”. (BERNARDO, 2000, p.47). No contexto da transnacionalização da economia, é ridícula, para Bernardo, qualquer pretensão de os sindicatos, tal como hoje são organizados, conceberem uma estratégia global de luta anticapitalista. Na sua perspectiva, é completamente impossível travar um combate fracionado por fronteiras nacionais contra um capitalismo que se organiza, não só coordenando os diversos centros nacionais de acumulação do capital, mas passando por cima de todas as divisões geográficas. E essa incapacidade dos sindicatos e das correntes de esquerda em contribuir para uma solidariedade mundial da classe trabalhadora não se observa apenas no âmbito internacional. (BERNARDO, 2000, p.56-57).

No parecer de Chesnais, a mundialização nos confronta com relações constitutivas de uma totalidade sistêmica, que exige a adoção de instrumentos analíticos suscetíveis de apreendê-la como tal. A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua tota-

lidade não apagam a existência dos estados nacionais. Esses processos acentuam, simplesmente, os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que redefinem a configuração dos mesmos. O abismo que separa os países que participam, ainda que marginalmente, da dominação econômica e política do capital-dinheiro rentista daqueles que sofrem essa dominação, cresceu ainda mais. (CHESNAIS, 1997, p.16-17).

Os Impactos sobre o Sindicalismo: um Olhar Geral

Na década de 50 no Japão, as empresas aproveitaram a desestruturação do sindicalismo e criaram o que se constituiu no traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista: sindicalismo de empresa. Em 1954 o sindicalismo de empresa foi considerado ainda pouco cooperativo, foi dissolvido e substituído por um novo, inserido no “espírito Toyota”. Este carregava um lema: “proteger nossa empresa para defender a vida!” (CORIAT, apud ANTUNES, 1995).

Antunes mostra que o sindicalismo de empresa foi uma condição essencial para o sucesso capitalista da empresa japonesa, em particular, da Toyota. Este, combinando repressão com cooptação, trouxe emprego vitalício para uma parcela de trabalhadores das grandes empresas e ganhos salariais decorrentes da produtividade. Essas práticas subordinaram os trabalhadores ao universo empresarial, criando condições para a implantação duradoura do sindicalismo de envolvimento, manipulado e cooptado. (1995, p.25).

São também traços marcantes do toyotismo: desespecialização e polivalência dos operários profissionais e qualificados, transformando-os em trabalhadores multifuncionais; intensificação da exploração do trabalho (operários trabalham com várias máquinas, e uso do sistema de luzes) que possibilitam ao capital intensificar, sem estrangular o ritmo produtivo do trabalho; flexibilização dos trabalhadores; direitos flexíveis; número mínimo de trabalhadores; ampliação de horas extras; trabalhadores temporários e subcontratados; utilização dos CCQs. (ANTUNES, 1995, p.27-29).

Com exceção do emprego vitalício, o modelo japonês, com seu potencial universalizante, trouxe conseqüências negativas para o mundo do trabalho em escala ampliada. O toyotismo favorece o estranhamento do homem, dado pelo “envolvimento cooptado” que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho, aparente eliminação do fosso elaboração-execução no processo de trabalho, domínio do fetiche da mercadoria, a crise atinge o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação, gera um sindicalismo acrítico de participação e negociação (atingido também pela derrocada do Leste europeu, do (neo)stalinismo e da esquerda tradicional). (ANTUNES, 1995, p.35-36). Como bem demonstrara LEITE, apesar da diferenciação de estratégias utilizadas pelas empresas, é possível, identificar um elemento comum: seu caráter limitado e reativo e um processo de modernização conservadora. (1994, p.565). Segundo Singer, o excesso de oferta de força de trabalho solapa nesse momento as organizações sindicais e confere aparente credibilidade à tese liberal de que todas as conquistas legais de direitos trabalhistas causam a diminuição da demanda por trabalho assalariado. Com a introdução da tecnologia no mundo do trabalho, várias alterações se efetivam ao longo do processo, mediante relações de produção, possibilitando que uma nova ordem social se promova e adentre na vida da sociedade. A tecnologia favorece a reconfiguração de valores pessoais e estruturais da sociedade.

Hoje é possível dizer, como já afirmou BERNARDO (2000, p.26) que as principais empresas, que empregam tecnologias avançadas, exploram, hoje, cada vez mais as aptidões intelectuais dos trabalhadores, aproveitando, não só a sua capacidade de raciocinar no processo de trabalho, mas igualmente a sua com-

petência organizativa. Para o autor, estas novas formas de exploração difundiram-se velozmente, em geral sob os nomes de toyotismo e qualidade total.

Diferente do período de 1978 a 1989, quando há uma movimentação sem precedentes na esfera das relações capital/trabalho e os trabalhadores viram notícia, quando há uma mudança significativa na ação sindical no Brasil, ou seja, uma passagem de uma luta extremamente defensiva e localizada para uma ação mais ampla, com greves por categoria, por fábrica e gerais, na década de 90 assistimos a uma mudança radical nas demandas do sindicalismo. (RODRIGUES, 2003, p.300).

Com a reestruturação produtiva (transformações na produção, na organização e gestão do trabalho), a agenda sindical se volta para o interior das empresas, discutindo mais diretamente temas relacionados à problemática do trabalho. Na década de 90, com exceção do período Itamar Franco, o movimento sindical passou a conviver com a intransigência do Governo Federal e com um esforço desmesurado por parte dos governantes para levar às últimas conseqüências o processo de flexibilização das relações de trabalho. Essas são duas das principais características do governo FHC, em parte repete Collor. Ou seja, durante grande parte da década de 90 os sindicatos voltaram-se para ações mais localizadas, temas que surgiram como conseqüência da reestruturação produtiva. Vê-se uma atuação mais defensiva deles nesse momento. (RODRIGUES, 2003, p.303).

Mas desde final de 70 o movimento sindical vem recuperando sua capacidade de ação, depois do período de exclusão que sofreu da política e dos locais de trabalho. Na década de 80, diferente do que acontecia em outros países, esteve em crescimento, chegando no final da década com um volume de greves entre os mais altos do mundo. Isto tudo mostra o crescimento da capacidade de ação das representações de trabalhadores. Mas nos três primeiros anos da década de 90, três fatos abalaram o processo de reorganização do movimento sindical. No plano ideológico, as teorias neoliberais, difundidas com mais força no Brasil, a crise das ideologias de esquerda ligadas ao leste europeu, a luta pela reinstalação da democracia, que chega ao final com o primeiro governo civil e a nova constituição. Isso levou sindicalistas de diferentes correntes a repensar estratégias de ação sindical, particularmente as de confronto. No plano da política econômica de longo prazo: internacionalização da economia, iniciado no governo Collor, recolocou temas, como: a busca de empresários brasileiros por ganhos de produtividade e por redução de custos, o que implicou diretamente na esfera dos direitos do trabalho, questões essas que colocaram em xeque a agenda de prioridades dos sindicalistas e as ações estratégicas adotadas no passado. No plano da política econômica de curto prazo: o Plano Collor, ao impor reduções salariais e crescimento do desemprego, enfatizou a necessidade de sindicatos ativos para a defesa de empregos e salários e dificultou sua capacidade de ação. (NORONHA, 1994, p. 323-324).

HIRATA e PRETECEILLE (2002), ao discutirem os principais modelos teóricos dos estudos sobre a reestruturação econômica na França destacam uma “dupla transformação do trabalho aparentemente paradoxal”, ou seja, de uma parte, os modelos de organização exigem estabilidade e envolvimento dos indivíduos no processo de trabalho (autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação) e, de outra, os vínculos empregatícios que se tornam cada vez mais precários e instáveis. Os autores descobrem que, atrás desse paradoxo, há, na verdade, uma degradação das condições de trabalho e uma forte intensificação do trabalho, que ocasionam sérios problemas de saúde; isso porque o apelo ao subjetivismo e o envolvimento do trabalhador não o poupa de sofrer. Os estudos apontados pelos autores também demonstram que a fragilidade e a insegurança no emprego determinam uma atitude de distanciamento frente à ação coletiva e às lutas sindicais, e ainda incentivam a busca por soluções individuais, o que

dificulta, mas não impede, a ação dos sindicatos. O mesmo podemos dizer sobre o Brasil: embora tenha impulsionado a crise, a reestruturação produtiva não conseguiu impedir a ação dos sindicatos.

Antunes discute cinco tendências da crise sindical em curso: crescente individualização das relações de trabalho que vem deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada; fortíssima corrente no sentido de desregulamentar e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho, atingindo conquistas históricas do movimento sindical que mostram-se incapazes de impedir tais transformações; esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram pelo sindicalismo de participação e o desemprego estrutural ameaça implodi-los; tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos e de ações anticapitalistas; e a ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, principalmente os que ensaiam ações anticapitalistas ou de inspiração socialista pelo capital (ANTUNES, 1995, p.65- 67).

BOITO (2003, p.321) polemiza a questão da crise do sindicalismo com alguns dados interessantes. Segundo ele, podemos dizer que estamos vivendo a “crise” da crise do sindicalismo. O sindicalismo está dando claros sinais de recuperação e já é hora de os cientistas sociais, observadores e sindicalistas deixarem de lado o discurso da crise *stricto sensu* e começarem a discutir e entender essa recuperação; e tal recuperação é, por si só, um elemento perturbador para as análises que previram o declínio irreversível do movimento sindical. Segundo o mesmo autor (2003, p.322), a maioria dos autores que fala do declínio do sindicalismo apresenta uma visão limitada do fenômeno. Esses circunscrevem a análise a apenas uma área do globo, quase sempre os países capitalistas centrais.

É correto que o sindicalismo perdeu filiados, diminuiu sua atividade reivindicativa e perdeu influência política nas principais economias capitalistas – Europa Ocidental, América do Norte e Japão. Isso é verdadeira, embora a situação esteja longe de ser homogênea. O ritmo e a intensidade do refluxo sindical variam muito de acordo com o setor econômico e o país considerado [...] (BOITO, 2003, p.323).

Quando fala da América Latina, Boito afirma que se verifica uma crise e um refluxo do movimento sindical nesses países. Explica que caíram as taxas de sindicalização, a frequência de greves e a importância política do movimento sindical no Brasil, no México, na Argentina, no Chile, na Bolívia e em outros países, mas que também há um refluxo, ao menos como tendência dominante, na parte ocidental da Europa e em quase todo o continente americano; por isso, segundo ele, não podemos falar que o sindicalismo encontra-se em refluxo em escala internacional. (2003, p.323).

[...] o correto é caracterizar o recuo atual como uma fase de crise e de refluxo temporários. Em primeiro lugar, o simples fato de o movimento sindical, encontrar-se em ascensão na Ásia, região mais populosa do Planeta e onde a economia capitalista mais tem crescido, já seria suficiente para evitarmos falar em decadência do sindicalismo (BOITO, 2003, p.324).

Em relação ao Brasil, o autor concorda que, embora seja verdade que a organização e a atividade sindical encontrem-se em níveis inferiores aos dos anos 1980, também é verdade que a superioridade do movimento atual em relação ao movimento sindical dos anos 1950 e 1960 é flagrante. (2003, p.325). Em “Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil”, BOITO (1999, p.127) explica que a

década de 1990 foi um período difícil para o sindicalismo no Brasil. Ele não deixou de ser um movimento social importante, mas sua capacidade de intervenção na luta política e social diminuiu; nos anos 80, por exemplo, a CUT representou, frente aos governos Figueiredo e Sarney e diante da deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras, o baluarte da resistência e da luta popular. Hoje, a seu modo, é o MST que ocupa esse posto.

As empresas brasileiras parecem estar optando por um modelo anti-sindical. Ao implantarem projetos de incorporação individual não deixam lugar para as formas de representação dos trabalhadores enquanto categoria política e social. Essa incorporação individual é vista como forma de afastar os trabalhadores dos sindicatos da possibilidade de solapar o processo de constituição do sujeito coletivo. (LEITE, 1994).

A ameaça que esse processo significa ao sentimento de pertencer a um coletivo, que se sente valorizado e tem orgulho de si próprio, parece sobrepular, para esses trabalhadores, as vantagens que as melhorias relacionadas a maiores oportunidades de treinamento e às mudanças no tratamento dispensado pelas chefias, podem pressupor. Considerando o empenho sindical na questão, ao menos nos setores de ponta do sindicalismo, para a autora, as mudanças têm sido impulsionadas mais pela atuação dos sindicatos do que pela iniciativa empresarial. (LEITE, 1994, p.581).

Para ANTUNES há um crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe, da ação desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas; estes tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O autor identifica a ausência de direções dotadas de consciência para além do capital e diz que o sindicalismo vertical, herdado do fordismo, tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, que privilegie as esferas interprofissionais e aglutine o conjunto de trabalhadores, desde os “estáveis” até os precários, vinculados à economia informal. “Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Esse fato questiona a raiz do sindicalismo tradicional e dificulta, também, a organização sindical de outros segmentos da classe trabalhadora” (1999, p.36).

Mas, paralelamente à dessindicalização, tem-se presenciado importantes avanços na organização sindical dos assalariados médios. Mas, como afirma Leôncio M. Rodrigues, essa expansão do sindicalismo de empregados dos setores públicos e privados não foi, na maior parte dos países, suficiente para compensar, em termos de taxa de sindicalização, o declínio do sindicalismo dos trabalhadores manuais. (apud ANTUNES, 1995, p.64).

Em relação aos avanços da luta sindical, lembramos rapidamente também o debate sobre classe média e sindicalismo, empenhado por BOITO^[2]. De acordo com o autor, o sindicalismo relacionado à classe média, há quinze anos esteve mais ativo. A ofensiva neoliberal das últimas décadas colocou em dificuldades os trabalhadores e o sindicalismo do setor público, que é onde se concentra o sindicalismo de classe média. Mas apesar desse golpe, argumenta o autor, a força do sindicalismo de classe média, neste início de século XXI, contrasta, fortemente, com a debilidade que o caracterizava até meados da década de 60. A expansão desse sindicalismo chama, tanto mais a atenção porque ocorreu em uma conjuntura de estagnação ou declínio das taxas de sindicalização e da luta sindical nos setores estritamente operários em diversos países centrais e da América Latina. (2004, p.1). Citamos o mesmo autor:

Enquanto parte do proletariado industrial e de serviços, como mineiros, metalúrgicos, ferroviários e trabalhadores dos portos, teve o seu sindicalismo debilitado em diversos países, assalariados como professores, médicos, enfermeiros, trabalhadores de

escritório, da administração e de serviços públicos fortaleceram suas entidades associativas e adotaram práticas tipicamente sindicais – greves, manifestações de rua, assinaturas de acordos coletivos, etc (BOITO, 2004, p.2).

Outra consequência das transformações no âmbito sindical está na intensificação da tendência neocorporativa que preserva interesses dos operários estáveis, o que, para ANTUNES (1995) se trata de um corporativismo societal no Brasil. A retirada do Estado como poder regulador do mercado de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos como representantes, inclusive jurídicos, dos trabalhadores, somente fortalecem o poder corporativo das grandes empresas. “Através da tecnologia da informação, as organizações empresariais conseguem controlar muito mais eficazmente a ação dos trabalhadores; propalam, então, uma falsa flexibilidade do trabalho (RÚDIGER, 2003)”.

Mas mesmo que alguns setores econômicos tenham sofrido drástica redução dos seus postos de trabalho, e outros tenham perdido a importância estratégica e que, da mesma forma, novos setores tenham sido criados, como já constatou BOITO, é muito cedo para afirmar, por exemplo, que os setores emergentes da classe operária e dos assalariados de classe média não apresentam propensão à sindicalização. Os novos setores em que cresce o emprego e que ganham importância econômica, também precisarão de tempo para se organizar sindicalmente, tanto mais porque eles começam a fazê-lo em situação mais desfavorável do que a situação na qual se organizaram os setores sindicais tradicionais, justifica o autor. (2003, p.327).

Na visão de BERNARDO (2000, p.67), quando a proletarização assume uma extensão e uma intensidade sem precedentes, os sindicatos parecem já não saberem encontrar os trabalhadores. Continua o autor: “...essa força de trabalho recém proletarizada tem experiências e comportamentos muito diferentes do operariado fabril tradicional. Isso torna urgente a fusão dos vários setores componentes da classe trabalhadora. Ora, como a organização capitalista da sociedade implica a fragmentação dos trabalhadores, a sua união só pode efetivar-se na luta contra o capital.” (p.68). Para ele, os sindicatos não têm servido de quadro para essa fusão, e assim, enquanto os capitalistas tudo fazem para dividir social e culturalmente os trabalhadores, os sindicatos mostram-se incapazes de uma atuação em sentido contrário. Por isso, só uma estratégia que tenha como objetivo unificar a classe trabalhadora poderia constituir uma base sólida para a luta contra o desemprego, por exemplo.

Lembrando mais uma vez BOITO, em suma, a situação econômica, política e ideológica, atual, principalmente na América e na Europa, diante das condições históricas da ofensiva neoliberal, é desfavorável para todos os movimentos populares e, principalmente, para o sindicalismo, particularmente afetado pelo desemprego, pela abertura comercial e pela desregulamentação do mercado de trabalho. Porém, como corretamente afirma, essa situação não pode ser considerada definitiva. (1999, p.129).

Reverendo os Próprios Autores e Lembrando Algumas Saídas

Como aqui se trata de um artigo de revisão bibliográfica, com este mesmo caráter, pensar-se-á neste último sub-item na discussão de algumas análises, à luz dos mesmos teóricos já examinados, que se preocupam em demonstrar alternativas e/ou propostas que nos auxiliam a enxergar pistas e saídas para as “crises” e problemas até aqui discutidos.

Para LEITE (1994), a resolução dessa problemática passa por uma ampla reestruturação política e social que consiga reverter o quadro de profundas desigualdades que marcam a realidade nacional. Para ela, o país se vê diante de

um conjunto de dificuldades que apontam para questões de difícil resolução, como a não transposição mecânica e excludente de modelos de outros países, e criação de um modelo próprio, adaptado à nossa realidade. No seu parecer, a saída da crise passa, necessariamente, pela viabilidade de que o país consiga modernizar seu parque produtivo, tornando-se competitivo frente à indústria internacional, inserindo-se de maneira mais efetiva no processo de globalização. A saída da crise depende, também, da sociedade brasileira se dispor a negociar os modos de enfrentamento das dificuldades presentes. Trata-se da negociação de um verdadeiro projeto nacional (MATTOSO, 1992, apud LEITE, 1994, p.582), articulando a formação de um bloco social “produtivo” capaz de enfrentar os desafios da 3ª. Revolução Industrial e a gestação de um novo padrão de desenvolvimento. Na sua concepção, o trabalho e as relações capital/trabalho deverão passar por uma verdadeira revolução.

É possível romper com as forças de sustentação do sistema. No desafio para quem pensa o futuro do Brasil, na extrema adversidade do contexto histórico gerado pela globalização, há duas alternativas, que SAMPAIO (2000) coloca em forma de questões: a sociedade deve aceitar passivamente as tendências que vêm de fora, discutindo o ritmo e a forma de ajuste aos novos ditames do capital internacional e das nações hegemônicas? Ou a sociedade deve reagir a essas tendências, rompendo com as forças internas e externas que sustentam o processo de globalização de negócios?

Para o mesmo autor, os trabalhadores brasileiros precisam romper com o padrão mimético de modernização de consumo e definir prioridades para o desenvolvimento econômico, que sejam compatíveis com as possibilidades da economia nacional, mudanças essas que poderão superar o consumismo desbragado e organizar a sociedade com base em uma ética de solidariedade e de cooperação entre as classes sociais; modificar os parâmetros sociais e institucionais que regem a organização do mundo do trabalho; graduar a intensidade do processo de introdução e difusão do progresso técnico, tendo em vista a necessidade de preservar o acesso do conjunto da população economicamente ativa ao mercado de trabalho. Essas reformas, para evitar a barbárie, só podem ser concebidas dentro de uma organização socialista de sociedade.

SAMPAIO diz ser tarefa das forças políticas: denunciar a falta de horizonte do movimento de globalização e construir um amplo arco de alianças, capaz de impulsionar as transformações sociais indispensáveis para a superação da modernização perversa (2000). Afinal, “as lutas operárias podem questionar a estratégia do capital, propor a autonomia e a autodeterminação operária, questionar a eficácia e a racionalidade do capital.” (MARONI, 1982, p.50).

ANTUNES diz que, embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana podem ser viáveis através das revoltas que se originam centralmente no mundo do trabalho. Atuando enquanto classe, os trabalhadores constituem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista. Há muitas possibilidades de luta (ecológica, feminista, dos negros, etc), dotadas de significado, mas quando o eixo é a resistência e o confronto à lógica do capital e à sociedade produtora de mercadorias, para o autor, o centro desta ação encontra maior radicalidade quando se desenvolve e se amplia no interior das classes trabalhadoras. (1995, p.86-87).

CHESNAIS (1996, p.320-321) sem muito otimismo, sugere que as formas assumidas pela mundialização, especialmente a força e a autonomia conquistadas pelo capital monetário, deixam pouca margem de manobra para soluções reformistas: tanto para as retomadas de atividade através da demanda e alguns salpicos de medidas sociais, como para as medidas contra o desemprego, das quais o capital pode, atualmente, fugir, graças à sua mobilidade. Da mesma forma, para ele, a superação do modo de produção capitalista também não po-

derá acontecer prolongando e melhorando o modo de desenvolvimento fordista. Por isso, sob formas que será necessário inventar, integrando todas as lições da história deste século, é difícil ver, de acordo com a sua concepção, como a humanidade poderia prescindir de medidas de expropriação do capital.

Em um momento posterior, um pouco mais otimista, o mesmo autor (1997, p.28) afirma que apenas uma amnésia histórica, juntamente com apelos para se submeter à “inevitabilidade” das mudanças e para se resignar à “tirania dos mercados” pode dar crédito à idéia de que um regime marcado por uma dinâmica cumulativa de fraca acumulação industrial, de empregos cada vez mais raros e precários e de regressão social e política, possa ser considerado como “irreversível” e revestido por uma legitimidade histórica qualquer.

Em relação às saídas frente aos problemas vivenciados pelo sindicalismo, hoje, faz-se necessário pensar em algumas idéias já trabalhadas pelos autores que vimos durante esse texto. Por exemplo, para BERNARDO, só os raciocínios estritamente frios podem desvendar a dialética social do capitalismo, que consiste na possibilidade de reforçar os mecanismos de exploração com elementos gerados no interior do próprio processo de luta contra a exploração. (2000, p.9).

BERNARDO (2000, p.33) explica que o neoliberalismo caracteriza-se precisamente por reduzir, cada vez mais, o lugar dos sindicatos. Na perspectiva neoliberal o futuro que se apresenta aos dirigentes sindicais, não sendo já o de organizadores do mercado de trabalho, é o de proprietários coletivos de empresas e manipuladores de fundos públicos. “A alternativa parece ser, ou uma recriação do movimento operário anticapitalista, ou um desenvolvimento do capitalismo dos sindicatos.”

Já segundo BOITO, apenas mais recentemente, o desgaste do neoliberalismo tem propiciado o surgimento de novas lutas sociais (desempregados, trabalhadores do setor informal) e uma recuperação do sindicalismo. E esses dois movimentos poderão se fortalecer mutuamente. O autor argumenta que as classes trabalhadoras sempre apresentaram uma heterogeneidade e uma fragmentação socioeconômica muito grande, mas essa fragmentação se renova e se transforma a cada nova etapa do capitalismo. Sua importância e seu significado dependem, também, da conjuntura política, econômica e social; essa conjuntura e a luta é que dirão se é possível unificar os trabalhadores em um amplo movimento social e político.

Em “Política neoliberal e sindicalismo no Brasil” (1999, p.236-237), dentre outras seis idéias importantes concentradas no que o autor intitula “Por uma frente antiliberal”, emprestamos uma que nos auxilia a dar um tom de fechamento nessa parte do artigo onde nos dispusemos a refletir sobre algumas saídas que podemos vislumbrar, hoje, diante da problemática imposta pela política neoliberal. Essa afirma:

Se o movimento popular e os partidos de esquerda lograrem constituir um governo de frente antiliberal, esse fato criará condições políticas novas. Pode se dar que a política governamental antiliberal não se consolide. A pressão do imperialismo, dos bancos e do conjunto do grande capital poderá desestabilizá-la e provocar uma redefinição progressiva do sistema de alianças. Uma reforma antiliberal poderá exigir novos passos em direção às reformas mais profundas, se não se quiser retroceder. Caso não se constitua tal governo, tampouco está descartada, mesmo que isso não seja visível no horizonte da conjuntura atual, a possibilidade de uma crise revolucionária que exija uma mudança de estratégia. A frente antiliberal, ou melhor, sua ala operária e popular deverá, então, estar voltada para o futuro. E a evolução da conjuntura poderá impor a substituição do programa antiliberal por outro, mais avançado, voltado para a superação do capitalismo dependente (BOITO, 1999, p.236-237).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas-SP: Cortez/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. As metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. *Navta Pei*. Ano 1, n.1, p.8-14, fev. 1996.

BERNARDO, João. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? *Revista Crítica Marxista*. Campinas-S.P: Unicamp, n.04, 1997.

_____. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*: ainda há lugar para os sindicatos. São Paulo: Boitempo, 2000. (Coleção Mundo do Trabalho).

BERTOLINO, Osvaldo. A crise do trabalho. *Princípios*. n.46, p.19-22, ago./out. 1997.

BOITO Jr, Armando. Classe média e sindicalismo. *Primeira Versão*, n.123. IFCH/UNICAMP, fev. 2004.

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n.01, 1997, p.7-34.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. IN: _____. et. al. *Gramsci: o outro*. São Paulo: Xamã, 1998, p.9-80.

_____. *A liberdade (im) possível na ordem do capital*: reestruturação produtiva e passivização. IFCH/UNICAMP. n.29, setembro de 1999.

DRUCK, Graça. et.al. Bancário: um emprego de múltiplos riscos. *Caderno CRH*. Salvador, p.217-233, jul./dez. 2002.

_____. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. *Caderno CRH*. Salvador, p.11-22, jul./dez., 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.32-92.

_____. Prefácio. In: RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e identidade dos trabalhadores*. São Paulo/Niterói-RJ: Xamã/Intertexto, 2000.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; PRETECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica. O debate das Ciências Sociais na França. *Caderno CRH*. Salvador, n.37, p.47-80, jul./dez., 2002.

IANNI, Octávio. Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais. *Revista Estudos Avançados*. n.8 (21), 1994.

_____. Metáforas da globalização. *Caderno Idéias*. Campinas, n.1 (1), p.7-21, jan./jun., 1994.

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: *O Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho Flexível e o novo informal. *Caderno CRH*. Salvador, n.37, p.163-180, jul./dez., 2002.

MARONI, Ammémis. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NORONHA, Eduardo Garuti. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: *O Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

44

RODRIGUES, Iram Jácome. Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. (Coleção Mundo do Trabalho).

RUDIGER, Dorothee Susanne. Globalização, Justiça Social e emancipação: um debate na perspectiva do direito do trabalho. *Impulso*. Piracicaba (SP), n.14(33), p.41-55, 2003.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Os desafios da luta de classes na economia globalizada. *Le Monde - Diplomatique*. Especial n.1. Instituto Abaporu, Escola Sindical (SP, CUT): Veraz Comunicação. (s/pág), set. 2000.

SILVA, Elizete Conceição. *Tempo produtivo: reconstruindo identidades*. 2002. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina - UEL. Londrina - PR.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Da informalidade a empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno RH*. Salvador, n.37, p.81-109, jul./dez., 2002.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Laumar Neves de; et al. Gênero e mercado de trabalho na grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90. *Caderno CRH*. Salvador, n.37, p.181-215, jul./dez., 2002.

**NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E EMPRESARIAL -
NEPDTE**

APLICAÇÃO DE PADRÕES DE PROJETO NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

Sérgio Akio Tanaka¹
Marcos H. Pansanato²

RESUMO

A aplicação de padrões de projeto e a utilização de um estilo arquitetural visa facilitar e reduzir o tempo de desenvolvimento de um projeto, bem como sua organização. O presente trabalho apresenta aplicações de padrões de projeto da plataforma J2EE (Java 2 Enterprise Edition) no desenvolvimento de software, utilizando como estudo de caso um projeto de advocacia. Tal projeto utilizou o estilo arquitetural de camadas, baseado no MVC (Model View Control), que é composto por três camadas: apresentação, controle e integração. Os padrões aplicados foram: a VO (Value Object) para encapsular os dados de negócios e a DAO (Data Access Object) para encapsular os acessos à origem dos dados.

PALAVRAS-CHAVES: Aplicação de Patentes, Projetos

ABSTRACT

The application of project standards and the use of an architectural style aim at facilitating and reducing the development time of a project, as well as its organization. The present article shoes applications of project standards of the J2EE platform (Java 2 Enterprise Edition) in the software development, using a law project as case study. This law project used the multi-layered architectural style based on the MVC (Model View Control), which is made up of three layers: presentation, control and integration. The standards applied were: the VO (Value Object) to encapsulate the business-oriented data and the DAO (Data Access Object), to encapsulate the accesses to the origin of the data.

KEYWORDS: Pattern applications, project.

1. Fundamentação Teórica

Nesta seção é abordada a conceituação necessária para a aplicação dos padrões de projeto no sistema de advocacia, com base na plataforma J2EE.

1.1. Melhores Práticas de Desenvolvimento de Software

Segundo [KRUC, 2003], baseando-se nas experiências comprovadas foram destacadas as melhores práticas de desenvolvimento de software: desenvolver o software iterativamente; gerenciar as exigências; usar arquiteturas baseadas em componente; modelar visualmente o software; verificar continuamente a qualidade do software; controlar mudanças do software.

¹ Docente da UniFil - Colegiado de Tecnologia em Processamento de Dados. E-mail: tanaka@dc.unifil.br.

² Docente da Universidade Estadual de Londrina - UEL. E-mail: {mpansanato}@gmail.com.

1.2. RUP

O RUP é um processo de desenvolvimento de software baseado nas melhores práticas. Segundo [KRUC, 2003] o RUP faz uma abordagem disciplinada para assumir tarefas e responsabilidades dentro de uma organização e desenvolver com alta qualidade, satisfazendo o cliente e cumprindo os compromissos de prazo e orçamento. A Figura 1 apresenta a estrutura do RUP através das suas fases e disciplinas.

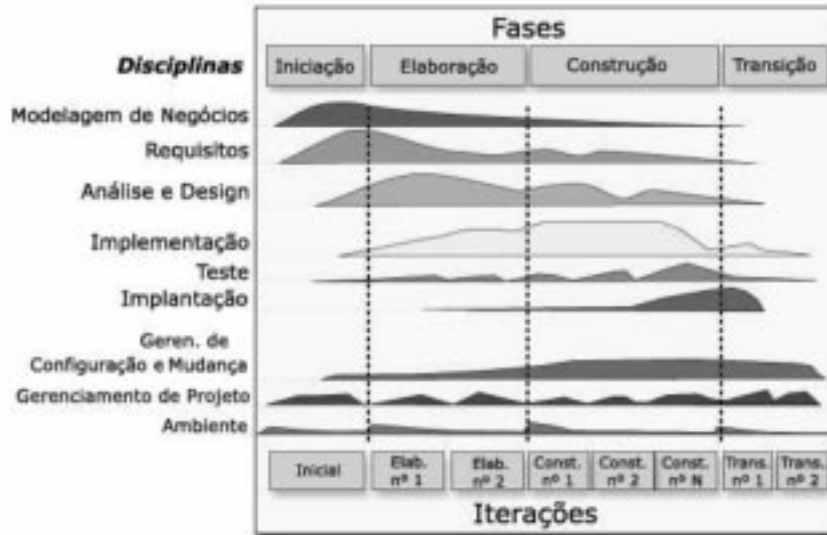


Figura 1: Visão geral da arquitetura do RUP.

48

1.3. Arquitetura de Software

Baseado em (MEND, 2002), os sistemas têm se tornado cada vez maiores e mais complexos. Com isso, engenheiros de software têm adotado princípios de projeto, como a ocultação de informações para simplificar. O uso de uma disciplina é essencial para se ter sistemas com qualidade e com um custo baixo.

1.4. Padrões de Projetos

Baseado em (GAMA, 2000), os padrões de projetos surgiram de experimentos exaustivos para se resolver problemas comuns encontrados em projetos. Cada padrão descreve um problema e sua solução. Solução essa que, muitas vezes, é utilizada de maneira diferente, mas atingindo o mesmo objetivo.

Em geral, um padrão tem quatro elementos essenciais: **nome do padrão**: é uma referência que podemos usar para descrever um problema de projeto, suas soluções e conseqüências em uma ou duas palavras; **problema**: descreve quando aplicar o padrão. Ele explica o problema e seu contexto; **solução**: descreve os elementos que compõem o projeto, seus relacionamentos, suas responsabilidades e colaborações; **conseqüências**: são os resultados e análises das vantagens e desvantagens da aplicação do padrão.

1.5. Padrões de Projeto no MVC (Model-View-Control)

Segundo GAMA, (2000), o MVC é composto por três tipos de objetos. O Model é o objeto de aplicação, a View é a apresentação na tela e o Control define a maneira como a interface do usuário reage às entradas do mesmo. Antes do MVC, os projetos de interface para o usuário tendiam a agrupar esses objetos. O MVC separa esses objetos para aumentar a flexibilidade e a reutilização.

1.6. Plataforma J2EE

De acordo com CORE (2002), a linguagem Java, desde sua criação, teve uma ampla aceitação e um grande crescimento. Novas APIs (application programming interface) e padrões foram surgindo para solucionar problemas no desenvolvimento de software. Com isso, a SUN e um grupo de líderes da indústria resolveram juntar todas APIs e padrões relativos da empresa em uma plataforma para o desenvolvimento de aplicativos empresariais e distribuídos, a Plataforma J2EE.

1.7. Padrões J2EE

Segundo CORE (2002), cada padrão se encontra em algum lugar, entre um padrão de design e um padrão de arquitetura, embora as estratégias documentem partes de cada padrão no nível mais baixo de abstração. O único esquema que é explicitado consiste em classificar cada padrão dentro de uma das três seguintes camadas de arquitetura lógica: camada de apresentação; camada de negócios; camada de integração.

Os padrões J2EE descritos no presente trabalho têm por base experiências coletivas de trabalho na plataforma J2EE com clientes da SJC (Sun Java Center) em todo o mundo. A SJC, uma parte da SPS (Sun Professional Services), é uma empresa de consultoria com foco na construção de soluções baseadas em tecnologia Java para clientes.

2. Estudo de Caso – Projeto de Advocacia

Esta seção apresenta o estudo de caso do projeto de advocacia.

2.1. Funcionalidades Básicas

Um projeto de advocacia visa a oferecer apoio informatizado ao controle de processos, andamentos e arquivamentos de um escritório de advocacia.

2.2. Protótipo da Principal Interface Gráfica

A Figura 2 representa a principal tela do projeto de advocacia, o controle de processo, correspondente a um caso em uso para controlar um processo, conforme apresentado na Figura 3.

Dados do Processo

Número: Data Ab.: Data Fec.:

Cliente:

Contr.:

Adv.:

Tipo P.: Ação:

Comarca: Vara:

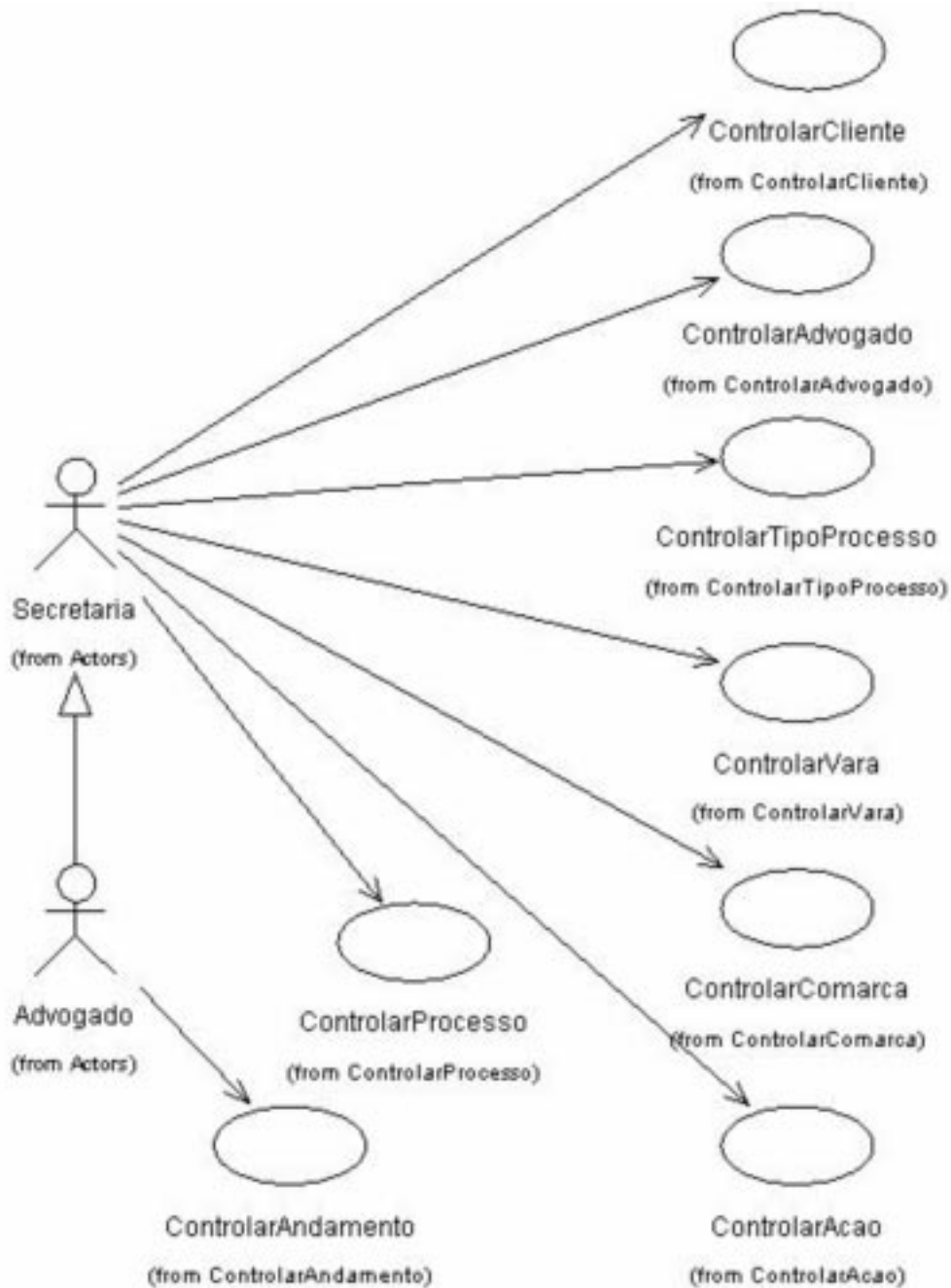
Aberto Fechado Pasta:

Figura 2: Interface Gráfica do Controle de Andamentos.

Todas as outras interfaces gráficas do projeto podem ser visualizadas em: www.dc.uel.br/~mhpananato.

2.3. Diagrama de Caso de Uso

A Figura 3 representa o estudo e a modelagem da interface externa do sistema, ou seja, descreve os requerimentos dos usuários. O sistema é formado por atores, alguém ou algo que utiliza funcionalidades do sistema, e os casos de uso, que representam serviços do sistema.



50

Figura 3: Diagrama de caso de uso do projeto de advocacia.

3. Aplicação de Projeto no Projeto de Advocacia

O Projeto de Advocacia foi estruturado para ter um melhor desempenho e uma melhor organização. Nesta seção é abordada a arquitetura de camadas do projeto, bem como os padrões J2EE utilizados.

3.1. Arquitetura de Camadas

O Projeto Advocacia é baseado no MVC, consistindo em um sistema dividido em 3 camadas.

As camadas do Projeto de Advocacia são: **camada de apresentação**: esta camada encapsula toda a lógica de apresentação para servir os clientes que acessam o sistema. Ela é composta pelas telas do sistema; **camada de negócios**: esta camada fornece os serviços de negócios necessários aos clientes das aplicações. Ela é composta pelas regras de distribuição de funcionalidades; **camada de integração**: esta camada é responsável pela comunicação e recursos externos. Ela é composta pelas classes que fazem a persistência dos dados no banco de dados.

3.2. Aplicação de Padrões J2EE

O sistema contém 2 padrões J2EE: a DAO (Data Access Object) na camada de integração e a VO (Value Object) na camada de negócios.

A DAO é utilizada para extrair e encapsular todos os acessos à origem de dados e gerenciar a conexão com a origem de dados para obter e armazenar esses dados.

A VO é utilizada para encapsular os dados de negócios. Uma única camada de método é utilizada para enviar e recuperar o objeto de dados. Quando o cliente solicita o enterprise bean para os dados de negócios, o enterprise bean pode criar o objeto de dados, preenchê-lo com seus valores de atributos e passá-lo por valor para o cliente. Essa alternativa diminui a sobrecarga na rede.

3.3. Modelagem dos Casos de Uso do Sistema Advocacia

É demonstrada a estrutura dos casos de uso, utilizando a arquitetura de camadas e o uso de padrões J2EE, através de diagramas de classes.

A Figura 4 representa as classes do caso de uso: controlar processo. O caso de uso controlar processo funciona como o caso de uso controlar cliente. A classe FR_Processo é a interface gráfica. A RN_Processo distribui seus métodos a outras regras. A VO_Processo estende a classe VO para utilizar e implementar seus métodos e armazena os dados dos atributos referentes ao processo. A DAO_Processo estende a classe DAO para utilizar e implementar seus métodos, e é também encarregada de fazer a persistência dos dados.

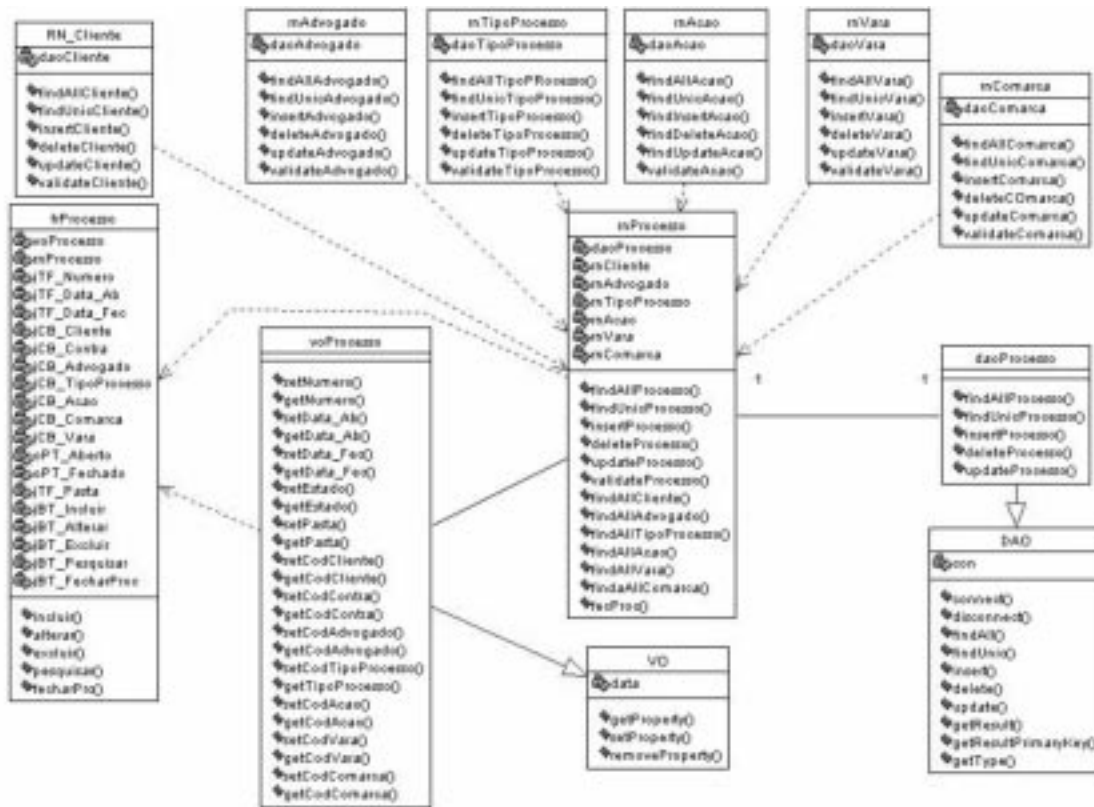


Figura 4: Diagrama de classe do caso de uso controlar processo.

REFERÊNCIAS

ALUR, Deepak; CRUPI, John; MALKS, Dan Core. *J2EE Patterns: as melhores práticas e estratégias de design*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GAMMA, Erich; HELM, Richard; JOHNSON, Ralph; VLISSIDES, John. *Padrões de projeto: soluções reutilizáveis de software O.O*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HUSTED, Ted. *Struts em Ação*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004.

KRUCHTEN, Philippe. *Introdução ao RUP: Rational Unified Process*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003.

MENDES, Antônio. *Arquitetura de software: desenvolvimento orientado para arquitetura*. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 2002.

A IMPORTÂNCIA DO SUB-SISTEMA FÍSICO NO MODELO DE NEGÓCIO

*Emerson Marcelo dos Santos¹
Felipe Roberto Fais
Hideraldo Storer
Marcela de Mattos
Solange da Rosa*

RESUMO

Este ensaio trata, principalmente, do arranjo físico da empresa ou qualquer organização que necessite deste processo. O físico operacional abrange o arranjo, o espaço e as próprias operações ligadas à atividade da empresa. No que diz respeito ao arranjo físico, veremos que é a organização de tudo o que envolve o trabalho realizado. Para tanto, faz-se necessário estudar as diversas possibilidades de arranjo físico para decidir qual a mais indicada, de acordo com o ramo de atividade e o espaço físico da empresa, e só então escolher qual modelo de arranjo torna-se mais adequado. Outrossim, são aqui analisadas as vantagens do arranjo físico, bem como as dificuldades para fazê-lo, além dos perigos de uma decisão errada. Portanto, embora não seja o bastante para a implementação completa de todas as ações de uma empresa, este trabalho tem o objetivo de esclarecer o caminho a se seguir e fazer com que se tenha consciência a respeito da importância do arranjo físico.

PALAVRAS-CHAVES: Arranjo Físico, Negócio.

ABSTRACT

This article deals essentially with the layout of a company or of any other organization which needs this process. The term physical-operational comprehends the arrangement, the space and the peculiar activities related to the field of business of the enterprise. As far as the physical arrangement is concerned, we will observe that it is the arrangement of everything that concerns the work being done. So it's necessary to study the several different possibilities of physical arrangement to decide what the most indicated is, according to the kind of activity and the physical space of the enterprise, and only then make a decision as to the most suitable model of arrangement. On the other hand, we will analyze the advantages of the physical arrangement, as well as the difficulties involved and also the dangers of a wrong decision. Therefore, although it is not enough for the complete implementation of all decisions made by an enterprise, this work intends to indicate the way to be followed and to make people aware of the importance of the physical arrangement.

KEYWORDS: Physical Arrangement, company

Introdução

Em tempos hodiernos, sinonímia de lucratividade é uma empresa funcional, aquela capaz de seguir o presto ritmo do mercado em suas operações; que oferece aos clientes, fornecedores, funcionários e outros envolvidos, o conforto da agilidade e da competência, e cuja estrutura organizacional do todo seja capaz de fluir livremente sem os grilhões da desorganização.

¹ Acadêmicos, na época da realização desta pesquisa, do 4º. Ano do Curso de Ciências Contábeis da UniFil.

Não obstante o óbvio, pode parecer-nos no mais das vezes, impraticável ‘driblar’ todos os travos de um processo (execução de alguma atividade ou serviço) mal planejado, ou deveras dispendioso reverter uma circunstância de despreparo da estrutura ou do pessoal. Contudo, o que não nos apercebemos é que, ainda mais oneroso, é uma postura empresarial inadequada. A solução – ou prevenção – entretanto, pode ser mais fácil do que conviver com o problema. O que imediata e forçosamente vai de encontro ao arranjo físico, alvo do presente estudo, sendo inerente o conceito de espaço físico.

1. O Espaço Físico

É onde acontecem todos os processos e operações de uma empresa. De processos e operações, considere-se:

Em uma empresa industrial, entendemos como um processo o percurso realizado por um material desde que entra na empresa até que dela sai (sic) com um grau determinado de transformação. Por sua vez, uma operação é o trabalho desenvolvido sobre o material por homens ou máquinas em um determinado tempo. Em empresas de serviços, o material fundamental é a informação. A informação flui dentro da empresa circulando entre as áreas e as pessoas; (sic) sendo utilizada para a tomada de decisões ou para a execução de ações, que denominamos operações, traçando um paralelo simples com a empresa industrial. Portanto, seja na empresa industrial, seja na empresa de serviços, um processo é constituído de diferentes operações (MARTINS e LAUGENI, 1999, p.321).

Os processos e operações, portanto, fluem pelo espaço físico da empresa. No aspecto operacional, é intrínseca a necessidade destes serem práticos e funcionais.

54

2. O Arranjo Físico

O planejamento do arranjo físico envolve o posicionamento estratégico dos “recursos transformadores” (instalações, maquinários, equipamentos, funcionários) e fluxo de pessoal e/ou clientes nas operações, primando pela eficiência destes elementos naquilo que chamamos de empresa; embora convenha empregá-lo (o arranjo físico) em qualquer unidade produtiva, ou seja, qualquer estrutura que careça de uma organização para o seu bom funcionamento.

Não obstante as diversas situações para empregá-lo, não raro encontram-se obstáculos, que facilmente poderão ser suplantados com a correta disposição do arranjo. Dos tais obstáculos pode-se citar:

- O arranjo ou o rearranjo físico é um processo extremamente dificultoso, lento e dispendioso;
- Pode-se dificultar ou até mesmo interromper os processos e operações da empresa, gerando a insatisfação do cliente e perdas na produção, em detrimento da receita;
- Na conjuntura de um arranjo equivocado, os padrões de fluxo tornar-se-ão longos e confusos, com altos custos de produção e inconvenientes gerais;
- Se a implementação do arranjo não for elaborada com projeções das possíveis necessidades a longo prazo, podem surgir dificuldades técnicas futuras.

Percebe-se que, de qualquer modo, o arranjo físico é fator decisivo e preponderante para a produtividade da empresa, positiva ou negativamente. Portanto, é forçoso atentar muito detidamente ao projeto do arranjo.

2.1. Projeto de Arranjo Físico

Aplica-se o projeto através da ação de procurar abrandar as mobilizações físicas, orçamentárias e temporárias da implementação do arranjo, além de buscar evitar os equívocos das irreflexões.

[...] A consequência de qualquer mau julgamento na definição do arranjo físico terá efeitos de longo prazo (sic) consideráveis na operação. Projetar o arranjo físico de uma operação (sic) produtiva, [...] deve iniciar-se com os objetivos estratégicos da produção. Entretanto, isso é apenas o ponto de partida do que é um processo de múltiplos estágios que leva ao arranjo físico final de uma operação (SLACK, CHAMBERS, JOHNSTON, 2002, p.201).

O delineamento do projeto será decidido de acordo com o tipo de processo empregado na empresa. Pode-se distingui-los como:

- Processos de projeto;
- Processos de jobbing;
- Processos em lotes;
- Processos de produção em massa;
- Processos contínuos.

2.1.1. Processos de Projeto

O que caracteriza esse tipo de processo é o baixo volume de unidades produzidas e a alta variedade processual, sendo, freqüentemente, longo o período de tempo para concluí-lo, e as atividades envolvidas podem modificar-se durante o próprio processo de produção. Podemos encontrar exemplos nas construtoras civis e produtoras de filmes, entre outros.

2.1.2. Processos de Jobbing

Cada produto desse processo deve compartilhar os recursos de operação com diversos outros, trabalhando sobre vários produtos que diferem entre si pelas suas especificidades. O grau de repetição é baixo, sendo únicos os produtos, na maior parte dos trabalhos. Como exemplos, ilustram-se os restauradores de móveis, alfaiates, gráficas, etc.

2.1.3. Processos em Lotes

Como indica o nome, a produção é realizada em lotes, grandes ou pequenos e podem ser relativamente repetitivos, baseando-se em uma gama mais ampla de níveis de volume e variedade do que os demais processos. Assim temos as manufaturas, fabricação de roupas, etc.

2.1.4. Processos de Produção em Massa

São os que produzem bens em grande quantidade mas com variedade estreita, onde estão presentes, apenas, as variantes de um mesmo produto, sem afetar o processo básico de produção. As operações nesse processo são amplamente repetitivas e previsíveis, como acontece nas fábricas de bens duráveis (automóveis, televisões, etc.).

2.1.5. Processos Contínuos

É o extremo da produção em massa, com volumes ainda maiores e variedade ainda mais restrita. São contínuos por operarem em períodos de tempo muito mais longos e, por vezes, de forma ininterrupta. É o caso de refinarias petroquímicas, siderúrgicas, etc.

2.2. Arranjo Físico Básico

Já tendo-se consciência de qual tipo de processo sob o qual opera a empresa, faz-se necessário definir o modelo básico de arranjo físico que mais se enquadra no modo de produção em questão. Dentre estes:

- Arranjo físico posicional;
- Arranjo físico por processo;
- Arranjo físico celular;
- Arranjo físico por produto.

Sendo os demais tipos, apenas variantes destes tipos básicos.

2.2.1. Arranjo Físico Posicional

É também chamado de arranjo físico de posição fixa, referindo-se à posição fixa dos recursos transformados (como clientes, maquinários, instalações, produtos, etc.) sendo que estes permanecem estacionários enquanto os recursos transformadores fluem por entre eles.

A marca principal do arranjo de posição fixa é a baixa produção. Frequentemente, o que se pretende é trabalhar apenas uma unidade do produto, com características únicas e baixo grau de padronização: dificilmente, um produto será igual ao outro. [...] (MOREIRA, 2000, p.262).

Temos como exemplos de arranjo posicional, a construção de uma rodovia, onde o produto é muito grande para ser movido; os restaurantes que trabalham no sistema À La Carte, onde os clientes esperam estacionários pelo prato.

56

2.2.2. Arranjo Físico por Processo

É aquele cuja disposição dos recursos transformadores deve estar de acordo com as distintas necessidades dos recursos transformados, prevendo suas conveniências e facilitando assim, o fluxo do processo, muitas vezes buscando influenciá-lo. Neste caso, processos ou necessidades de processos, similares deverão ser localizados juntos uns dos outros, tornando-se assim o padrão de fluxo desta operação bastante complexo. Os supermercados representam exemplos claros, onde os produtos precisam estar dispostos uns em relação aos outros de forma a facilitar a busca por parte dos clientes.

2.2.3. Arranjo Físico Celular

É onde os recursos transformados são previamente selecionados – ou selecionam-se a si próprios – com o objetivo de ir ao encontro de uma parte específica da operação, chamada célula, cujos recursos transformadores atinentes às necessidades dos transformados encontram-se ali e então, por conseguinte, podem, ou não, seguir para outra célula. Esta consiste em uma tentativa de ordenar mais facilmente a complexidade de fluxo do arranjo físico por processo.

2.2.4. Arranjo Físico por Produto

Neste, temos um fluxo de recursos transformados extremamente claro e previsível, onde os recursos transformadores são estacionários e segue-se, em geral, a mesma seqüência em que foram arranjados os processos, o que torna este modelo o mais fácil de controlar.

R
E
V
I
S
T
A

O arranjo físico por produto envolve localizar os recursos produtivos transformadores, inteiramente, segundo a melhor conveniência do recurso que está sendo transformado [...] às vezes, esse tipo de arranjo físico é chamado de arranjo físico em “fluxo” ou em “linha” [...] em algumas operações de processamento de clientes, um arranjo físico por produto é adotado, ao menos em parte, para ajudar a controlar o fluxo de clientes ao longo da operação [...] é a uniformidade dos requisitos que leva a operação a escolher um arranjo físico por produto (SLACK, CHAMBERS, JOHNSON, 2002, p.207).

Como exemplo do arranjo físico por produto temos os restaurantes self-services onde todos os clientes executam uma seqüência comum.

3. Implementação

Nesta derradeira etapa do arranjo físico, é quando se conclui sobre o projeto mais conveniente, com as escolhas apropriadas a serem, tão logo, implementadas, trazendo significativas mudanças para a empresa, tendo-se em vista que um empreendimento funcional e rentável principia pela excelência da organização e da eficiência. Tais predicativos jamais poderão advir de uma conjectura simplória, mas decorrer de um longo processo, tão laborioso quanto benéfico.

Conclusões

Discutiu-se aqui, de forma simplificada, as maneiras mais convenientes para a manipulação do espaço físico afim de que a expressão “físico-operacional” não termine por tornar-se “físico, porém não-operacional”. Detentor destas informações, perceberá o empreendedor, a relevância do que aqui foi explicitado e traçará as trajetórias pelas quais deverá guiar-se, prevenindo-se ainda, dos perigos implícitos que tal postura empreendedora.

Outrossim, tenha-se claro, não obstante a crença do leitor, que as idéias e propostas foram aqui meramente resumidas, fazendo-se necessária uma maior diligência para a devida implementação. Caso contrário, a iniciativa poderá tornar-se um simulacro técnico-didático para o empresário

REFERÊNCIAS

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. *Administração da produção*. São Paulo: Atlas. 2002.

MARTINS, P. G.; LAUGENI F. P. *Administração da produção*. São Paulo: Saraiva, 1999.

MOREIRA, D. A. *Administração da produção e operações*. São Paulo: Pioneira, 2002.

CAPITAL HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS: A VANTAGEM COMPETITIVA

*Luiz Fabiano Gomes¹
Marco Aurélio Frasson
Paulo Roberto Ambrósio
Roger Lanza
Roselaine Meire Marine
Adalberto Brandalize²*

RESUMO

De uma maneira geral, o potencial das pessoas nas organizações não tem sido adequadamente utilizado; elas são levadas a um desempenho burocrático, sem nenhuma inovação ou criatividade, submetidas a uma cultura empresarial de otimização dos lucros e redução de custos. A organização necessita de pessoas competentes e criativas para enfrentar as dificuldades do mercado atual. Os funcionários podem constituir-se em elementos alavancadores de resultados dentro da organização; constituem a vantagem competitiva que representa o “algo mais” que uma empresa pode oferecer ao mercado; são, ainda, os que fazem a diferença e a personalizam, fazendo-a distinguir-se dentre todas as demais.

PALAVRAS-CHAVE: Homem; Realização; Trabalho; Empresa.

ABSTRACT

As a rule, the working potential of employees has not been adequately explored by companies: employees are encouraged to perform in a bureaucratic way, without any innovation or creativity and subjected to the policy of optimization of profits and reduction of costs. Any company needs competent and creative people in order to face the difficulties of the contemporary market. Employees can become active elements in producing results within a company: they constitute the competitive edge which represent that “something else” that a company can offer the market; they are also those who make and personalize a difference, making a company stand out among the others.

KEYWORDS: man, accomplishment, work, company

INTRODUÇÃO

De uma maneira geral, o potencial das pessoas dentro das organizações não tem sido adequadamente utilizado; elas são levadas a um desempenho burocrático sem nenhuma inovação ou criatividade, submetidas a uma cultura empresarial de otimização dos lucros e redução de custos. O capital financeiro é, muitas vezes, considerado o único recurso para o êxito das empresas.

58

R
E
V
I
S
T
A

¹ Acadêmicos, na ocasião desta pesquisa, do Curso de Administração de Empresas da UniFil.

² Docente de Administração de Empresas na UniFil e na FANORPI Mestre em Administração, Área de Finanças. Mestrando em Administração, Área Gestão Empresarial. Coordenador de pós-graduação. Consultor empresarial. Ex-executivo. Pesquisador e palestrante sobre Administração. Orientador da presente pesquisa. Home page: www.professorbrandalize.hpg.com.br. E-mail: branda@sercomtel.com.br.

A sociedade brasileira vive um momento de profundas transformações sócioeconômicas, e isto vem exigindo mudanças. Quando, no trabalho, são retirados todos os elementos desafiadores, criativos, prazerosos e a possibilidade do indivíduo deliberar sobre seu próprio desempenho, é também retirada a parte humana do trabalhador; com isso, extrai-se, igualmente, a possibilidade de dele tornar-se digno, saudável, alegre, criativo, responsável. Logo, ele é equiparado aos demais recursos de produção. A pessoa passa a ter um valor correspondente à importância de seu emprego ou à sua capacidade produtiva (MATTOS, 1992, p.5-13).

A organização necessita de pessoas competentes e criativas para enfrentar as dificuldades do mercado atual. Os funcionários podem constituir-se em elementos alavancadores de resultados dentro da organização; constituem a vantagem competitiva que representa o “algo mais” que uma empresa pode oferecer ao mercado e mostrar-se competitiva. São, ainda, os que fazem a diferença e a personalizam, fazendo-a distinguir-se de todas as demais. Para que isso aconteça, é necessário que as pessoas sejam selecionadas, integradas socialmente, desenvolvidas, lideradas, motivadas, comunicadas, avaliadas, remuneradas, recebendo feedback de seu desempenho, participem das decisões que as afetem direta ou indiretamente e possam externar suas opiniões. Todos, do presidente ao mais simples empregado devem ser empreendedores. Quanto mais empreendedores forem os funcionários, maior será o sucesso da empresa.

A busca incessante da eficiência e eficácia, a competição, a globalização, a Reengenharia, o Programa de Qualidade Total, entre outros, são “novas” vestimentas que o poder econômico utiliza como formas de mudança de paradigmas para ampliar o lucro das empresas. O trabalhador nas organizações modernas, apesar de todo o esforço por parte de algumas empresas para atender às necessidades dos seus servidores, ainda é considerado um “recurso”; nestes novos modelos, esse fato tem ocasionado as mais diversas crises, incluindo-se a ausência de satisfação profissional por parte do trabalhador. Então, é possível pensar que o uso de todas essas formas de inovação tecnológica e administrativa é precário e não evita as crises.

Diante dessas considerações, é oportuno levantar a seguinte questão: avaliar a contribuição do Grupo Humanismo e Gestão da Escola de Altos Estudos Comerciais de Montreal, para resgatar o sentimento de realização profissional do homem. Uma vez definido o problema da pesquisa, considerou-se como sendo os seus objetivos:

1. Identificar o lugar do homem no trabalho nas principais abordagens da administração;
2. Mostrar a contribuição do Grupo Humanismo e Gestão para resgatar o sentimento de realização do homem no trabalho.

A importância do presente ensaio está nas contribuições que poderá trazer para a organização e para os trabalhadores. Em primeiro lugar, o estudo do homem no trabalho poderá contribuir, significativamente, para aumentar a qualidade e a produtividade dos trabalhos realizados e, o resultado deste estudo talvez possa propiciar que a vida no trabalho possa ser mais feliz e realizadora. A partir das leituras sobre as teorias administrativas, percebeu-se que o homem se apresentava, de uma maneira geral, no plano secundário. E diante dessa inquietação, surgiu a necessidade de obter informações sobre a contribuição do Grupo Humanismo e Gestão para resgatar o sentimento de realização do homem no trabalho.

METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada uma síntese histórica das principais abordagens teóricas da administração em função dos objetivos do trabalho, considerando o relacionamento do indivíduo com o seu trabalho, os eixos teóricos e as devidas apreciações críticas; apresentando, também, o pensamento de um grupo de pesquisadores de Montreal (Canadá), pelo fato de se reconhecer a importância e a contribuição que os estudos desses pesquisadores poderão trazer para a área da Administração. Adotou-se uma metodologia predominantemente qualitativa de natureza exploratória. A pesquisa consistiu em uma breve retrospectiva histórica das abordagens administrativas, levando em consideração a questão em estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história mostra que o homem sempre procurou formas de melhor utilizar os seus esforços para conseguir melhores resultados. A organização é uma dessas criações e apresenta diversidade. Até meados do século XVIII, as organizações se desenvolveram mais lentamente. A partir da Revolução Industrial, com a invenção da máquina a vapor e sua aplicação à produção, entre outras invenções tecnológicas, apareceram modernas organizações e novos desafios no campo administrativo.

Observa-se que a humanidade, como um todo, e as pessoas, individualmente, dependem da organização, quer para a sobrevivência, quer para o contínuo desenvolvimento. É através da organização que a vida se torna viável nas sociedades modernas. SCHEIN (1982, p.10-12) afirma que o indivíduo, sozinho, é incapaz de satisfazer todos os seus desejos e necessidades; então, o homem, devido às suas limitações, necessita interagir com outros. Desta forma, reconhece que a organização é o instrumento através do qual os indivíduos atingem seus objetivos e satisfazem seus desejos e necessidades.

Nas teorias administrativas examinadas, observa-se, de uma maneira geral, uma hegemonia de valores econômicos, em detrimento de valores humanistas. O homem é considerado mais como um recurso organizacional para maximizar o lucro e minimizar os custos, sendo mensurado pela sua produção ou resultado final. Há a busca do resultado através do homem, mas sem o homem. A Teoria Tradicional considera que o homem é movido a trabalhar pelo salário, fonte de sua sobrevivência. É através de recompensas salariais e dos prêmios de produção que o homem desenvolve ao máximo o seu potencial. É o “homo economicus”. Em seguida, surge o “homem organizacional”, na Teoria da Burocracia, que é um ser isolado que reage como ocupante de um cargo e uma posição, através de incentivo material e salarial, na busca da máxima eficiência. Essa teoria considera as pessoas como detentoras de funções, impessoalmente, porque as pessoas são efêmeras e os cargos são permanentes na organização. Em oposição a essas definições, surgiu, na Teoria das Relações Humanas, o “homo social” que considera os trabalhadores como seres sociais que alcançam suas satisfações por meio dos grupos com os quais interagem.

Novamente, surge o “homem organizacional” da Teoria Estruturalista, sendo aquele que desempenha papéis em diferentes organizações e que precisa possuir flexibilidade para acompanhar as mudanças, tolerância às frustrações para suportar os conflitos e permanente desejo de realização; bem diferente do “homem organizacional” de Weber, basicamente impessoal. Dando ênfase ao ambiente, aparece o “homem funcional” da Teoria dos Sistemas, onde o indivíduo comporta-se em um papel dentro das organizações, inter-relacionando-se

com outros indivíduos como um sistema aberto. A Teoria Comportamental mostra que o homem procura apenas a maneira satisfatória, e não a melhor maneira de fazer um trabalho; não procura o lucro máximo, mas o lucro adequado; não o preço ótimo, mas o preço razoável; é o “homem administrativo”. A evolução da teoria organizacional mostra a organização, basicamente, de um ponto de vista interno, como sistema fechado e baseada na concepção de que as variáveis internas são as determinantes do seu sucesso.

Os modelos organizacionais tradicionais são, de uma maneira geral, pesados e lentos, gerando fortes resistências à inovação. Foi necessária uma evolução nas teorias administrativas, que agisse no que se refere às mudanças, para conseguir antepor um modelo aberto, mais ágil e flexível, e conceber uma organização verdadeiramente moderna. A este respeito, MATOS (1980, p.11) afirma:

A busca da eficácia das Organizações vem sendo, hoje, preocupação dominante não só para empresários e administradores, como também para filósofos, cientistas, políticos e para todos os que se preocupam com melhores condições de vida para a sociedade. A grande organização tornou-se o ponto central de referência no contexto social contemporâneo. Sua atuação e influência traduzem-se em um complexo e dinâmico mecanismo do qual resultam trabalho, utilidade e bem-estar. Todavia, a exigência de bons serviços, com freqüência, é obscurecida pela complexidade estrutural, pelo excesso de formalidades e pelo comportamento estereotipado, fruto das distorções da organização burocrática.

O processo de elaboração do projeto organizacional, segundo NADLER (1995, p.30-31), deve, necessariamente, considerar duas perspectivas: 1) a do desempenho, que se preocupa com a maneira de realização dos trabalhos, e parte do pressuposto que são meros mecanismos econômicos para realizar o trabalho e atingir objetivos que não poderiam ser atingidos por indivíduos isoladamente; 2) a social-cultural, que se preocupa com o indivíduo, e parte do pressuposto que as organizações existem para satisfazer às necessidades individuais e coletivas.

As duas perspectivas só interessam quando combinadas para criar organizações orientadas para o trabalho e para a satisfação das pessoas, ambas, condições indispensáveis na construção do perfil da organização moderna. Verificou-se, nos principais modelos da organização moderna supramencionada, que a perspectiva social-cultural de Nadler, que se preocupa com o indivíduo e parte do pressuposto que as organizações existem para satisfazer às necessidades individuais e coletivas, não se encontra contemplada nos pressupostos práticos dos referidos modelos.

As ciências da administração vêm conhecendo um movimento de questionamento, reformulação e criatividade, e o estudo do comportamento humano nas organizações ocupa posição de destaque, tendo em vista a valorização do capital intelectual. Hoje ocorre a terceirização de alguns países, mudanças tecnológicas no processo de produção e na transmissão de informações, enquanto a mundialização dos negócios vem exigindo respostas alternativas às transformações sociais, econômicas e culturais e estão sendo questionados o ensino e a formação dos gestores de negócios, havendo muitos especializados, técnicos e quantitativos, contrapondo-se aos valores humanistas.

É necessário compreender o ser humano no ambiente de trabalho, apreendendo o sentido que dá à sua própria vida. A preocupação com os aspectos econômicos e com a eficácia, considerados primordiais, absorve, quase que exclusivamente, todas as atenções da organização. Entretanto, é possível perceber, através da literatura mais recente na área da Administração, uma tendência bastante expressiva para incorporar e articular subsídios teóricos das áreas da Psicanálise, Antropologia, Lingüística, Ciências do Conhecimento, Psicologia

Social entre outras, pondo em relevo dimensões normalmente esquecidas nas empresas, tais como: palavra e linguagem, espaço e tempo, comunicação não-verbal, cognição, cultura, poder, afetividade, vida simbólica, prazer e sofrimento no trabalho, inconsciente e relações interculturais.

Tendo em vista a questão, objeto de nossa pesquisa, considerou-se bastante oportuna a apresentação do pensamento de um grupo de pesquisadores de Montreal (Canadá) por se reconhecer a importância e a contribuição que os estudos desses pensadores poderão trazer para a área da Administração. Em 1990, foi criado, na Escola de Altos Estudos Comerciais de Montreal (HEC), o Grupo Humanismo e Gestão, com o intuito de institucionalizar práticas de pesquisa, ensino e desenvolvimento que tivessem como eixo as preocupações humanistas. O interesse maior era ir de encontro à hegemonia de valores exclusivamente econômicos no domínio da gestão de negócios. Renée Bédard, Alain Chanlat, Jean-François Chanlat e Allain Joly são os principais pesquisadores da HEC que pertencem ao Grupo Humanismo e Gestão. Os referidos autores vêm trabalhando, em seus estudos e pesquisas, as dimensões esquecidas na área da administração.

CHANLAT (1993, p.17-20) observou que as pesquisas sobre o homem na organização são dispersas, devido à ausência de uma linha diretiva. Há, nas empresas, uma alta sofisticação nas atividades, mas longe dos interesses das pessoas, porque há uma aceitação incondicional dos modelos das ciências exatas. Há uma preocupação com rentabilidade e eficácia da organização, que absorve todas as atenções. Nesta situação, o homem é considerado como uma simples engrenagem ou recurso para se atingir essa eficácia. Este enquadramento do homem conduz a sofrimentos (desvalorização do ser humano) no ambiente de trabalho, permitindo imensuráveis desperdícios econômicos, contrariando a própria eficácia organizacional.

62 O referido autor reforça que é preciso reintroduzir a pessoa em seu devido lugar no trabalho para reabilitar o ponto-de-vista do sujeito, seu desejo e a contribuição do trabalho para realização do seu ser. Esta posição, em relação às dimensões do indivíduo na organização, torna necessário um modo de pensar interdisciplinar e uma preocupação com a ética. Nossa sociedade sofre inúmeras transformações econômicas, sociais políticas e culturais, como: ascensão da racionalização, acumulação do capital, hegemonia econômica, desenvolvimento do individualismo, obsessão do progresso, urbanização e explosão tecnológica; ao mesmo tempo, houve uma proliferação de organizações, que se tornou objeto de estudo, pesquisa e reflexão.

O relatório da Fundação Ford, há mais de vinte e cinco anos, reivindicava uma nova formação acadêmica do administrador, incorporando o estudo das ciências do comportamento, denunciando o elevado grau de especialização, a rigidez, o antiintelectualismo, o etnocentrismo, o quantitativismo, o economismo, a incultura e a ausência de consciência histórica. A organização torna-se, então, o lugar propício para o sofrimento, transformando seus empregados em objetos. A organização está subordinada à racionalidade econômica, exigindo do trabalhador a necessidade de realizar-se fora do trabalho tradicional.

Verificou que as ciências humanas, bem como as do comportamento organizacional, têm sido submetidas às leis da divisão intelectual do trabalho, acarretando uma imagem fragmentada do ser humano, conduzindo vários pesquisadores ao reducionismo, ao imperialismo biológico, psicológico ou sociológico e, no campo organizacional, ocultando grande número de dimensões humanas. Com isso, o comportamento organizacional desenvolveu-se para melhorar a produtividade e não desenvolveu uma concepção do ser humano como indivíduo. O ser humano é muito mais complexo; é preciso restituir sua unidade e suas dimensões esquecidas, através de uma antropologia da organização, para

reagrupar o conjunto de conhecimentos existentes sobre o mesmo, propondo deslocar o objeto de estudo sobre o fato humano a partir dos conhecimentos desenvolvidos, colocando em cena as relações com o meio ambiente que interagem com a organização CHANLAT, (1993, p.26-27).

Esta abordagem acentua o ser humano como uno, único enquanto espécie e indivíduo. Ser biopsicossocial, ligado à natureza e à cultura que o envolve e que ele transforma. É um ser genérico porque pertence à espécie humana, mas se encarna em um ser concreto: homem ou mulher, adulto ou criança, pai ou marido, africano ou americano, executivo ou operário. Toda pessoa tem, ao mesmo tempo, o genérico: abstrato, representação e categoria intelectual, e o específico: concreto, em uma situação de fato na realidade. Uma característica da espécie humana é pensar e agir. A reflexão e a ação são o primeiro sistema de sinalização da humanidade concreta. O segundo sistema é a linguagem e o pensamento consciente, pois estabelece nossa singularidade enquanto espécie e enquanto indivíduo; é a base de todas as transformações sociais e de todos os desenvolvimentos que se conhece hoje nas ciências.

A linguagem, faculdade de expressar em palavras a realidade, permite ascender ao mundo das significações; com ela, é possível desvendar as condutas, as ações e as decisões na organização. Através da linguagem, pode-se chegar ao simbólico organizacional e à identidade individual e coletiva. O ser humano produziu uma representação no mundo que lhe confere significação. A imaginação simbólica representa o ausente, o imperceptível, o indescritível, que vão participar da construção de significações inerentes ao ser humano, configurando assim um mundo de signos, imagens, metáforas, emblemas, símbolos, mitos e alegorias. A organização é um lugar propício para a emergência do simbólico, que é marcado por uma tensão característica das sociedades industrializadas, em que, de um lado, existe a razão econômica e, do outro, aparece a existência humana na procura ininterrupta do tal simbólico.

Ainda CHANLAT (1993, p.30) enfatiza que o homem é um ser de desejo, de pulsão e de relação, através da qual vê seu desejo e sua existência reconhecidos ou não. A realidade social transforma-se em suporte da realidade psíquica. É através do “outro” (modelo, objeto, sustentação ou adversário) que ele se constitui e se reconhece. Todo ser humano está inserido no espaço e no tempo, dimensões inseparáveis. O tempo marca nossas atividades individuais e coletivas, bem como nossas relações com o cosmo; porém, o tempo de uns não é o mesmo tempo de outros, pois ele é função de cada sociedade. O espaço nos envia aos lugares pessoais e sociais ligados às nossas especialidades. Viemos de um lugar, desenvolvemo-nos em um meio particular, ocupamos um lugar profissional em determinada organização e desapareceremos em algum lugar. A grande diferença entre as ciências naturais e as humanas está no fato de que, nestas últimas, o ser humano é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito de sua ciência. DEVEREUX (In: CHANLAT, 1993, p.32) assinala:

A principal vantagem (...) é reintroduzir o observador na situação experimental, tal como ele é realmente, não enquanto fonte de constrangedoras perturbações, mas enquanto fonte importante e mesmo indispensável de novos dados comportamentais pertinentes. Isto permite a exploração de efeitos sui generis da observação sobre o observado, simultaneamente reconhecendo efeitos que consideramos como informações indispensáveis.

Esta preocupação com o indivíduo atingiu, segundo CHANLAT (1993, p.32-34), também os estudos das organizações, ou seja, os pesquisadores elaboram suas hipóteses considerando a subjetividade. O homem deve ser visto tanto interna como externamente. O conjunto interdisciplinar de abordagens específicas possibilita formar uma imagem menos parcelada do indivíduo na organiza-

ção, porque, dessa forma, poderá interpretar a realidade observada, buscando reconstruí-la em sua integralidade. Os seres humanos constroem seu mundo e seu universo social, influenciando-os reciprocamente. A pesquisa também possui uma relação de natureza dialética com o pesquisador, o seu objeto de estudo e a realidade social. Assim, todo conhecimento novo pode ser revolucionário, pois modifica a representação que se faz da realidade, fazendo emergir algo até então escondido. A emergência de idéias novas permite a outros tomar consciência e inferir as conseqüências.

Há uma teoria antropológica, segundo CHANLAT (1993, p.34-44), em construção nas organizações com cinco níveis: indivíduo (biopsicossocial); interação com o outro através da comunicação, ritos e processos psíquicos; sociedade (um conjunto econômico, político, social e cultural em um contexto espaço-temporal); mundial; e a organização. Os seres humanos constroem, destroem e reconstroem sua realidade a partir de suas experiências. Os cinco níveis são contingentes e indissociáveis entre si, mas cada um dispõe de elementos próprios, como veremos em seguida:

- Nível do indivíduo - ser biopsicossocial, em que o biológico pode influenciar o psíquico e o social, assim como o psíquico e o social podem ter conseqüências biológicas. Cada aspecto contribui ao colocar o indivíduo, enquanto indivíduo, como ator de sua própria história. Na organização, observamos que pessoas em situações similares se comportam ou reagem de forma diferente umas das outras. Têm suas raízes no biopsicossocial de cada um, ou seja, na sua própria história, experiência e vivência. O indivíduo é inserido nas estruturas sociais que predeterminam, em certa medida, as respostas que cada um pode dar às situações em que vive.

- Nível da interação - é na relação com o "outro" que o ego se constrói. O "outro" é, ao mesmo tempo, um modelo (quando constitui um objeto de identificação), um objeto (quando sujeito de investimento do tipo libidinal, transformando-se em objeto de amor ou ódio), uma sustentação ou um adversário (quando permite a construção de ligações de solidariedade ou de ódio). A interação com o outro acontece de três formas: self-outro, face a face, que coloca em jogo atores, gestos, rituais, atividades, convenções palavras e papéis em um quadro espaço-temporal determinado, visto também na organização através das reuniões, entrevistas entre superiores e subordinados, conversas de corredor etc.; relação ego-massa, relação que um indivíduo pode manter com a multidão, de forma efêmera e muito circunscrita no tempo, que, na organização, é observada nas greves, desfiles, assembléias gerais etc.; nós a nós, relação que um grupo mantém com outro grupo; refere-se com as identidades coletivas que delimitam as origens sociais dos indivíduos, executivos-operários, masculino-feminino, nacionais-estrangeiros, velhosnovos, etc.

- Interação e modo de comunicação: comunicação é um conjunto de disposições verbais e não-verbais que se encarregam de exprimir, traduzir, registrar em palavra, de dizer o que uns querem comunicar aos outros durante uma relação. toda interação é um modo de comunicação. A comunicação faz aparecer a pessoa. Texto e contexto associam-se para constituir a linguagem heterogênea (verbal, vocal e gestual).

- Interação e ritualização: toda interação necessita de um modo de comunicação; então exige alguma forma de ritualização. A vida cotidiana é um teatro permanente de ritualização. O ritual é um dos meios de conduzir o indivíduo a preservar a face de cada um

ou, ainda, restituí-la quando perdida durante um reencontro, ensinando-se a ele como ser atento, prender-se ao seu “eu” e expressar este “eu” através da fisionomia; mostrar-se orgulhoso, honrado e digno, ser diferente, habilidoso e seguro. A polidez, o tato, a cortesia, são ritos de reciprocidade conveniente, protegendo-nos e protegendo o “outro”; têm, por função, assegurar a perenidade da confiança mútua.

- Interação e processos psíquicos: toda interação mobiliza processos psíquicos, que são a sua parte imersa, que acompanham toda palavra, todo discurso e toda ação. A significação que se dá a alguns gestos ou palavras deve ser inserida nos quadros psíquicos onde surgiram.

- Nível da organização: a organização mostra a parte estrutural e material, que remete às condições ecogeográficas, aos meios materiais para assegurar a função de produção de bens ou de serviços, e a parte simbólica, que remete ao universo das representações individuais e coletivas que dão sentido às ações, interpretam, organizam e legitimam as atividades e as relações que homens e mulheres mantêm entre si. Estas duas partes mediadas pelo poder, formam a ordem organizacional. Esta é sempre instável, porque é alimentada pelas tensões, conflitos, incertezas, ambigüidades, desigualdades e contradições. O nível organizacional introduz as dimensões que são apropriadas, exigências econômicas do ambiente, os modos de dominação utilizados, a história da organização, os universos culturais que se cruzam, que influenciam as condutas humanas. As organizações, através da influência sobre as condutas individuais, sobre a natureza, sobre as estruturas socioeconômicas e a cultura, são elementos-chave da sociedade que edificam uma ordem social mundial. As empresas multinacionais são vetores da cultura de seus países de origem.

- Nível da sociedade: toda sociedade é um conjunto econômico, político, social e cultural, situado em um dado contexto espaço-temporal. A sociedade também, como visto na organização, possui uma estrutura material e simbólica que articula as relações sociais que são tecidas entre os diferentes indivíduos e grupos que compõem a sociedade. Este nível engloba, penetra e irriga o universo dos indivíduos, das interações e da organização. A ordem organizacional edifica a ordem societal e a ordem social ultrapassa a ordem organizacional; elas são palcos de afrontamentos, conflitos, contradições e desigualdades. A ordem societal aparece como um conjunto dinâmico em que o equilíbrio é instável, sendo atribuída às origens internas e pelas múltiplas relações com o sistema mundial.

- Nível mundial: ao lugar que uma sociedade ocupa pode ser atribuído um grande número de variáveis: geográficas, demográficas, históricas, militares, econômicas, políticas, sociais e culturais; porém esta posição não é permanente: pode mudar segundo a dinâmica própria da sociedade e do sistema internacional ao qual pertença. Houve uma sucessão de pólos hegemônicos: Veneza e Gênova nos séculos XIII e XIV; Espanha, no século XVI; Flandres na primeira metade do século XVII; França, no século XVIII; Inglaterra, no XIX e Estados Unidos, no XX. Hoje, o centro de gravidade se desloca para o pacífico, porque as sociedades anteriores pertenciam a uma economia regional, em uma mesma área geográfica, mas, atualmente, as sociedades encontram-se integradas a um sistema que engloba o Planeta; houve o aparecimento do capitalismo histórico no século XV; depois veio a economia

mercantilista que foi dominante no século XVI; o industrialismo até o século XX que, provavelmente, cederá lugar ao capitalismo financeiro. Surgiu, desde o fim da Segunda Guerra mundial, uma nova ordem internacional com grande número de organizações com representação supranacional (FMI, ONU, UNESCO, FAO, Banco Mundial, CEE) e um novo quadro jurídico (regulamentações comerciais, bancárias e jurídicas) com objetivos de supervisionar, regular, coordenar e, mesmo, intervir nos negócios mundiais. A economia não cessa de se mundializar; as grandes empresas se consolidam, as fronteiras desaparecem, surgem ameaças ecológicas, aumentam as desigualdades e rivalidades entre os países.

Segundo CLEGG (In: CHANLAT, 1993, p.48-51), as ciências humanas tendem a separar a pessoa do ator. Os termos organização e ação estão sempre ligados. A ação na organização está orientada para um fim determinado. Na organização, a ação é concreta entre numerosas subjetividades; no indivíduo, reside em uma única subjetividade. O poder intervém na hierarquia, na linguagem, na dominação e no simbólico. A obediência é central na construção do poder organizacional.

O autor acrescenta que as regras reconhecem a ação que as refletem. As regras exigem interpretações, normalmente ambíguas; porém, elas jamais oferecem suas próprias interpretações. Estabelecer regras é uma atividade de poder que se concretiza com a ação. O poder é uma ação relacionada com a autoridade que a delega, que se efetiva através das regras que comportam a liberdade. A liberdade de escolher exige disciplina. Esta regulamenta a avaliação interna e estabelece os deveres, que Foucault chamou de “práticas disciplinares”. CLEGG (In: CHANLAT, 1993, p.64) afirma que “O poder é inerente à autoridade e é legitimado através de regras.” Uma disciplina eficaz não admite desobediência às regras. O poder exprime-se nas “práticas disciplinares” e nas lutas que se opõem a elas. “Esta resistência à disciplina é permanente por causa da conjunção poder-regras, verdadeiro laço de significação e de interpretação que, em razão de sua reinterpretação, está sempre posta como questão” (In: CHANLAT, 1993, p.65).

A ação estratégica é uma forma de dar a interpretação e definir as ações segundo os interesses em jogo, ou seja, manter a relação de poder RONDEAU (In: CHANLAT, 1996, p.206-212) afirma que o conflito na organização surge quando uma parte percebe o “outro” como ameaça à sua satisfação, provocando uma frustração capaz de gerar uma reação. Então, surgem neste conceito algumas características do conflito: interdependência, que coloca o conflito como um fenômeno relacional em que cada parte tem necessidade da outra e que também exerce um certo poder de impor ao outro restrições; incompatibilidade dos objetivos das partes, que provoca a frustração; e é na interação social que aparecem os conflitos.

O referido autor emitiu algumas considerações sobre a evolução do pensamento administrativo em relação à noção do conflito, utilizando quatro modelos principais: o racional, o de relações humanas, o político, e o sistêmico. Taylor, Fayol e outros que contribuíram para racionalizar a organização, pouco se preocuparam com o conflito. O conflito era considerado como um mal porque afetava negativamente a eficiência. Então adotaram mecanismos para minimizá-lo, tais como: definição das tarefas, das regras e dos métodos para despersonalizar a execução do trabalho; redução das interfaces entre as tarefas para eliminar a fonte de frustração dos conflitos; concentração do poder para reduzir o nível de ambigüidade.

Nas Relações Humanas, o comportamento do homem no trabalho não tem origem, apenas, no econômico-racional, mas na dimensão psicossocial. A dinâ-

mica de grupo mostra as normas e valores sociais que influenciam o comportamento. Percebe-se uma divergência entre os objetivos individuais e organizacionais, causando conflito. Esta abordagem considera o conflito essencialmente mau, porque prejudica a colaboração que deve fazer parte do comportamento humano na organização, e reduzirá o conflito à medida em que a organização permitir que cada trabalhador divulgue suas preocupações e participe nas tomadas de decisões.

A análise sociopolítica mostra que cada grupo tenta dominar, na organização, parte do trabalho, ampliando sua incerteza e fazendo ao outro conhecer suas exigências. Nesta abordagem, o conflito aparece de forma natural na organização. O modelo sistêmico define a organização como um conjunto de partes em interação entre si e com o meio. Cada sistema organizacional depende do meio para sobreviver e deve, ao mesmo tempo, destacar-se dos outros sistemas para funcionar. O conflito é inevitável. As organizações sentem um processo de seleção natural (Darwin), onde só os sistemas fortes sobrevivem. Quando a sobrevivência da organização depende da colaboração de todos, então o conflito é prejudicial. Há teóricos (BURNS STALKER, 1961), desta abordagem, que reconhecem o lado desejável do conflito para estimular idéias divergentes dos gestores para alcançar resultados positivos. Assim surgiu a possibilidade de gerir os conflitos em vez de, simplesmente, procurar solucioná-los.

As exigências de flexibilidade e de produtividade das organizações devem assegurar, através das negociações e das mudanças, a manutenção das garantias aos trabalhadores, dando-lhes, concomitantemente, condições para a ampliação da qualidade de seu trabalho e de sua vida.

CONCLUSÕES

O indivíduo, no trabalho, independente da posição que ocupa na organização, anseia atingir determinados objetivos, definidos em função das suas necessidades intrínsecas. Os objetivos organizacionais somente serão cumpridos, à medida que a organização ofereça condições para a satisfação das necessidades individuais dos seus servidores. Existe um certo consenso no sentido de que a organização que não propiciar, a seus membros, condições para satisfação das suas necessidades, enfrentará problemas de motivação.

Novas metodologias são então estudadas e é importante ressaltar o contido no artigo de Hansen e Deimer: "Algumas empresas nos EUA começam a relacionar-se com os funcionários por meio de um programa de gerenciamento batizado de "business-to-employee" (da empresa para o empregado) ou B2E. Os primeiros resultados tem sido o moral mais alto e a reduções de custos." Os administradores devem buscar maiores detalhes desta metodologia, pois tem sido citada com freqüência por pesquisadores; contudo, isto é tema para outro estudo. Voltemos ao trabalho em questão.

Diante dos resultados obtidos, julga-se necessário introduzir uma nova ordem de pensar que seja interdisciplinar e uma preocupação com a ética, para firmar propósitos com valores humanos. Todos os métodos convergem para a eficiência e não para a cooperação humana e, muito menos, para objetivos humanos. Daí, o conflito organizacional (objetivos das organizações versus objetivos individuais dos seus participantes) merecer um tratamento profilático e preventivo. Assim, torna-se indispensável conciliar e harmonizar as duas funções básicas da organização industrial: a função econômica (produzir bens ou serviços para garantir o equilíbrio externo) e a função social (distribuir satisfação aos participantes para garantir o equilíbrio interno).

O comportamento organizacional necessita de algumas dimensões humanas, porque foi imposto, pelos teóricos clássicos, o valor quantitativo. Possui

uma imagem fragmentada do ser humano, que conduz ao reducionismo, ao imperialismo biológico, psicológico ou sociológico. Com isso, o comportamento organizacional desenvolveu-se para melhorar a produtividade e não para uma concepção do ser humano como indivíduo. O ser humano é muito mais complexo; é preciso restituir sua unidade e suas dimensões esquecidas, através de uma antropologia da organização, para reagrupar o conjunto de conhecimentos existentes sobre o ser humano, propondo deslocar o objeto de estudo sobre o fato humano, a partir dos conhecimentos desenvolvidos, colocando em cena as relações com o meio ambiente que interage com a organização.

Diante disso, julga-se de grande importância propor a adoção da abordagem do Grupo Humanismo e Gestão, que acentua o ser humano como uno, enquanto espécie, com características biopsicossociais ligadas à natureza e à cultura que o envolve, que sofre transformação, pois é ser genérico, enquanto espécie humana, mas se encarna em um ser concreto. A reflexão e a ação é o primeiro sistema de sinalização da humanidade concreta e o segundo, é a linguagem e o pensamento consciente, pois estabelece nossa singularidade enquanto espécie e enquanto indivíduo; é a base de todas as transformações sociais e de todos os desenvolvimentos que se conhece hoje nas ciências.

O homem através da relação vê seu desejo e sua existência reconhecidos ou não. O homem deve ser visto, tanto interna como externamente. O conjunto interdisciplinar de abordagens específicas possibilita formar uma imagem menos parcelada do indivíduo na organização, porque, dessa forma, poderá interpretar a realidade observada, buscando reconstruí-la em sua integralidade. Os seres humanos constroem seu mundo e seu universo social, influenciando-os reciprocamente. Na organização, observamos que pessoas em situações similares se comportam ou reagem de forma diferente umas das outras. Têm suas raízes no biopsicossocial de cada um, ou seja, na sua própria história, experiência e vivência.

É na relação com o outro que o ego se constrói. O outro é, ao mesmo tempo, um modelo, um objeto, uma sustentação ou um adversário. Toda interação é um modo de comunicação que faz aparecer a pessoa. Toda interação necessita de um modo de comunicação, então exige alguma forma de ritualização. A vida cotidiana é um teatro permanente de ritualização. Toda interação mobiliza processos psíquicos, que são a sua parte imersa e que acompanham toda palavra, todo discurso e toda ação. A significação que se dá a alguns gestos ou palavras deve ser inserida nos quadros psíquicos de onde surgiram. A organização mostra a parte estrutural e material, que remete às condições ecogeográficas, aos meios materiais para assegurar a função de produção de bens ou de serviços, e à parte simbólica, que remete ao universo das representações individuais e coletivas que dão sentido às ações, interpretam, organizam e legitimam as atividades e as relações que homens e mulheres mantêm entre si. As organizações, através da influência sobre as condutas individuais, sobre a natureza, sobre as estruturas socioeconômicas e a cultura, são elementos-chave da sociedade, e assim edificam uma ordem social mundial.

O conflito na organização surge quando uma parte percebe o “outro” como ameaça à sua satisfação, provocando uma reação. O conflito surge dessa relação em que cada parte tem necessidade da outra e que também exerce um certo poder de impor ao “outro” restrições, provocando uma certa incompatibilidade dos objetivos das partes. Percebe-se, na maioria das organizações, uma razoável divergência entre os objetivos individuais e organizacionais, causando conflitos. A análise sociopolítica mostra que cada grupo tenta dominar, na organização, parte do trabalho, ampliando sua incerteza e levando o outro a conhecer as suas exigências.

O modelo sistêmico define a organização como um conjunto de partes em

interação entre si e com o meio. Cada sistema organizacional depende do meio para sobreviver e deve, ao mesmo tempo, destacar-se dos outros sistemas para funcionar. O conflito é inevitável. As organizações sentem um processo de seleção natural (Darwin), onde só os sistemas fortes sobrevivem. Quando a sobrevivência da organização depende da colaboração de todos, então o conflito é prejudicial.

O Grupo Humanismo e Gestão esclarece que o conflito aparece de forma natural na organização. Saliencia o lado desejável do conflito para estimular idéias divergentes dos gestores visando alcançar resultados positivos. Assim, propõe gerir os conflitos em vez de, simplesmente, procurar solucioná-los. As ciências humanas tendem a separar a pessoa do ator. Os termos organização e ação estão sempre ligados. A ação na organização está orientada para um fim determinado. O poder intervém na hierarquia, na linguagem, na dominação e no simbólico. A obediência é central na tarefa de construção do poder organizacional.

CLEGG (In: CHANLAT, 1993, p.65) afirma que “O poder é inerente à autoridade e é legitimado através de regras.” Uma disciplina eficaz não admite desobediência às regras. O poder exprime-se nas práticas disciplinares e nas lutas que se opõem a elas. A ação estratégica é uma forma de dar a interpretação e definir as ações segundo os interesses em jogo, ou seja, manter a relação de poder. A importância deste trabalho está nas contribuições que o estudo do Grupo Humanismo e Gestão poderá trazer, significativamente, para aumentar a qualidade e a produtividade do trabalho realizado e, talvez, propiciar uma vida no ambiente de trabalho mais feliz e realizada. Deve-se enxergar além do que se apresenta e procurar ser acima do fazer, porque o resultado é vivificar este fazer e sobrepor o objeto ao artífice, no agir concomitantemente em busca do algo novo, burilado e humanizado. O indivíduo, de forma normal, almeja assumir maior responsabilidade pelo que faz, participar das decisões sobre o que fazer, conquistar mais autonomia e respeito por sua condição profissional. E a organização é o ambiente onde ele tenta obter a satisfação dessas necessidades.

A humanização das condições de trabalho constitui valores básicos do ser humano enquanto “ser” que se expressa pelo trabalho. A atual prática administrativa não aceita aplicar conceitos mecanicistas e racionais que subtraem do trabalhador suas melhores qualidades individuais, nem padronizar seu comportamento restando seu melhor potencial criativo. Cada pessoa tem motivos diferentes para orientar seu comportamento na busca para satisfazer seus desejos e carências internos. O uso dos estímulos externos para se obter a satisfação do servidor, não é essencial para o êxito da organização; há necessidade de se colocar a pessoa em movimento e liberar o seu potencial criativo. Para que as pessoas possam produzir mais e melhor é necessário respeitar suas diferenças individuais, garantir a elas um trabalho que lhes permita conciliar seus objetivos individuais com os objetivos organizacionais. O alicerce das organizações é construído a partir das pessoas que delas fazem parte, considerando-se as diferenças de cada uma, seus valores e maneiras próprias, modificando-se a velha premissa de adaptá-las à organização.

Já é possível perceber a importância de se adotar, na área dos recursos humanos, a abordagem do Grupo Humanismo e Gestão, uma vez que seus pressupostos básicos estão longe de constituir preocupação dos atuais gestores e, pelos princípios gerais apresentados. É possível também se visualizar a riqueza e a amplitude dessa abordagem pelas ações hoje consideradas fundamentais que é a inserção dos aspectos subjetivos nas organizações.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Cléber Pinheiro. *Administração de recursos humanos: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1979.
- CABRAL, Augusto César de Aquino. *Análise organizacional: as organizações e sua teoria*. Fortaleza, 1996.
- CHANLAT, Jean-François. *O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. v.1, 2.ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- _____. *O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. v.II. São Paulo: Atlas, 1993.
- _____. *O Indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. v.III. São Paulo: Atlas, 1996.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 4ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
- CLEGG, Stewart. Poder, linguagem e ação nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, v.I, São Paulo: Atlas, 1993.
- DEVEREUX, G. Ethnopsychanalyse complémentariste. Paris: Flammarion, 1972. In: CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, v.I. São Paulo: Atlas, 1993.
- FAYOL, Henri. *Administração industrial e geral*. São Paulo: Atlas, 1950.
- HANSEN, Morten; T. E DEIMER; Michael S. Gerenciamento B2E. *Revista HSM*.
- FERREIRA, Ademir A. et al. *Gestão empresarial: evolução e tendências da moderna administração de empresas de taylor aos nossos dias*. São Paulo: Pioneira, 1997.
- LODI, João Bosco. *História da administração*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- MATTOS, Ruy. *De recursos a seres humanos: o desenvolvimento humano na empresa*. Brasília: Livre, 1992.
- MATOS, Francisco Gomes. *Desburocratização: renovação da empresa*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- NADLER, David A. et al. *Arquitetura organizacional: a chave para a mudança empresarial*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1995.
- RONDEAU, Alain. A gestão dos conflitos nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, v.III. São Paulo: Atlas, 1996.
- SIKULA, Andrew F. *Administración de recursos humanos en empresas*. Lima: Editorial Limusa, 1989.
- SCHEIN, Edgar H. *Psicologia Organizacional*. 3.ed. Rio de Janeiro: PHB, 1982.
- TAYLOR, Frederick W. *Princípios de administração científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1963.

**NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS -
NEPE**

A MÁQUINA DE CRIAR HISTÓRIAS: UMA EXPERIÊNCIA METODOLÓGICA DO PROJETO PROEB – PROJETO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO INSTITUTO FILADÉLFIA

Emilio Giachini Neto¹
Marta Regina Furlan de Oliveira²
Márcia Luciene Goretti Tresse³
Maria Angélica Pedrotti⁴

RESUMO

Este artigo tem como interesse a divulgação de uma técnica de produção textual a partir da utilização de imagens. Em outras palavras, um caminho simbólico que parte da linguagem analógica em direção à linguagem digital. O uso de imagens como forma de estimular a produção de textos é um recurso comum, mas nem sempre utilizado por professores da Educação Infantil e Anos Iniciais. A atividade em questão é fruto das pesquisas e práticas dos professores e alunos que compõem o Projeto PROEB.

PALAVRAS-CHAVE: Produção Textual; Linguagem Analógica e Digital; Educação e Alfabetização de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This article intends to divulge a technique of text production from the utilization of images. In other words, a symbolical way which starts from the analog language and moves to the digital language. The use of images as a way of stimulating the production of texts is a common resource, but not always used by teachers of child education and primary education. The activity under study results from the research and practices of the teachers that make up the PROEB Project.

KEYWORDS: Text production, analog and digital language, education and teaching of youngsters and adults.

Introdução

“Quando criança, me soprou no ouvido um motorista, ‘que os bons não se curvam’”⁵

Quando criança, ouvi falar na tal máquina de contar histórias, um assombro, um mistério que durou alguns dias até que, finalmente, chegou o dia da atividade/brincadeira. Decepção: a máquina, na realidade, não existia. Pelo menos não da maneira como eu a imaginava, de pôr na tomada, como aspirador de pó ou liquidificador.

1 Docente dos Cursos de Pedagogia, Secretariado, Turismo e Enfermagem da UniFil. Coordenador do PROEB – Projeto de Educação Básica do Instituto Filadélfia.

2 Docente e Coordenadora do Curso de Pedagogia da UniFil. Professora de Metodologia do Ensino do Português na Universidade Estadual de Londrina – UEL. Coordenadora do Projeto PROEB.

3 Acadêmica (na ocasião desta pesquisa) do 3º ano do Curso de Pedagogia da UniFil / professora do Projeto PROEB.

4 Acadêmica (na ocasião desta pesquisa) do 2º ano do Curso de Pedagogia da UniFil / professora do Projeto PROEB.

5 Poema/canção de Wally Salomão e Adriana Calcanhoto. (CD Marítimo).

Quando professor do Curso de Pedagogia, fazendo parte de um grupo chamado PROEB – Projeto de Educação Básica do Instituto Filadélfia, lembrei-me daquela estranha e tal máquina de contar histórias – que nunca saiu de minha cabeça e foi responsável, isso é verdade, pelas mais belas histórias que vivi.

O PROEB é um Projeto de Extensão do Centro Universitário Filadélfia que atende um grupo de nove alunos de primeira a quarta série do Ensino Fundamental (funcionários da Instituição que não realizaram os estudos em tempo regular) desde agosto de 2004. Os alunos do PROEB são atendidos duas vezes por semana, durante uma hora e meia em cada encontro, por acadêmicas do Curso de Pedagogia que se interessam pela aquisição da escrita e da leitura. Essas universitárias recebem a orientação pedagógica necessária para atuarem em sala-de-aula com Educação de Jovens e Adultos – EJA. Quando os alunos estiverem capacitados, serão encaminhados ao CEEBJA – Centro Estadual de Educação Básica Para Jovens e Adultos – para avaliação.

Objetivos do Projeto PROEB:

- Desenvolver a capacidade de comunicação verbal nos sujeitos não-alfabetizados ou semi-alfabetizados, bem como o repertório lingüístico e as habilidades lingüísticas em adultos que não têm acesso ao código verbal;
- Possibilitar, não apenas o uso utilitário da linguagem verbal, mas também a apreciação (estética) artística que o acesso ao código proporciona – e o crescimento pessoal – do sujeito em processo de alfabetização;
- Propiciar aos alunos em alfabetização a possibilidade de ingressarem em outras funções no mercado de trabalho, funções estas que necessitam, não apenas da força braçal, mas utilizam as faculdades cognitivas como força motriz que impulsiona o trabalho;
- Capacitar, não apenas a Licenciatura da Pedagogia, mas criar pesquisadores e, concomitantemente, proporcionar às pesquisas já existentes na área de ensino e educação, um estudo pragmático que fomentará a formação de novos professores e educadores capacitados para atuarem na sala-de-aula com a alfabetização e com a produção simbólica dos alunos.

Materiais

- cartolina ou papel cartão;
- cola; tesoura (opcional);
- revistas, panfletos, propagandas com ofertas de supermercados (enfim, materiais diversos que podem ser considerados boas fontes iconográficas – e que possam ser recortadas, é claro);
- muita imaginação e... fosfato.

Manual de Instrução

- 1) Pegue a cartolina, ou o papel cartão (pode ser colorido, ou não) e corte quadrados ou retângulos, um pouco maiores do que uma carta de baralho;
- 2) Encontre imagens interessantes e sugestivas (imagens de lugares, pessoas, objetos, animais, alimentos, etc.). Recorte-as e cole cada uma delas em um pedaço de cartolina;
- 3) Cada aluno terá, no final desta atividade lúdica, um baralho de imagens. É interessante que cada aluno produza seis cartas ou mais, assim, terá bastante opção – figuras que farão parte de sua narrativa.

4) O aluno poderá dispor aleatoriamente as cartas e ir, aos poucos, introduzindo as figuras das cartas em sua história. Ou então pode criar uma seqüência de imagens – como uma história em quadrinhos – e depois escrever sua narrativa. Os alunos podem, também, trocar de cartas, ampliando suas narrativas e fazendo diálogo (intertextualidade, dialogismo) com histórias outras, de seus colegas, constituindo o movimento criador desta máquina de contar histórias que, na verdade, é um exercício/tentativa de estimular a imaginação e gerar criatividade.

Ao inventar e escrever histórias a partir de imagens, o aluno está em contato com vários processos de codificação e decodificação: primeiro, observa imagens, treina o olhar, a atenção. “Paisagem é hábito visual, só começa a existir depois de 1.500 olhares.” Depois, cria uma narrativa de imagens (pensamento a partir do código analógico) e, então, transfere (transcreve) a história formada de imagens para uma outra história formada por palavras. Uma longa travessia da linguagem analógica em direção à linguagem digital, assim como foi longa a transformação dos pictogramas rupestres, passando pelas formas ideogramáticas até originar nosso alfabeto moderno – vinte e seis letras, símbolos que, combinados, tentam expressar o tudo que existe.

Os subjetivos processos de criação

Apresentaremos as imagens escolhidas pela aluna Rita e, após as imagens, o texto escrito – ou gerado – a partir da “Máquina de Criar Histórias”.





76

Pitir 17-3-2005
 Lula foi tirar umas férias, ele foi
 conhecer o Amazonas. E o primeiro
 animal que ele encontrou foi um
 macaco. Quando o macaco viu
 o relógio no braço do Lula, ele
 pegou e saiu correndo, ^{de} ~~de~~
 repente o macaco encontrou um
 casal, ele se assustou e ^{chegou} ~~chegou~~
 o relógio, o casal pegou o relógio
 entregou, ^{dominaram} ~~dominaram~~
 o Lula com um lindíssimo
 quadro, que eles ^{havia} ~~havia~~ compra-
 do em uma exposição. Lula
 e o casal saiu andando em
 uma estrada e avistaram
 uma multidão de gente, era inva-
 sões de terra. O Lula foi
^{convencido} ~~convencido~~ com eles para ^{ajudar} ~~ajudar~~
~~o~~ o que ia fazer.

Transcrição

Lula foi tirar umas férias. Ele foi conhecer a Amazônia. O primeiro animal que ele encontrou foi um macaco. Quando o macaco viu o relógio no braço do Lula, ele pegou e saiu correndo. De repente, o macaco encontrou um casal, assustou-se e jogou o relógio. O casal pegou o relógio e entregou-o ao Lula. [O casal homenageou Lula com um lindíssimo quadro que eles haviam comprado em uma exposição]. Lula e o casal saíram andando em uma estrada e avistaram uma multidão – eram invasores do Movimento Sem Terra. Lula foi conversar com eles para resolver o que iriam fazer.

Um pouco de teoria, mas sem chateação⁶

Teoria boa, digo sempre aos meus alunos, é teoria que se confunde com poesia, quando lida. Por isso gosto de ler Ítalo Calvino e Octavio Paz. Quem já leu *Cidades Invisíveis*, do primeiro, e o poema *Blanco*, do segundo, sabe do que falo. Poetas e escritores transferem parte da sensibilidade poética para as páginas teóricas que produzem; por isso os recomendo para meus alunos lerem.

Tentaremos, aqui, teorizar nosso interesse em trabalhar com imagens como forma de sensibilizar e estimular a alfabetização e a educação de adultos.

O escritor italiano Ítalo Calvino acredita que podemos distinguir dois tipos distintos de processos imaginativos. Pelo menos dois, eu acrescentaria. O primeiro, segundo ele, é “o que parte da palavra para chegar à imagem visiva”, e o segundo, então, “parte da imagem visiva para chegar à expressão verbal” (CALVINO, 1990, p.99)

Pensando nesses termos, quando o poeta inspira-se em uma imagem do mundo real para a criação de sua obra, temos, no mínimo, dois processos de tradução intersemiótica envolvidos na codificação e decodificação do código usado: a primeira operação consiste em traduzir a imagem que inspirou o poeta em palavras; a segunda operação é contrária, afinal, as palavras são, depois, lidas, e nesse processo são transformadas novamente em imagens mentais. Esta é a vida útil do processo de decodificação da criação simbólica.

E o pintor? Quando parte do real, quer transformar imagem em imagem? Observemos que, no caso do poeta, a imagem inicial (que serviu de inspiração) nem sempre corresponderá à imagem final (a leitura do referente sógnico). Há uma perda considerável devido ao ruído existente no momento destas traduções. Há, de fato, pequenas configurações que diferenciam e particularizam a natureza de cada uma das linguagens, ou seja, dos códigos. Basta reconhecermos sua deficiência e sua potencialidade para que possamos aperfeiçoar nosso complexo sistema de produção, armazenamento e comunicação lingüística e visual.

Alguns escritores, como Calvino, se mostram interessados neste fazer-pensar da imagem, embora trabalhem com o código lingüístico. Isso, logicamente, ratifica o diálogo imagem-palavra como combinação para criações simbólicas literárias por contistas, poetas e romancistas:

⁶ A fundamentação teórica deste artigo faz parte da dissertação de mestrado “Poéticas Verbais e Visuais de Crianças Assentadas” (Emilio Giachini Neto CNPQ/UEL – 2004), compondo o subcapítulo denominado “A Imagem”.

Quando comecei a escrever histórias fantásticas, ainda não me colocava problemas teóricos; a única coisa de que estava seguro era que na origem de cada um de meus contos havia uma imagem visual. Por exemplo, uma dessas imagens era a de um homem cortado em duas metades que continuava a viver independentemente; outro exemplo poderia ser a do rapaz que trepa numa árvore e depois vai passando de uma a outra sem nunca mais tocar os pés no chão [...] A primeira coisa que me vem à mente na idealização de um conto é, pois, uma imagem que, por razão qualquer, apresenta-se a mim carregada de significado, mesmo que eu não o saiba formular em termos discursivos ou conceituais (CALVINO, 1990, p.104).

Assim como sabe da importância da imagem para a construção simbólica – mesmo que escrita – Calvino elegeu em sua lista de valores que devem ser preservados a Visibilidade. Uma das mudanças mais notáveis em relação ao homem e ao código imagístico, e também verbal, mudança esta discutida por Calvino, é o fato de sermos, nos dias de hoje, bombardeados por grande quantidade de imagens que “depositam, por estratos sucessivos, mil estilhaços de imagens, semelhantes a um depósito de lixo, onde é cada vez menos provável que uma delas adquira relevo.” (CALVINO, 1990, p.107). O escritor acredita, por isso, que caminhamos para o perigo de perdermos nossa capacidade visual, sufocada por um entulho de imagens – uma visão apocalíptica da imagem nos tempos modernos, debatendo-se entre a arte e os valores de mercado.

Calvino nos conta sobre um método de criação literária com base na iconografia, histórias extraídas das figuras das cartas de tarô. As figuras eram interpretadas e reinterpretadas por diversas vezes para se transformarem em personagens. Cada um de seus personagens, antes de se configurarem em uma nova obra, já existiam, já atuavam anteriormente, seja em suas significações da carta do tarô ou das pinturas de Carpaccio. Se a literatura é um terreno intertextual por excelência, ligado por pontes e infinitas possibilidades de diálogos com outros textos, a própria composição da personagem, para Calvino, parte do diálogo, um diálogo feito de imagens e suas pré-significações.

A maneira como Calvino pensa a construção de um personagem contribui para a idéia de que uma possibilidade virtual e crescente de imagens – e significados – habita toda escritura, principalmente a poesia, ou conforme Octavio Paz, “Cada imagem – ou cada poema composto de imagens – contém muitos significados contrários ou díspares, aos quais abarca ou reconcilia sem suprimi-los.” (PAZ, 1990, p.38).

Paz, além de teórico e estudioso das questões da linguagem, é um escritor. Por isso as certezas e os detalhes de como vê e entende o processo de criação simbólico que passa, necessariamente, pela imagem, como Calvino. Paz acredita que oriente e ocidente conservam traços que particularizam como essas culturas compreendem a imagem – e, conseqüentemente, todo o processo de construção simbólica: a concepção ocidental, apoiada em Parmênides, aponta para uma escolha entre os opostos, ou entre o isso e o aquilo, o que diferencia-se da tradição oriental, onde isso e aquilo convivem, havendo, também, a possibilidade dos opostos coexistindo. (PAZ, 1990, p.41) A arte antiga, a arte oriental pensa progressivamente o diálogo dos códigos – a convivência de isso e aquilo. O que teria mudado tão bruscamente este processo no ocidente? Isso parece um grande simulacro do mundo, que também concilia opostos, ora isso, ora aquilo, como a cultura oriental e a ocidental, deus e não-deus, água e fogo. Ou, conforme Paz:

Pensar é respirar porque pensamento e vida não são universos separados e sim vasos comunicantes: isto é aquilo. A identidade última entre o homem e o mundo, a consciência e o ser, o ser e a existência, é a crença mais antiga do homem e a raiz da ciência e da religião, magia e poesia (PAZ, 1990, p.42).

Em outro momento, Paz acredita que a palavra, na prosa, sugere, enquanto no poema; a palavra carregada de imagem coloca-nos diante “de uma realidade concreta” (PAZ, 1990, p.47). O discurso verbal explica ele próprio de maneiras diferentes. É muito comum, em nosso discurso, colocarmos um quer dizer, ou seja, e explicamos de novo para que o enunciado se torne mais claro. Com a imagem isso não acontece: a imagem é a realidade concreta que as palavras tentam representar (ibidem). Trata-se da diferença do símbolo e do ícone; uma relação de terceiridade e primeiridade em relação ao objeto, conforme os peirceanos. Este caráter fluido da linguagem verbal é denominado por Paz de mobilidade e intermutabilidade: “Há muitas maneiras de dizer a mesma coisa em prosa; só existe uma em poesia. Não é a mesma coisa dizer “de desnuda que está brilla la estrella” e “la estrella brilla porque está desnuda” (PAZ, 1990, p.48).

REFERÊNCIAS

GIACHINI NETO, Emilio. *Poéticas visuais e verbais de crianças assentadas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Londrina - UEL. Londrina - PR.

CALVINO, Italo. “Visibilidade”. In: *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

PAZ, Octavio. “A Imagem.” In: *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

RODARI, Gianni. *Gramática da fantasia*. São Paulo: Summus Editorial, 1982.

LITERATURA INFANTIL E MATEMÁTICA JUNTAS: UMA PARCERIA EM FAVOR DA EDUCAÇÃO DESAFIADORA

Janaina Fátima Moreira¹

RESUMO

Esse texto trata de uma proposta diferenciada de literatura e de Matemática, como alternativa para se atingir uma educação capaz de enfrentar os desafios que a sociedade atual apresenta; esta proposta é contextualizada na formação do educando como ser humano e como cidadão. Entendendo a educação como um processo que necessita de contínuo aperfeiçoamento, o presente trabalho aponta a aprendizagem literária como um elemento importante, considerando-se que ele permite à criança a ampliação do conhecimento matemático. Partindo dessa premissa, o presente artigo pretende relacionar também a prática de situações-problema ao exercício da Matemática, bem como a possibilidade de sua conscientização e concretização no espaço escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Prática Pedagógica, Atribuições Governamentais, Desafios do Ensino Fundamental; Literatura e Matemática.

ABSTRACT

This paper aims at discussing a differentiated proposal of literature and the mathematics as a tool to reach an education capable of facing the challenges of the contemporary society; this proposal is contextualized in the learner's education as a human being and as a citizen. Considering education as a process that demands continuous development, this paper points to literary learning as an important component of one's education. It takes into consideration the fact that it fosters the enlargement of one's mathematics knowledge. Starting from this premise, the present paper also intends to relate the problem-situation practice to mathematics exercise, as well as the possibility of its awareness and concretion in the school environment.

KEYWORDS: pedagogic practice, governmental attributions, fundamental school challenges; literature and mathematics.

Introdução

Observando a dificuldade de leitura e interpretação de situações-problema em alunos da primeira série, é que nos propusemos a realizar a presente pesquisa, convertendo-a, depois, neste artigo. Na pesquisa de campo, pretendeu-se analisar a origem, os porquês, o que causa em certas crianças a dificuldade de entender alguns conteúdos da disciplina de Matemática. Para tanto, buscamos possíveis soluções e alternativas através de relatos de alunos e professores, além da observação e participação em sala-de-aula por meio de intervenções, tendo como base relatos dos alunos de ocorrências em sala-de-aula.

A troca de idéias entre pesquisador e professor regente foi de grande importância para a realização desse trabalho, pois foi possível encontrar, no campo da pesquisa, alguém que também acreditava que deveria haver uma renovação na forma de ensinar Matemática, para que o aluno pudesse ter despertado o gosto pela leitura e pela interpretação do conteúdo "transmitido", de acordo com o seu desenvolvimento cognitivo.

¹ Acadêmica do 6º. Período do Curso Normal Superior, do Instituto Superior de Educação Mãe de Deus de Londrina. Graduada em Magistério. E-mail: angellamaria@pop.com.br. O presente artigo é parte do trabalho monográfico orientado pela Prof^a. Doutoranda em Ciências Sociais (UNICAMP) Ângela Maria de Sousa Lima. Pela docente do Instituto Superior de Educação Mãe de Deus e mestranda em Educação (UEL) Andréia C. Lugle.

A proposta de pesquisa foi desenvolvida em torno de dois objetivos centrais, relacionados ao que se pretendia conquistar na construção do conhecimento do aluno: 1ª. analisar a inter-relação entre as atividades matemáticas e a literatura, mostrando como a proximidade entre os dois termos pode beneficiar o aprendizado global da criança; 2ª. mostrar, teoricamente, como a Matemática pode ser trabalhada de forma que a criança entenda o que está fazendo, sinta prazer, entendendo o objetivo da disciplina e sua aplicação na vida prática.

Da mesma forma, o artigo tem como propósito, principal, desmistificar a idéia de que a Matemática é um “problema” no ensino fundamental ou o “bicho-de-sete-cabeças” para crianças e professores, usando uma linguagem mais popular.

Segundo PCNs (1997, p.29), a Matemática comporta um amplo campo de relações, regularidades e coerências que despertam a curiosidade e instigam a capacidade de generalizar, projetar, prever e abstrair, favorecendo a estruturação do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio lógico. Faz parte da vida de todas as pessoas nas experiências mais simples, como contar, comparar e operar sobre quantidades.

Além do que traz os PCNs, como hipóteses, defendemos outras duas idéias importantes. A primeira é a de que é de fundamental importância fazermos uma conexão matemática-literatura, pois, como já citamos, existem dificuldades de alguns alunos em ler e interpretar desafios matemáticos. Defendemos a importância de incentivar a leitura matemática em período de alfabetização, pois, acreditamos na importância da leitura e da matemática na vida do ser humano e ela faz parte do cotidiano de cada um de nós. A segunda idéia fundamenta-se no fato de que a Matemática, bem ensinada, de forma criativa, onde o aluno seja estimulado a entender e interpretar o que está fazendo, desmistificará, sem dúvida, a idéia de que estudar Matemática é apenas uma obrigação que se deve cumprir, ou porque faz parte da grade curricular da escola.

Como contribuição acadêmica, acreditamos que a união da literatura infantil com a Matemática pode trazer muitos benefícios para a construção do conhecimento lingüístico e matemático do aluno. Pensamos que um bom leitor poderá tornar-se um bom intérprete e, sabendo interpretar, o aluno terá menos dificuldades para resolver desafios matemáticos. O professor também poderá aproveitar os livros de história, trabalhando a interdisciplinaridade; assim, estimulará o aprendizado da leitura, juntando as disciplinas de Português e Matemática com os desafios propostos, desenvolvendo o raciocínio lógico-matemático do aluno.

A criança e o livro: uma relação a ser resgatada

Preservar as relações entre a literatura e a escola ou o uso do livro infantil em sala-de-aula, decorre do fato de que ambas partiram de um aspecto em comum: a natureza formativa. “De fato, tanto a obra de ficção como a instituição do ensino estão voltadas para a formação do indivíduo ao qual se dirigem” (ZILBERMAN, 1981, p.21-22).

Sabemos que a tecnologia e a modernidade permitem à criança assistir televisão com freqüência, jogar videogames, navegar na Internet; mas tudo isso trás conseqüências como: impedir o aluno de ler. Trocar um livro de histórias com apenas letras e gravuras por jogos de Internet é muito mais prazeroso.

A crise da literatura infantil é uma conseqüência da crise geral em que nos debatemos. No entanto, nunca foi tão necessário traçar normas que condizem com a criança de hoje, objetivando uma formação que, sem lhe roubar esse alimento indispensável da fantasia, lhe assegure um poder de flexibilidade para compreender as situações que terá de enfrentar no dia-a-dia.

Faz-se necessário, então, um resgate da literatura infantil em sala-de-aula, pois, a leitura e a interpretação são fatores importantíssimos na formação do cidadão. Do mesmo modo, a literatura infantil permite ao aluno, imaginar, colocar-se como um personagem, trabalhar aspectos intelectuais, emocionais e construtivos para seu raciocínio. Destaca-se, então, o papel do professor e da escola que, por sua vez, ajudam na construção do conhecimento do aluno e servem como instrumentos principais na tarefa de resgate da literatura.

Por isso é que, quando se vai ler uma história, seja ela qual for para a criança, não se pode fazer isso de qualquer jeito, pegando o primeiro volume que se vê na estante e, no decorrer da leitura, demonstrar que não está familiarizado com uma ou outra palavra. (ABRAMOVICH, 1997, p.18). Da mesma forma, o aluno deve ser instruído, incentivado a ler em sala-de-aula. O professor deve proporcionar ao aluno métodos práticos e criativos para incentivar a leitura, envolvendo-o no mundo imaginário da literatura infantil.

Acreditamos que é de extrema importância trazer para as aulas de Português os livros de literatura infantil, pois, o resgate dos mesmos, proporciona ao aluno o despertar de sentimentos como o amor, a raiva, etc, facilitando assim, sua interpretação, sua leitura e seu conhecimento de mundo, pois o aluno pode se identificar com algum fato acontecido na história. Além de despertar os sentimentos, a literatura nos faz pensar sobre eles. É o que demonstra, nitidamente, a poesia de Bárbara Heliodora: “Meninos, eu vou ditar. As regras do bom viver, não basta somente ler, é preciso meditar, que a lição não faz saber, quem faz sábios é o pensar.” (HELIODORA apud MEIRELLES, 1987, p.116).

Acreditamos na importância do pensar. Quando a criança segura um livro em suas mãos e o observa com carinho, mesmo não dominando a leitura, ela pensa sobre o que pode estar escrito, interpreta-o, e isso a torna sábia, pois o pensar é fundamental para a construção do conhecimento, no despertar de interesses.

82

As Dificuldades de Aprendizagem na Matemática

Na presente pesquisa, percebemos entre as crianças da primeira série do ensino fundamental, a insegurança em relação à Matemática. Algumas ainda encontram dificuldades para distinguir Matemática de Português, segundo entrevistas semi-estruturadas feitas com as crianças em fase de alfabetização. Sentimos, então, que existe a necessidade do professor comunicar essas distinções ao aluno, conversando com ele sobre a finalidade de cada disciplina contida na grade. A pergunta, a argumentação, a troca de experiências entre professor e aluno, faz-se necessário, para que ambos entendam o que está acontecendo. Acreditamos que agindo assim, as dificuldades poderão ser sanadas mais facilmente.

Um elogio, uma motivação para o aluno, vindo do professor, pode ser essencial na formação do aluno em relação à disciplina de Matemática, pois o seu ensino costuma provocar duas sensações contraditórias, tanto por parte de quem ensina, como por parte de quem aprende.

Piaget já dizia que todo estudante normal é capaz de um bom raciocínio matemático se sua atenção está concentrada sobre assuntos de seu interesse; e se por algum método as inibições emocionais que, com frequência, fazem-no sentir-se inferior nessa área, forem removidas. Na maioria das aulas de Matemática, toda diferença está no fato de que se pede aos estudantes para aceitar uma disciplina intelectual, já totalmente organizada fora dele mesmo, ao passo que, no contexto de uma atividade autônoma, ele é chamado a descobrir as relações e idéias para si mesmo, a recriá-las até que chegue o momento de ser ensinado e guiado.

R
E
V
I
S
T
A

Concordamos com o pensamento do autor, pois nossa proposta surgiu, exatamente, por causa de uma experiência vivenciada. Não aceitávamos a forma com que o conteúdo era proposto quando estudávamos, não sabíamos o porquê estudar Matemática, e qual a sua utilidade, nossa experiência foi traumatizante e nos causou uma recusa em relação à disciplina. Hoje compreendemos que não fomos orientados e sim obrigados a aceitar as formas tradicionais de ensino, sem poder questioná-las; do mesmo modo, sem entendê-las, sem ter a oportunidade de poder formar opinião para argumentar.

Relação entre Matemática e a Literatura Infantil

Antes mesmo de freqüentarem uma escola, as crianças já estão em contato direto com a Matemática, seja em uma brincadeira de faz-de-conta, seja quando brincam de encher um balde com água, seja quando simulam qualquer medida. Percebemos que na escola isto também acontece, podendo gerar um modo prazeroso de se trabalhar a Matemática, sem que a criança se desgaste mais tarde por não compreender a vitalidade da disciplina.

Acreditamos que uma forma interessante de se propiciar o estudo de Matemática na primeira série do ensino fundamental pode ser desencadeado através de situações educativas que envolvam o ato de ler, de escrever, de falar e de ouvir histórias da literatura infantil. A literatura aparece para a criança como um todo, uma fantasia muito próxima do real, uma manifestação do sentir e do saber, o que permite a ela inventar, renovar e discordar. A leitura de livros infantis convida o pequeno leitor a participar, a emitir opiniões, a encorajá-lo a usar uma variedade de habilidades mentais como: classificação, seriação, levantamento de hipóteses e formulação e resolução de desafios.

Ao utilizarem livros infantis, os professores podem provocar reflexões relacionadas à Matemática, através de questionamento ao longo da leitura, ao mesmo tempo em que a criança se envolve com a história. Para a criança que ainda possui insegurança em relação ao número, a leitura pode vir acompanhada de indagações do tipo (Os Três Porquinhos): Quem chegou primeiro, o lobo ou os três porquinhos? Qual foi a última casa a ser derrubada pelo sopro do lobo? (KNUPPE, 1999, p.5) cremos que perguntas dessa ordem ajudam a criança a formar o conceito numérico.

A argumentação, mais uma vez, torna-se importante na construção do conhecimento matemático. Diariamente, as crianças devem ter a oportunidade de ouvir histórias e ter contato com os livros e as histórias escolhidas que, ao serem lidas ou contadas, propiciam a formação do conceito individual, e depois coletivo, dos temas abordados, e ainda servem de base para as discussões e questionamentos, ativando a criatividade com o surgimento de opções para elaboração dos trabalhos e construções posteriores.

Utilizando livros infantis para trabalhar Matemática, o professor pode iniciar o conteúdo naturalmente, permitindo ao aluno a interpretação de problemas, a compreensão do conceito de espaço e de quantidade, estimulando nele a fala, a socialização, a concentração, entre outras habilidades fundamentais.

Nessa perspectiva, a tarefa do educador é, então, desafiar o pensamento da criança, provocando desequilíbrios e proporcionando a descoberta e a invenção, não a memorização mecânica. Seguindo estes preceitos, a união literatura-matemática será de grande valor para a formação do raciocínio lógico da criança.

Ao contrário do que se pensa, a alfabetização não configura um momento especial na vida da criança, á qual se deva dedicar maior parte do seu tempo escolar. Os estudos de Piaget nos proporcionam uma concepção extremamente dinâmica do que seja educação, em particular, a alfabetização, mostrando a plasticidade da inteligência, a sua versatilidade e formas de desenvolvimento,

bem como, principalmente, o campo em que atua.

Foi a partir desta perspectiva que LIMA, (1994, p.68), percebeu na prática pedagógica a importância da Matemática para aprendizagem da leitura e da escrita (alfabetização).

Para se compreender o desenvolvimento da inteligência na criança, em toda sua amplitude e dinamismo, torna-se necessário entender como ocorre o processo de aprendizagem da mesma, que se dá através de dois tipos: assimilação e acomodação. O movimento de equilíbrio entre assimilação e acomodação é o que Piaget chama de adaptação, isto é, o sujeito modifica o meio e também é modificado por ele.

São dois os tipos de conhecimento, segundo Piaget (apud LIMA, 1994, p.68-69). O primeiro, isto é, o conhecimento físico, consiste em uma abstração feita a partir do objeto: cor, forma, espessura, etc; o sujeito retira dos objetos suas “qualidades físicas”, por semelhanças e diferenças com o já conhecido. O segundo, ou o conhecimento lógico-matemático consiste em uma abstração feita a partir da ação: ordenação, classe, etc; o sujeito, pelo mesmo processo de semelhança e diferença, “retira” as relações entre os objetos (posições, dependências, etc.). O que chamamos de Matemática compreende, precisamente estes dois tipos de conhecimentos. Nossa proposta de programa e atividades está baseada nesta concepção do processo de conhecimento, o que nos remete a propor conteúdos, de forma a organizá-los de modo que possam ser assimilados pela criança, ou seja, de acordo com o seu nível e conforme seus esquemas de assimilação.

Desta forma é que daremos uma importância particular à Matemática, por ser ela a própria estrutura da inteligência e, conseqüentemente, a infra-estrutura para a aprendizagem de qualquer conteúdo. Sendo a Matemática a forma como a inteligência aborda o mundo, conhecendo-o através dos processos simultâneos de assimilação e acomodação (adaptação), é necessário que se dê para a criança uma gama de atividades, as mais diversificadas possíveis, para que ela possa: ampliar suas experiências concretas de vida; aumentar seu vocabulário; perceber as relações entre os objetos; e posicioná-los no espaço. É o que podemos chamar, de maneira geral, de desenvolvimento da inteligência (LIMA, 1994, p.71) Como inteligência, leia-se o cognitivo e o afetivo.

Quando falamos em preparar a criança para a leitura, deveríamos com isto estar falando, antes de tudo, em proporcionar às crianças tantas atividades quantas forem necessárias, de forma a garantir a ampliação do espaço vital (físico, psicológico) dela. Só assim, podemos dizer que a criança está pronta para a aprendizagem da leitura. (LIMA, 1994, p.72).

A mesma autora diz, a Matemática está presente na construção do processo de desenvolvimento da leitura das crianças em fase de alfabetização, pois, para ler e escrever, a criança precisa desenvolver alguns aspectos que envolvem Matemática, por exemplo, o trabalho em grupo desenvolve o aspecto social a divisão de tarefas provém da Matemática. Existem outros exemplos: a noção de lado e a interpretação de uma situação da vida cotidiana do aluno.

A preocupação de muitos educadores é com o significado da escrita e da leitura. Muitas vezes acabam por dar importância à leitura sem perceber que para ler é preciso que a criança desenvolva habilidades matemáticas, como aquelas que proporcionam noção de números, seguindo o que acontece no cotidiano da criança como, por exemplo, quando a mesma precisa contar ou reconhecer uma nota de dinheiro. Existe, é claro, as exceções. Muitos professores são observadores e trabalham conteúdos dentro daquilo que seu aluno é capaz de fazer, desenvolvendo, assim, formulações de respostas e resolução de situações-problema dentro de uma proposta comprometida socialmente, a qual defendemos neste artigo.

Aprendendo a Ler problemas

'Resolução de problemas' é um caminho para o ensino em Matemática que tem sido discutido ao longo dos últimos anos; a história da Matemática mostra que ela foi construída como respostas a perguntas provenientes de diferentes origens e contextos, motivadas por problemas de ordem prática. (PCNs, 1997, p.42-43) Todavia, tradicionalmente os problemas não têm desempenhado seu verdadeiro papel no ensino, pois, na melhor das hipóteses, são utilizados apenas como forma de aplicação de conhecimentos adquiridos anteriormente pelos alunos. Como mostra o mesmo documento, a prática mais freqüente consiste em ensinar um conceito, procedimento ou técnica e depois apresentar um problema para avaliar se os alunos são capazes de empregar o que lhes foi ensinado. Infelizmente, para a grande maioria dos alunos, resolver um problema significa fazer cálculos com os números contidos no enunciado ou aplicar algo que aprenderam nas aulas, de algum modo. O que o professor explora na atividade matemática não é mais a atividade, ela mesma, mas seus resultados, definições, técnicas e demonstrações.

Conseqüentemente, o saber matemático não se apresenta ao aluno como um sistema de conceitos, que lhe permite resolver um conjunto de problemas, mas como um interminável discurso simbólico, abstrato e incompreensível. (PCNs, 1997, p.43). E nesse caso, a concepção de ensino e aprendizagem subjacente é a que o aluno aprende por reprodução/imitação.

Portanto, um dos objetivos do professor que pretende que seu aluno compreenda a Matemática definitivamente para toda a vida, aprendendo a fazer uso dela sem constrangimentos, deveria ser o de ajudá-lo a interpretar problemas matemáticos (desafios) e desenvolver habilidades de ler tais problemas, a fim de entender o sentido do exercício. Esses desafios são ferramentas imprescindíveis na estimulação do raciocínio lógico, da agilidade do pensar, do "desembaraçar" de conflitos intelectuais, que entendemos, devem ter como pano de fundo, sempre, conflitos da vida prática.

Segundo SMOLE e DINIZ, (2001, p.72-73), a dificuldade que os alunos encontram em ler e compreender textos de problemas (desafios) está, entre outros fatores, ligada à ausência de um trabalho específico com o texto do problema. O estilo no qual os problemas de Matemática geralmente são escritos, a falta de compreensão de um conceito envolvido no problema, o uso de termos específicos da Matemática e que, portanto, não fazem parte do cotidiano do aluno, podem constituir-se em obstáculos para que ocorra a compreensão.

Para que tais dificuldades sejam superadas e para que não surjam dificuldades, é preciso alguns cuidados desde o início da escolarização, ou seja, desde o período de alfabetização, ou ainda, cuidados com a leitura que o professor faz do problema, cuidados em propor tarefas de interpretação do texto de problemas. Enfim, um projeto de intervenções didáticas destinado exclusivamente a levar os alunos a lerem problemas de Matemática com autonomia e compreensão.

Quando os alunos ainda não são leitores, o professor pode ler todo o desafio para eles e, posteriormente, quando passam a ler o texto, pode auxiliá-los nessa leitura, garantindo que todos compreendam o problema, cuidando para não enfatizar palavras-chave, nem usar qualquer recurso que os impeça de buscar a solução por si mesmos. Todavia, há outros recursos dos quais podemos nos valer para explorar alfabetização e Matemática enquanto trabalhamos com problemas, e para auxiliar os alunos que, mesmo alfabetizados, apresentam dificuldades na interpretação dos textos de problemas. Um desses recursos, segundo as autoras já mencionadas (SMOLE e DINIZ, 2001, p.73) é escrever uma cópia do problema no quadro, ou projetar em uma tela e levar os alunos a fazer uma

leitura cuidadosa. Primeiro ler o desafio (problema) todo para que eles tenham uma idéia geral da situação; depois, mais vagarosamente, para que percebam as palavras do texto, sua grafia e seu significado.

Outra possibilidade, para as mesmas autoras, é propor o problema escrito e fazer questionamentos orais com a classe. É comum que se faça isso durante a discussão de um texto, o que auxilia o trabalho inicial com problemas escritos: “-Quem pode me contar o problema novamente? -Há alguma palavra nova ou desconhecida? -Do que trata o problema? -Qual é a pergunta?”

As mesmas autoras alertam para um detalhe importante. Nessa estratégia é preciso cuidar para não resolver o problema pelos alunos durante a discussão e também não tornar esse recurso uma regra ou um conjunto de passos obrigatórios que representem um roteiro de resolução. Se providenciar para cada aluno uma folha com o problema escrito, o professor pode ainda: pedir aos alunos que encontrem e circulem determinadas palavras; escolher uma palavra do problema e pedir aos alunos que encontrem no texto outras que comecem ou terminem com o mesmo som ou com a mesma letra; escrever no quadro o texto do problema sem algumas palavras e pedir para os alunos olharem seus textos em duplas para descobrir palavras que faltam e completar os textos. Conforme as palavras vão sendo descobertas, os alunos são convidados a ir ao quadro e completar os espaços com tais palavras. (SMOLE e DINIZ, 2001)

Em todos esses casos, o professor pode escolher trabalhar com palavras e frases que sejam significativas para os alunos, ou que precisem ser discutidas com a classe, inclusive aquelas que se relacionam com noções matemáticas. Os problemas (desafios) são resolvidos após toda discussão sobre o texto, que a essa altura já terá sido interpretado e compreendido pela classe. As atividades sugeridas pelas autoras contemplam a leitura, escrita e interpretação, simultaneamente.

86 Ainda para SMOLE e DINIZ, (2001), ao mesmo tempo em que percebe que seus alunos ganham fluência na leitura de textos diversos, o professor pode propor outras atividades que envolvam textos de problemas. A primeira delas, sem dúvida, é deixar que eles façam sozinhos a leitura das situações propostas. A leitura individual ou em dupla auxilia os alunos a buscarem um sentido para o texto. Nessa leitura o professor pode indicar a cada leitor que tente descobrir sobre o que o problema fala, qual é a pergunta, se há palavras desconhecidas, ou ainda explicar um problema para um colega. Assim, segundo elas, é possível conduzir uma discussão com toda a classe para socializar as leituras, as dúvidas e as compreensões. Mais uma vez, não se trata de resolver o problema oralmente, mas de garantir meios para que todos os alunos possam iniciar a resolução do problema sem, pelo menos, ter dúvidas quanto ao significado das palavras que nele aparecem.

Durante o período de intervenção, no primeiro semestre de 2004, nós trabalhamos com os alunos algumas situações-problema, oralmente, pelo fato dos mesmos estarem em fase de alfabetização. Percebemos então que a interpretação, neste momento, pode ser feita através de perguntas relacionadas ao que o problema pede. Para tanto, utilizamos livros de histórias infantis, como recurso.

Em vez do termo “problemas”, podemos utilizar o termo “desafios” para explicar problemas orais para a criança. Acreditamos que para a criança em fase de alfabetização, desenvolver raciocínio lógico é um desafio, principalmente quando se trata de problemas de adição e subtração, pois a mesma tem que interpretar e pensar para resolvê-los. O professor precisa ficar atento à utilização de termos e de situações correspondentes à idade e às fases em que a criança se encontra. Respeitando as especificidades, o professor pode conseguir êxito em atividades que causam desequilíbrio, conflito positivo, debate, auto-correção, ou outros expressões que envolvam conceitos simples de busca de conhecimento.

A Matemática e a Literatura Segundo PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p.33 a 37) nos colocam que a conquista da escrita alfabética não garante ao aluno a possibilidade de compreender e produzir textos em linguagem escrita. Essa aprendizagem exige um trabalho pedagógico sistemático. Quando são lidas histórias ou notícias de jornal para crianças que ainda não sabem ler e escrever convencionalmente, ensina-se a elas como são organizados, na escrita, estes dois gêneros: desde o vocabulário adequado a cada um, até os recursos coesivos que lhes são característicos.

No item “Texto Como Unidade de Ensino”, trazido pelos PCNs (1997, p.35), encontramos a afirmação de que o ensino da Língua Portuguesa tem sido marcado por uma sequenciação de conteúdos que poderia chamar de “aditiva”: ensina-se a juntar sílabas (ou letras) para formar palavras, a juntar palavras para formar frases e a juntar frases para formar textos. Essa abordagem aditiva levou a escola a trabalhar com “textos” que só servem para ensinar a ler. Textos que não existem fora da escola e, como o escritos das cartilhas, em geral, nem sequer podem ser considerados textos, pois não passam de simples agregados de frases.

Se o objetivo é que o aluno aprenda a produzir e a interpretar textos, não é possível tomar como unidade básica de ensino, nem a letra, nem a sílaba, nem a palavra, nem a frase que, descontextualizadas, pouco têm a ver com a competência discursiva, que é a questão central.

Analisando os textos que costumam ser considerados adequados para os leitores iniciantes, novamente aparece a confusão entre a capacidade de interpretar e produzir discurso e a capacidade de ler sozinho e escrever de próprio punho. Ao aluno são oferecidos textos curtos, de poucas frases, simplificados, às vezes, até o limite da indigência. (PCNs, 1997, p.36).

Indagando sobre o que os parágrafos acima dizem, entendemos que os textos de leitura para as crianças em fase de alfabetização devem ser bem escolhidos pelo professor, respeitando as habilidades já adquiridas por cada aluno, principalmente quando se trata de formar leitores e intérpretes de questões e situações matemáticas, às quais nos referiremos abaixo, também mostrando o que diz os PCNs, agora, sobre a Matemática no ensino fundamental.

Quando os PCNs de Matemática (1997, p.42-43) tratam de alguns caminhos para “fazer Matemática” na sala-de-aula, considera que é consensual a idéia de que não existe um caminho que possa ser identificado como único e melhor para o ensino de qualquer disciplina, em particular, a Matemática. No entanto, conhecer diversas possibilidades de trabalho em sala-de-aula é fundamental para que o professor construa a sua prática.

Analisando Brevemente o Contexto Político-Educacional

Neste item ousamos analisar, de forma sucinta, a relação entre o papel do professor, sua formação, as responsabilidades governamentais em relação à educação e à qualidade do ensino nas escolas públicas, no contexto da política educacional brasileira.

Sabemos do papel do professor e sua formação, segundo a LDB (1997, p.37-38) em relação aos profissionais da educação:

A formação de profissionais da educação, de modo a entender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades (LDB, 1997, Art. 61, p.37).

Já em relação à formação de docentes, a lei reza:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e instituições superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (LDB, 1997, Art. 62, p.37-38).

Agora é preciso considerar que embora existam muitos cursos de formação para professores, o governo pouco se preocupa com o fato de pouquíssimos professores poderem freqüentar os mesmos, observando-se através de um lado mais crítico e real da educação. Mesmo que muito tem sido feito no sentido de querer melhorar a formação dos educadores e o ensino superior como um todo no país, é preciso lembrar que não basta apenas investir em projetos que inserem o educador nos bancos universitários, se muitos não terão condições de manter-se neles. Para o professor, o acesso à universidade pública ou privada é importantíssimo, mas ele, por si só, não garante a permanência do profissional, e muito menos a democratização do ensino. É preciso estarmos mais atentos ao processo no Brasil, não apenas ao acesso (PROUNI) e aos resultados finais (Provão).

Por outro lado, pouco se tem investido em verbas para as escolas de ensino fundamental, principalmente em relação aos salários dos profissionais. Exige-se dos educadores uma preparação para sala-de-aula, porém, os recursos oferecidos aos mesmos são escassos e não chegam a pagar sua preparação profissional. Leis e leis são publicadas, muitas fora do que a realidade exige. Por que o professor atuante não é convidado a construir as leis sobre educação? Ele saberá, possivelmente, o que realmente é necessário para melhorar o ensino.

A formação do professor deveria ser mais rigorosa, com mais estudos, mais pesquisas, tanto individuais quanto coletivas, estudos esses que proporcionassem aos mestres, métodos eficazes para se trabalhar conteúdo de disciplinas em sala-de-aula com as crianças, e, sobretudo, a compreensão teórica aprofundada de cada método apropriado.

É por aí que o Governo deve começar! Acreditamos que esse será um grande passo para o avanço educacional em escolas públicas que são as mais carentes financeiramente. Não investir na educação de forma inteligente, é como jogar um *balde de água fria* em cima do professor apaixonado por sua profissão.

De acordo com MARANHÃO (2004, s/p), no seu artigo “Sem Leitura, Nada Feito”, no Brasil hoje insistimos, equivocadamente, em misturar três problemas distintos da área da cultura e educação (arriscando-nos a não resolver nenhum). O primeiro é o fato da população não ter o hábito da leitura, o que colabora para que permaneça “inculta e desinformada”. O segundo está no preço exorbitante de livros e revistas, em contraponto ao baixo poder aquisitivo da população, o que não propicia mudanças de hábito. O terceiro reside nas escolas que não cumprem sua tarefa maior (base para o sucesso de todas as outras): ensinar a ler.

Não ter o costume de fazer algo, não significa que não se saiba fazer. Da mesma forma nossos alunos podem não se interessar por livros, mas não podemos usar isso como justificativa, sempre que uma pesquisa constata que eles atravessam a educação básica incapazes de entender, sequer, uma notícia mais elaborada de jornal. Os três problemas estão relacionados, mas as soluções para cada um são diferentes, segundo Maranhão. Para o autor, o mais grave não está em não ler, mas em não conseguir ler. Sabemos que o esforço para localizar informações e estabelecer conexões em um texto é um exercício mental que nos capacita a agir com eficácia em qualquer situação que nos exija raciocínio e interpretação dos fatos.

Logo, a educação só pode ter início com o desenvolvimento das habilidades da leitura e escrita; sem elas, o entendimento de outras disciplinas é prejudicado. No entanto, apenas vinte e cinco por cento da população as dominam plenamente e isto é curioso porque (à exceção dos treze por cento de analfabetos absolutos) a maioria passou pelas primeiras séries do Ensino Fundamental, e, portanto, deveriam ter desenvolvido tais habilidades, o que não ocorreu. Assim, 67 por cento dos brasileiros são analfabetos funcionais (30 por cento só são capazes de achar informações simples dentro de frases, 37 por cento somente dentro de textos curtos). Os dados são do INAF (Índice Nacional de Analfabetismo Funcional), (auferidos através de um estudo do Instituto Paulo Montenegro, ONG de ação educativa). Para o autor, (MARANHÃO, 2004, s/p), a primeira obrigação da escola é tornar alunos aptos a interpretar um texto.

O MEC deveria determinar, ainda, que os livros de Matemática fossem permeados por textos agradáveis, talvez com curiosidades e dados históricos que tornassem sua leitura menos árida e mais instigante. Estamos falando em interdisciplinaridade, em tornar o ensino menos fragmentado e mais coeso, para que faça sentido. Não podemos admitir um sistema em que ao fim da aula de Português, as crianças devam armazenar o que aprenderam em um canto do cérebro e achar um espaço vazio para então, aprender a fazer contas, argumenta o mesmo autor (2004).

Discorrendo sobre o artigo acima, pode-se dizer que trabalhar a leitura de textos faz-se necessário, pois o aluno em fase de alfabetização deve obter gosto pela leitura logo nos primeiros anos escolares. Por isso, deve-se trabalhar nas escolas com textos entendíveis pelos mesmos, para que possa ser feita uma interpretação pessoal de cada texto lido pela criança. O papel da escola é importantíssimo nesse sentido, pois o aluno deve ter acesso a livros; só assim poderá tornar-se bom leitor, com o incentivo de seu professor. Portanto, defendemos, mais uma vez, a importância da literatura infantil para alunos em fase de alfabetização e também o trabalho interdisciplinar com a Matemática, através de interpretação de desafios, usando como recursos os livros de história.

Muito nos entristece saber que fontes seguras indicam um grande índice de pessoas da população que não possuem acesso a livros e nem incentivo algum; há ainda os que algum dia passaram pela escola, mas não conseguiram atingir o objetivo principal “a arte de aprender a ler”, interpretar e raciocinar, quando alguma situação problema lhes é imposta no cotidiano.

Considerações Finais

Porque será que alguns alunos ainda sentem tantas dificuldades em explorar algumas situações que envolvem o raciocínio matemático? Essa pergunta precisa ser refletida por cada professor.

Durante nossa caminhada para a realização desta pesquisa, pudemos perceber que nem sempre fazemos uso de alguns materiais de apoio disponíveis no cotidiano para complementar uma idéia, porque, simplesmente, desconhecemos a importância da pesquisa bibliográfica relacionada ao tema em que estamos trabalhando com nossas crianças. Não podemos deixar de destacar aqui a importância da observação em sala-de-aula. Ela pode facilitar a compreensão do nível de desenvolvimento cognitivo de nossos alunos para a aplicação de atividades.

Do mesmo modo, percebemos que renovar é preciso; porém para que isso se torne possível é imprescindível a vontade política e o empenho das autoridades governamentais. Para desempenharmos bem o nosso papel de educador, faz-se necessário uma sala-de-aula sem excesso de alunos, com o mínimo de estrutura material para o trabalho, com auxiliares e todos os recursos que possibilitem

ao professor poder ter tempo para o aluno, poder enxergar a dificuldade e a potencialidade de cada um, poder dialogar com seus educandos.

Igualmente importante é a responsabilidade do professor. Uma boa estrutura material de trabalho facilita a aprendizagem, mas de nada adianta essa estrutura, sem a competência e a seriedade do trabalho pedagógico desenvolvido pelo educador de verdade. Afinal, como já afirmou DURKHEIM (1978, p.53), se os mestres e pais sentissem, de modo mais constante, que nada se passa diante da criança sem deixar nela algum traço, que o aspecto final do espírito e do caráter depende dessa infinidade de pequeninos fatos insensíveis ocorrentes a cada instante sem que lhes demos grande atenção, então como fiscalizariam com muito mais cuidado a sua linguagem e os seus atos.

O pensamento de Durkheim nos leva a refletir também que os pequenos nos surpreendem muito; são eles os protagonistas que melhor nos ajudam a encontrar soluções para alguns desafios educacionais, mas isso só é possível quando se aprende a ouvi-los, a entendê-los. Acreditamos intensamente que os próprios educandos nos desafiam cada vez mais a cumprirmos com nosso dever, que é nada mais do que respeitar a forma com que eles pensam e enfrentam dificuldades e prazeres em sala-de-aula. Que possamos possibilitar mais prazeres!

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil gostosuras e bobices*. 5.ed. São Paulo: Summus, 1997.

DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. 11.ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

KNUPPE, Luciane. Matemática integrada à literatura. *Revista do Professor*. São Paulo, v.XV, n.57, p.5, jan./mar. 1999.

BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

LIMA, Adriana Flávia Santos de Oliveira. *Pré-Escola e alfabetização*. Uma proposta baseada em Paulo Freire e Jean Piaget. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARANHÃO, Magno de Aguiar. Sem Leitura, Nada Feito. *Revista Gestão Universitária*. Acesso em 07 /julho /2004. Disponível em <www.editau.com.br>.

MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. 3.ed. São Paulo: Summus, 1987.

BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Matemática. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Português. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SMOLE, K. S; DINIZ, M. I. *Ler, escrever e resolver problemas: Habilidades básicas para entender Matemática*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. *Era uma vez na matemática: uma conexão com a literatura infantil*. 4.ed. São Paulo: IME/USP, 2001.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil*. 6.ed. São Paulo: Global, 1981.

NAPE: NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO - UniFil

Karina de Toledo Araújo¹

Simone Varela²

Marta Regina Furlan Oliveira³

Márcia Luciene Goretti Tresse⁴

Maria Angélica Pedrotti

Pereira Emilene Dias

Patrícia Ap. da Costa Marcilino⁵

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar as propostas desenvolvidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico da UniFil (NAPE). O NAPE é o resultado da implantação de um projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido com a finalidade de colaborar com a prática pedagógica dos professores em sala-de-aula, mais precisamente, relacionada à metodologia de ensino das diferentes áreas do saber. O objetivo principal do NAPE é proporcionar um espaço para discussão e reflexão a respeito da formação permanente e/ou educação continuada de professores. Para tanto, por meio das atividades desenvolvidas no NAPE, pretende-se: privilegiar um espaço de intercâmbio entre as iniciativas didático-pedagógicas; valorizar as experiências trazidas pelos professores nos diversos cursos de graduação da UniFil; possibilitar a efetiva articulação do saber científico com o espaço do saber acadêmico; acentuar o debate em torno da interdisciplinaridade no que se refere aos aspectos didáticos e formas de aplicação crítica do diálogo entre as diferentes áreas do saber; proporcionar um atendimento pedagógico para aqueles professores cuja principal formação não está relacionada à área educacional (Licenciatura); averiguar os problemas metodológicos trazidos pelos referidos docentes e, em conjunto com os mesmos procurar as necessárias soluções.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores; Educação Continuada; Metodologia da Ação Docente.

1 Docente dos Cursos de Graduação em Turismo e Pedagogia - UniFil. Docente do Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil - UniFil. Mestre em Educação.

2 Docente do Curso de Graduação em Pedagogia - UniFil. Docente do Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil - UniFil. Mestre em Educação.

3 Coordenadora e Docente do Curso de Pedagogia - UniFil. Docente do Curso de Pós-Graduação em Educação Infantil - UniFil.

4 Alunas do Curso de Pedagogia - UniFil e participantes do projeto de pesquisa apresentado neste artigo.

5 Aluna convidada e participante do projeto de pesquisa apresentado neste artigo.

ABSTRACT

The present article has the objective of presenting the proposals developed by the Nucleus of Pedagogical Support of UNIFIL (NAPE). NAPE resulted from the implantation of a research project which has been developed with the purpose to of collaborating with the pedagogical practice of teachers in classrooms, more specifically the one related to the methodology of education in the many different areas of knowledge. The main objective of NAPE is to provide a space for discussion and reflection on the permanent formation and/or continued education of teachers. To reach that goal, it intends, by means of the activities developed, to privilege a space for interchange among the didactic-pedagogical activities; to give due importance the experiences brought by the teachers in the several different graduation courses at UNIFIL; to make possible the effective articulation of scientific knowledge with the space of academic knowledge; to emphasize the debate over inter-disciplinary teaching as it affects the didactic aspects and forms of critical application of the dialogue among the many different areas of knowledge; to provide pedagogical support for those teachers whose the main field of knowledge is not related to the educational area (licensed teaching); to inquire about the methodological problems brought by said teachers and, in together with said teachers, to look the necessary solutions.

KEYWORDS: Education of teachers; Continued education; Methodology of the Teaching Action.

Introdução

A educação brasileira vive hoje um processo de avaliação permanente[1] face às exigências resultantes da organização sócio-histórica da atual sociedade mundial. Aos órgãos oficiais compete a função de planejar, controlar e avaliar a execução das diretrizes estabelecidas para a Educação brasileira. O Ministério da Educação[2] (MEC), desde a sua criação em 1930 pelo Decreto 19.402/30[3], durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, tem desenvolvido a função anteriormente mencionada. Os técnicos do governo recomendam, através de uma legislação muito clara e direta, um processo de auto-avaliação realizado pela própria instituição; uma avaliação externa através de uma visita in loco; e, finalmente, uma apreciação técnica dos relatórios da avaliação externa pelo Comitê Assessor do PAIUB4. Deve-se considerar que os avaliadores do governo federal, muitas vezes, operam em uma situação ideal, que não corresponde à realidade e ao investimento no ensino no Brasil e na América Latina.

As medidas mais recentes do GOVERNO BRASILEIRO, tiveram respostas imediatas das instituições de ensino. O chamado provão, a avaliação entre os vários atores do sistema universitário: docentes, discentes e funcionários administrativos, as modificações nos métodos de ensino para a aprendizagem e nos currículos, a partir dos calendários do MEC, sinalizaram para respostas próprias. A conjuntura internacional exerce forte pressão em torno de investimentos que atendam às prioridades das agências internacionais. Em certa medida, o apoio externo a projetos educacionais na periferia está cada vez mais condicionado ao ritmo das reformas econômicas, sintonizadas com os ajustes neoliberais e com a lógica do capitalismo global5.

O enfrentamento a esta situação delicada da Universidade Brasileira do século XXI, remete os professores, cientistas, pesquisadores e trabalhadores da Educação como um todo, à necessidade de constante aprimoramento das atividades docentes, para assegurar a excelência do desenvolvimento discente.

A formação continuada e/ou educação permanente é entendida como duplo processo de aprofundamento, tanto da experiência pessoal quanto da vida

social. Furter enfatiza que o primeiro imperativo que deve preencher a Educação Permanente é a necessidade que todos nós temos de sempre aperfeiçoar a nossa formação profissional. Em uma sociedade com a organização sócio-histórica característica do século XXI, na qual progridem a ciência e suas aplicações tecnológicas, a cada dia mais, não se pode admitir que o homem se satisfaça durante uns poucos anos. O domínio de uma profissão não exclui o aperfeiçoamento pessoal. Todavia, este aperfeiçoamento não pode deixar de considerar as necessidades humanas que se impõem em uma realidade marcada pela crescente exclusão sócio-econômica de grupos 'minoritários'.

Neste sentido, a demanda do mercado, que tem resultado indireta e diretamente no aumento crescente e veloz da tecnologia, não pode ser o objetivo maior da formação continuada de professores, pois as relações mercadológicas têm estado em pauta em uma sociedade carente de formação de valores, dentre os quais, o ser tem estado em detrimento do ter.

Visando participar do referido processo de formação e avaliação permanente, o grupo de pesquisa aqui apresentado realiza encontros que acontecem às segundas-feiras, das 13:30 às 15:30h (com possibilidade de participação de todos os professores da UniFil).

O grupo de pesquisa do NAPE é composto pelas docentes da Unifil: Ms. Marta Regina Furlan de Oliveira, Ms. Simone Varela e Ms. Karina de Toledo Araújo. Também participam diretamente das atividades planejadas e desenvolvidas pelo NAPE, seis discentes do Curso de Pedagogia.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo grupo, pode-se citar a disponibilidade para atendimento (em horários matutinos, vespertinos e noturnos) aos professores da UniFil. O atendimento tem a função de promover a reflexão sobre os problemas encontrados pelos docentes da UniFil que não têm a formação específica (Licenciatura), durante o fazer pedagógico, ou seja, as atividades que envolvam o planejamento, a execução e a avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes da UniFil.

93

Fundamento Teórico-Methodológico e Procedimentos para a Coleta dos Dados

A pesquisa aqui relatada tem como fundamento teórico-metodológico o Materialismo Histórico[4]. Nos anos de 1844-1845 Marx e Engels começaram a utilizar o Materialismo Histórico como fio condutor de todos os seus estudos subsequentes. Por meio deste referencial teórico-metodológico, pretender-se-á entender a realidade a partir de pressupostos reais, dos indivíduos e de suas condições materiais de vida. Condições estas que irão determinar toda a constituição psico-físico-social humana.

A partir do pressuposto teórico, anteriormente estabelecido, é que o delineamento da pesquisa e os procedimentos decorrentes dele justificam-se. Esta pesquisa é delineada como: pesquisa participante e pesquisa-ação.

Os procedimentos adotados para a coleta de dados/ação/reflexão partem de pesquisa bibliográfica e documental e terão continuidade com o estudo e reflexões sobre os documentos e a bibliografia relacionada à formação de professores.

Neste sentido, o fundamento teórico possibilitará a análise da prática, e em particular nesta pesquisa, da prática docente.

Além das reuniões para o desenvolvimento deste projeto estão previstas outras atividades ao longo do ano de 2005. Estas atividades podem ser assim descritas: 1- leitura de textos previamente selecionados e ocasionalmente sugeridos, sobre questões didático-pedagógicas e de fundamentos epistemológicos da pedagogia; 2- elaboração em conjunto com os professores (público-alvo deste projeto), de instrumentos metodológicos para o desenvolvimento e a avaliação

R
E
V
I
S
T
A

do processo de ensino e aprendizagem; 3- realização de seminários internos na UniFil entre os docentes participantes do projeto para discussão, análise e avaliação das atividades desenvolvidas ao longo do projeto; 4- auxílio na elaboração de instrumentos que facilitem o registro e avaliação das atividades realizadas nos cursos atendidos pelo projeto, durante o ano letivo de 2005; 5- organização de um Evento (palestras) durante o recesso do primeiro semestre letivo do ano de 2005 (possivelmente entre 15 e 26 de julho). A sugestão dos palestrantes e a devida indicação deverão ocorrer após o início do projeto, pois se entende que as palestras deverão vir ao encontro das necessidades diagnosticadas ao longo das reuniões com os docentes da UniFil; 6- seminários com os docentes da UniFil (provavelmente em setembro e dezembro de 2005); 7- produção de artigos pelos docentes da UniFil, integrantes deste projeto, para serem publicados em revistas indexadas; 8- comunicações deste projeto em eventos de Iniciação Científica (Simpósios, Seminários e demais eventos científicos); 9- produção de material para o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAPE).

A qualidade das atividades desenvolvidas durante a execução do Projeto de Pesquisa NAPE poderá se avaliada perante: 1- número de professores envolvidos; 2- nível de participação e envolvimento desses professores; 3- inovações dos instrumentos metodológicos para o desenvolvimento e a avaliação do processo de ensino e aprendizagem produzidos durante o projeto; 4- diversidade de temas e metodologias desenvolvidos e relação dos mesmos com a aplicabilidade no cotidiano de cada docente.

A avaliação das ações do presente Projeto ocorrerá de forma processual. Os instrumentos utilizados serão os relatórios produzidos a cada reunião com os docentes envolvidos (procedimentos preliminares). Nestes, deverão ser indicadas às possibilidades de resultados concretos relacionados aos objetivos propostos, bem como os impactos que os mesmos provocam na Metodologia do Ensino e Aprendizagem dos docentes envolvidos no projeto (Feedback dos Coordenadores dos Cursos envolvidos, para a análise e conclusões sobre os encaminhamentos e os resultados durante o desenvolvimento do projeto).

Cronograma para a Execução das Atividades

Meses	1 Jan	2 Fev	3 Mar	4 Abril	5 Maio	6 Jun	7 Jul	8 Ago	9 Set	10 Out	11 Nov	12 Dez
Reuniões semanais entre os integrantes do núcleo		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Reuniões semanais de assessoria à metodologia ens./aprend. Com o grupo participante com leitura de textos; elaboração de inst. Metod.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Seminários dos integrantes do projeto, com textos discutidos.						X					X	
Evento para todos docentes da Unifil (Palestra)							X					
Relatórios produzidos a cada reunião; Artigos científicos produzidos pela equipe do NAMEA		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Comunica em Eventos Científicos: Semana de Educação UEM; Semana Educ. UNIFIL; Simpósio de Inic. Cient. UNIFIL								X				
								X		X		

Conclusão Preliminar

Conforme apresentado ao longo deste artigo, o projeto encontra-se em fase inicial de desenvolvimento. As atividades desenvolvidas até o momento permitem uma avaliação diagnóstica referente as principais dificuldades apontadas pelos coordenadores dos Cursos da UNIFIL em relação às atividades diárias dos professores dos respectivos cursos da Instituição.

Na fase atual de desenvolvimento do projeto, os problemas assinalados foram transpostos em forma de questões que compõem um questionário encaminhado aos professores da UNIFIL. O questionamento feito aos professores da UNIFIL tem a função de detectar objetivamente como ocorrem tais dificuldades para que ocorram as discussões decorrentes dos problemas. Paralelamente a esta atividade, o grupo de pesquisa se encontra em fase de levantamento bibliográfico para a discussão com os professores da UNIFIL sobre as necessidades didático-pedagógicas observadas inicialmente no questionário.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BOTTOMORE, Tom (ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CURY, Roberto Jamil. *Legislação educacional brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DELORS, Jacques (org.). *Educação: um tesouro a descobrir*. 3.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC : UNESCO, 1999.

DEMO, Pedro. *A Nova LDB- ranços e avanços*. Campinas: Papyrus, 1997.

GADOTTI, Moacir e colaboradores. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

JESUS, Antônio T. *A Educação como hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci*. Campinas, UNICAMP, 1985. (Dissertação de Mestrado).

NIETZSCHE, F. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PÉREZ GÓMEZ, A . I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento. In: GIMENO SACRISTAN J. ; PÉREZ GÓMEZ, A . I. *Compreender e transformar o ensino*. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Portaria N. 302 de 7/4/1998; Decreto N. 2026 de 10/10/1996; Decreto N. 2306 de 19/6/1997 (documentos em torno do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras).

SOBRINHO, José Dias Sobrinho e Dilvo I. Ristoff. *Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência*. Florianópolis: Insular, 2000.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. (org.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez/Puc-SP, 2000.

VARELA, Simone. Reflexões acerca do perfil do educador no século XXI: Algumas possibilidades. In: *Terra e Cultura*. Cadernos de ensino e pesquisa. Londrina: Centro Universitário Filadélfia. Ano XVII. N. 32. jan/ jul. 2001. p. 57-62.

A LÓGICA DE UM CRIMINOSO: RAZÕES AXIOLÓGICAS DA FORMA VIOLENTA DE DISTRIBUIR RENDA

Joaquim Pacheco de Lima¹

RESUMO

Qual a lógica do adolescente ao assaltar, matar uma pessoa? O denominado criminoso busca a construção de sua identidade e, antes de cometer o ato criminoso, a sua real situação era a de vítima. Inversamente, a vítima é apresentada a ele como causadora. Nega-se ao criminoso a sua identidade de vítima. Torna-se então marginal. Daí a reação à marginalidade e a culpabilização. Os motivos das ações violentas resultam da busca de resultados imediatos; a intolerância e a frustração; a certeza, ou melhor, a fantasia da impunidade; e, por fim, a redenção da pobreza, através da redistribuição da renda.

PALAVRAS-CHAVE: Marginalidade; Criminoso; Lógica; Exclusão; Vítima; Culpabilização.

ABSTRACT

What is the logic of a teenager when he robs or kills a person? The so-called criminal is trying to build his own identity and, before committing the unlawful act, his real status was that of a victim. Conversely, the victim is seen by him as the causer. We deny the criminal his identity as a victim. He becomes a criminal. Hence the reaction to criminality and culpability. The motives for violent acts are the results of the search for quick rewards; intolerance and frustration; the certainty or, rather, the illusion of impunity and, lastly, the redeeming of poverty through wealth redistribution.

KEYWORDS: Criminal; criminality, logic, exclusion, victim, culpability.

Viver é pensar. Pensar exige indagar. O autor deste artigo colabora com um projeto social, desde 1988, desenvolvendo ações sócio-educativas junto à população pobre de/na rua, no segmento juventude; encontrou aí uma problemática intrigante. Levantava perguntas, interrogações. Qual a lógica do adolescente ao assaltar, matar uma pessoa? As explicações sociológicas e suas variáveis, os condicionantes psicológicos e os desdobramentos jurídicos legais são notórios. Até o momento, muita tinta já se jogou sobre o tema. Após várias análises, articulando teoria e observação em constante diálogo com os variados sujeitos, propõe-se a tecer algumas notas, enquanto teoria do conhecimento e levantar algum princípio valorativo. Caminharemos na nossa reflexão na direção de três portas: a)- caracterização do sujeito - o infrator; b)- princípios norteadores; c)- apontamentos orientadores de um agir enquanto vítima. O eixo norteador da reflexão parte da abordagem dialética, da lógica aristotélica e da contradição exposta pelos pensadores da filosofia crítica, ou pós-moderna.

¹ Docente da UniFil e da Faculdade Uninorte. Sociólogo e filósofo. Educador social. Assessor de ONGs. Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do município de Cambé-PR.

Para caracterizar um criminoso necessitamos, anteriormente, definir o que entendemos por crime. Antecedente ao eixo de nossa tese é a lógica. O que é lógica? A lógica é uma reflexão sistemática, coerente e ordenada, em vista da explicação e entendimento de uma situação, fato ou coisa. É uma inferência frente ao que se conhece e ao que se pode concluir como consequência; também é uma exigência de coerência frente ao já visto e, ao que deve ser; é uma exigência de não contradição entre o que sabemos e a conclusão que tiramos; é uma exigência de que, para entender a conclusão de algo, precisamos saber o suficiente sobre as causas do fato e porque se chegou a tal situação. Em suma, Aristóteles conceituou que a Lógica é um instrumento do pensamento.

Quem é o criminoso? É a pessoa que comete crime! A definição de crime ocorre pelo conceito - modelo ideal - de não-crime, isto é, pela negação. O criminoso aparece sensorialmente, movido pela paixão, na condição de causador enquanto agir último - causa final. Mas antes de cometer o ato criminoso - qual era a sua real situação? Era uma vítima. Veja então que, inversamente, a vítima é apresentada como causadora. Nega-se ao criminoso a sua identidade de vítima. Sobre a condição preliminar de vítima de um criminoso, não tecerei comentários, pois muita tinta e saliva já se aspergiram sobre o assunto, isto é, sobre os condicionantes estruturais e bio-psicosociais que a ciência, especialista da área, já vasculhou.

Viver em sociedade pressupõe participar do contrato social em que os três atores - Estado, Governo e Sociedade - firmam um termo de convívio. Os conflitos são inerentes ao público e ao privado, ao governante e aos governados, à sociedade civil e à política. O denominado criminoso, que é um ator da sociedade civil, tais como os outros atores, busca a construção de sua identidade (OLIVEIRA, 2002). O ser humano é um animal racional, livre e psíquico. Psíquico quer dizer dotado de uma identidade, uma singularidade, uma personalidade exclusiva, necessitando de afeto, compreensão, aceitação, auto-estima e auto-respeito. É um ser que tem desejos, vontade, necessidades e busca pela sua plenitude. Daí a reação à marginalidade. Não quer ser um alienado. O criminoso é um alienado que rebate a alienação e a condição (identidade) de ser margem (marginal), embora a classe dominante (da ordem) busque justificativas e legitimação para *pre-ender* o ator (criminoso) no seu lugar social de "margem". Prender significa dar o fim já decretado, em uma concepção fatalista e naturalista.

O criminoso é um subalterno ativo. Temos o subalterno passivo. Este não é criminoso. É a patuléia. Alguns historiadores chamam de povo, massa ignóbil, ou telespectadores dos programas televisivos vespertinos dos domingos, já afirmando a razão etnocêntrica. O subalterno (do latim *alter* = outro, *sub* = abaixo) é o sujeito que está abaixo do outro ser. O problema é que o criminoso é um ser ativo, isto é, reage ao sistema contra a imposta condição de subalterno. O criminoso não é mal por natureza, parafraseando o filósofo Rousseau (século XVIII). Aos cristãos é uma aberração teológica, pois o Homem é imagem e semelhança de Deus. A condição de marginal atribuída ao ser humano é um contrafeto à vontade de Deus (HOORNAERT, 1986).

Era inédito mas está se tornando lugar comum, a propagação da ação de pessoa que comete atos infracionais - crime. Manchete matutina de um jornal: "Comerciante é assassinado" (Folha de Londrina, 02/11/2004, Caderno Cidades, p.12). Que princípios fundamentam esse agir violento? As probabilidades de respostas: a)- reação à exclusão da sociedade civil e política; b)- o isolamento do indivíduo na sociedade de massa, dominado pela ideologia consumista, e pelo hedonismo (o prazer é o caminho da felicidade); c)- a crença da revolução individual impulsionada pela descrença na luta coletiva e no coletivismo. Salve-se quem puder frente ao caos (*cháos* = abismo ou fenda). A negação da negação

e o embate do pessimismo e fatalismo são as fontes originárias do criminoso. Os caminhos são múltiplos; já conhecemos, ou melhor, já sentimos as conseqüências.

Mas, quais os motivos para ação violenta? As razões têm suas origens na busca de resultado imediato, o imediatismo; a intolerância à frustração; a certeza, ou melhor, a fantasia da impunidade e, por fim, a redenção da pobreza, através da “justa” distribuição da renda. A ação é individual, na somatória da “pirataria”, institui o grupo social – o *gueto*.

O perfil do criminoso dilapidando as bordas, os pré-conceitos e as prenoções (durkheimiana) apresenta cinco caracteres: 1. -é um jovem urbanizado vítima do consumismo; 2. -vítima da crise da instituição familiar fragmentada e kafkiana; 3. -é um crítico do simulacro da vida social (comunitária formal) e da institucionalização da escola; 4. -nega a negação da skholé (educação do ocioso) e da ociosidade serem um projeto histórico da educação; 5. -adora o ócio e a liberdade, no contexto de risco; trabalha pesadamente para manter a ociosidade e a liberdade e nega a sociedade salarial.

O marginal rebate ao sistema (aos gerentes e seus intelectuais) o sentimento de culpabilização. Diz: “não sou incapaz, incompetente, você será (mais cedo ou mais tarde) vítima de minha ação”.

Conclusões

A lógica epistemológica e axiológica que permeia a ação de um juvenil criminoso está na razão insuspeita de eles não-serem os “inúteis” do mundo, no confronto com o individualismo negativo, conforme afirma CASTEL (1998). No contraponto o velho Nietzsche (filósofo) apontou o seqüestro da solidariedade e da vontade de poder do homem no mundo sacralizado por “deuses” claudicantes. Mas é na desordem que se encontra a ordem. O jovem criminoso, na ordem instituída, continuará a cometer crimes, redistribuindo renda e colaborando com a “reforma” do Estado. O criminoso é excluído do mercado, do lazer, do consumo, do trabalho e de poder ser uma celebridade – the best seller. Tem pré-consciência de que para participar do mercado basta ter competência e força de vontade, conforme pre-escreve a lei sagrada (“bíblia minúscula”) mercadológica. Quem não entra no mercado, não a realiza, é por incompetência, e merece sofrimento. A lógica perversa de vítima acaba aumentando o sentimento de culpado.

99

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Hugo. *Crítica a lógica da exclusão*. São Paulo: Paulus, 1994.
- BARROS, Fernanda Otoni. *Tô fora: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTEL, Edmundo. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HINKELMMERT, Franz. *A idolatria do mercado: ensaio sobre economia e teologia*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- HOORNAERT, Eduardo. *A memória do povo cristão: uma história da igreja nos três primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, Nilson Vieira. *Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

R
E
V
I
S
T
A

**NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE E
QUALIDADE DE VIDA - NEPSV**

LIMITAÇÕES DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS AUDITIVAS QUANDO DA SUA INSERÇÃO NA SOCIEDADE E NO TRABALHO, BEM COMO SUA INTERAÇÃO COM A FAMÍLIA

*Greicy Rondon¹
Luciene Rodrigues
José Antônio Baltazar²*

RESUMO

A presente pesquisa, intitulada “Limitações do Portador de Necessidades Especiais Auditivas quando da sua Inserção na Escola, no Trabalho, bem como sua Relação com a Família”, tem como objetivos: verificar como os surdos se comportam em relação às dificuldades enfrentadas no período escolar e quando se inserem no mercado de trabalho; a aceitação da criança surda por parte da família; suas relações sociais. Foram entrevistados 30 sujeitos de ambos os sexos, na faixa etária dos 10 aos 40 anos, utilizando-se como instrumento de coleta de dados, uma entrevista semi-estruturada através da Libras (Linguagem Brasileira de Sinais). Esta pesquisa foi realizada na APADAL (Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Londrina), no ILES (Instituto Londrinense de Educação de Surdos) e na Congregação da Pequena Missão para Surdos. Todos os dados foram analisados quantitativamente e qualitativamente. O método utilizado foi o de Pesquisa de Campo. Foi verificado, ao final desta pesquisa, que a deficiência na comunicação é a maior dificuldade enfrentada pelos surdos.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez; LIBRAS; Comunicação; Deficiência Auditiva.

RIASSUNTO

La presente indagine intitolata “Limitazioni del portatore di Necessità Speciali Uditive quando della sua inserzione nella Scuola, nel Lavoro e anche la sua relazione con la Famiglia”, ha l’obiettivo di verificare gli atteggiamenti dei sordi dinanzi alle difficoltà trovate nel periodo scolastico, nel mercato lavorativo, l’accettazione dei bambini sordi per la sua famiglia e sue relazioni sociali. Furono intervistati 30 soggetti di ambedue i sessi nella fascia etaria dei 10 ai 40 anni, utilizzando come strumento de raccolta dei dati una intervista semistrutturata. Questa indagine fu realizzata nell’APADAL (Associazione dei Genitori e Amici dei Sordi), nell’ILES (Istituto Londrinense di Educazione di Sordi) e nella Congregazione della Piccola Missione per i Sordomuti. Tutti i dati furono analizzati quantitativa e qualitativamente. Il metodo utilizzato fu il di indagine in campo. Si è verificato qui che il deficit nella comunicazione è la più grande difficoltà dei sordi.

PAROLE-CHIAVE: Sordità; Linguaggio dei Segni; Comunicazione; Deficienza Uditiva.

¹ Acadêmicas do Curso de Psicologia da UniFil.

² Docente do Curso de Psicologia da UniFil. Mestre em Educação pela UNOESTE – Presidente Prudente. Psicólogo clínico. E-mail: jabaltazar@uol.com.br

ABSTRACT

This survey, titled "Limitations of Bearers of Special Aural Needs When Inserted into School and Work, as well as their relationship with their families" intends to analyze how deaf people behave when facing the difficulties of the school period and introduction into the work market; the acceptance of deaf children by their families; their social relationships. Thirty people were interviewed, male and female, ranging in age from 10 to 40 years old, utilizing data collection and a Brazilian sign language semi-structured interview as tools. This research was conducted at APADAL (Association of Parents and Friends of Aurally Handicapped People of Londrina), at ILES (Institute for the Teaching of Deaf People of Londrina) and at Congregação da Pequena Missão para Surdos (Congregation of the Small Mission for the Deaf). All data collected were quantitatively and qualitatively analyzed. The method used was field research. It was verified that the deficiency in communication was the greatest difficulty faced by deaf people.

KEYWORDS: Deafness, LIBRAS (Brazilian sign Language), Communication, Aural handicap.

Introdução

Considerando-se as várias pesquisas e discussões já realizadas acerca das dificuldades e limitações que norteiam a inserção da pessoa portadora de necessidades especiais na área auditiva em instituições educacionais, bem como no mercado de trabalho, nota-se que o campo ainda é limitado. Geralmente o surdo trabalha em supermercados, fábricas, etc., onde não se exige uma comunicação oral para desenvolver suas atividades nas funções que ocupa.

Verifica-se que as instituições não dão os subsídios necessários para que os surdos, logo que concluem o ensino médio, estejam habilitados para lidar com as mais diversas situações que encontrarão em uma sociedade de cultura ouvinte, onde não são entendidos e, na maioria das vezes, são discriminados.

Nos países subdesenvolvidos, 10% da população é portadora de algum tipo de deficiência, dos quais 1,5% são deficientes de áudio comunicação. Algumas doenças, se tratadas em tempo, permitem o desenvolvimento normal da pessoa, sem limitações, e sua conseqüente integração na família e na sociedade.

Sabe-se que a criança que nasceu surda ou perdeu a audição antes de aprender a falar não possui linguagem, que é o meio natural e espontâneo de comunicação, ficando impedida de revelar seu pensamento ao grupo que a rodeia, o que a torna "diferente" da criança ouvinte. Do mesmo modo ela fica impossibilitada de compreender o que os outros lhe falam.

O surdo pode ser um indivíduo "normal", principalmente se for submetido a uma correta e integral educação-estimulação. A criança ouvinte forma seu conceito de meio ambiente, principalmente através da audição. Já a surda, com ajuda do professor e dos pais ou cuidadores, através de uma didática bem aplicada, poderá aprender, de maneira objetiva, a formar esses conceitos.

Quanto à inteligência prática, aquela que se desenvolve lentamente na criança e a leva a resolver problemas através do desenvolvimento, cada vez maior, da observação, a criança surda a possui igual à criança ouvinte. Analisando estes dois aspectos da inteligência, sabe-se que a aprendizagem da criança surda é mais lenta, pois ela não recebe a mesma quantidade de estímulos que uma criança ouvinte, o que prejudica a sua formação de conceitos. No Brasil, entretanto, além de enfrentarmos, ainda, o preconceito contra a LIBRAS, nos deparamos com uma série adicional de problemas.

Como propiciar ao surdo a possibilidade de freqüentar uma faculdade? Para isso, ele tem que passar no vestibular, o que não é trivial e, além disso, precisa também de um intérprete para acompanhá-lo nas aulas. Mesmo que queiramos, apenas, preparar o surdo para ser professor de Língua de Sinais nas escolas especiais para surdos, somente para treiná-lo em metodologia e técnicas de ensino, os intérpretes também são necessários. Porém, para preparar os intérpretes, temos que ter professores de LIBRAS, que lhes ensinem esta língua. E o professor-instrutor de Libras deve ser surdo. Parece complicado, acaba sendo um círculo vicioso, que alguém terá que abrir, para assim oferecer um horizonte mais amplo à pessoa portadora de surdez. “Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez (...) ignorantes e indiferentes.” (Sacks, 1998, p.15).

Quais seriam, então, as iniciativas prementes para esta problemática? Como os próprios surdos vêem a questão da sua inserção na sociedade ouvinte? Quais seriam os sentimentos mais profundos dos surdos ao se verem privados da comunicação dita “normal”? Quais as maiores limitações enfrentadas por eles? A presente pesquisa visa obter dados mais precisos, que possam contribuir para um entendimento mais profundo das questões que norteiam as limitações da pessoa portadora de surdez.

Breve Retrospectiva Histórica

Na Europa, até o fim do Século XV, o surdo era considerado incapaz de ser ensinado e por essa razão não haviam escolas especializadas para tal ensino. O surdo tinha a sua sobrevivência prejudicada sendo que, em alguns lugares, era proibido possuir ou herdar propriedades, casar-se e votar.

Houve muitas pessoas ouvintes que tentaram ensinar os surdos. Por exemplo, um italiano, Girolamo Cardano, que utilizava sinais e linguagem escrita; um espanhol, monge beneditino, chamado Pedro Ponce de Leon, que utilizava, além de sinais, treinamento da voz e leitura labial. Nos séculos seguintes apareceram outros professores de surdos acreditando que a primeira etapa da educação para os surdos deveria ser o ensino da linguagem falada (chamado Método Oralista Puro) e outros que utilizaram a linguagem de sinais, já conhecida pelos alunos, juntamente com o ensino da fala (chamado Método Combinado). Entre estes professores, figuraram Juan Pablo Bonet, da Espanha, Samuel Heinicke e Moritz Hill, da Alemanha, Abbé Charles Michel De l’Epee, da França e outros.

Destes professores, o mais importante do ponto de vista do desenvolvimento da linguagem de sinais, foi De l’Epee. Este usava o método combinado e, através de seu instituto na França, um professor surdo chamado Ernest Huet, desenvolveu um método de ensino, fundando a primeira escola de surdos do Brasil no ano de 1856, o Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES), no qual, a partir da mistura da linguagem Francesa de Sinais com sistemas já usados pelos surdos das várias regiões do Brasil, surgiu a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Em 1849, na Itália, dois sacerdotes, Don Giuseppe Gualandi e Don Cesare Gualandi, com o intuito de evangelizar e educar os surdos, fundaram o Instituto Gualandi, que acolhia surdos vindos de várias regiões da Itália, os quais eram, naquela época, praticamente abandonados pelas famílias. Don Giuseppe “contagiou” toda a sua família, pois os seus pais e os seus muitos irmãos colaboraram com muito fervor em todas as iniciativas voltadas para a instrução dos surdos. Os dois irmãos, Giuseppe e Cesare, pesquisavam e estudavam a fundo a respeito da vida da pessoa surda e, assim, o Instituto fundado por eles crescia a cada dia, quantitativa e qualitativamente, ataindo outros sacerdotes e freiras. Nasceu assim a Congregação da Pequena Missão para Surdos, que tinha por

objetivo instruir o surdo para que o mesmo desenvolvesse todo o seu potencial e fosse identificado como um ser ativo na sociedade. Em 1973, essa Congregação passou a atuar também no Brasil, mais especificamente, no Instituto Londrinense de Educação de Surdos (ILES).

Até 1889, tínhamos no país seis instituições de ensino que visavam atender deficientes físicos, visuais e auditivos. Verifica-se, no entanto, que por mais de um século a preocupação com os portadores de deficiência foi quase inexistente em se tratando de iniciativas oficiais no campo educacional.

A preocupação com a educação especial no Brasil iniciou-se na década de 30, período que marcou também o início dos conflitos entre os educadores que defendiam os princípios da Escola Tradicional e os favoráveis aos princípios da Escola Nova. Através do movimento escolanovista, a educação incorporou outros princípios: o respeito à liberdade e ao interesse do educando na utilização de métodos ativos no processo ensino-aprendizagem, valorizando os estudos de Psicologia Experimental e procurando colocar a criança no centro do processo educacional, dando um novo impulso à educação escolar dos portadores de deficiência.

As Sociedades Pestalozzi (1932) motivaram, em 1954, a criação do movimento das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e de muitas escolas especiais que procuraram fundamentar uma proposta educacional que atendesse às necessidades e características próprias dos portadores de deficiência. Até 1963, foram criadas sete escolas especiais no Paraná: cinco em Curitiba e duas em Londrina: o Instituto para Excepcionais e o ILES, que no Estado, atende cerca de 280 surdos, com o intuito de dar-lhes uma educação integral e, posteriormente, inseri-los na sociedade.

Em todo o Brasil, além do ILES, existem outras escolas para surdos, que possuem as condições necessárias para promover a educação, o desenvolvimento acadêmico, a integração social, a cultura ouvinte, a surda, e a preservação da Linguagem de Sinais das comunidades surdas brasileiras.

Fundamentação Teórica

“Se você fracassa em enxergar a pessoa, mas vê somente a deficiência, então quem é o cego? Se você não consegue escutar o grito por justiça de seu irmão, então quem é o surdo? Se você não se comunica com sua irmã, mas a mantém afastada de você, quem é o deficiente? Se o seu coração, ou sua mente, não se estendem para o seu vizinho, quem então tem deficiência mental? Se você não se levanta pelos direitos de todas as pessoas, quem então é o aleijado?” (Anônimo).

A criança ao nascer, é mergulhada no complexo mundo dos sons, e envolvida pela melodia da voz humana. Recebe instruções faladas de seus semelhantes e armazena as experiências de outras gerações, sendo assim introduzida gradativamente na sociedade. Este processo acontece naturalmente, sem desconfortos, visando unicamente o bem-estar social do ser humano. A criança acometida por uma deficiência auditiva, sobretudo antes da aquisição da linguagem, fica completamente alheia a este admirável conjunto sonoro. Se a criança não ouve, jamais conseguirá falar espontaneamente e ficará afastada do convívio de seus semelhantes e da integração sócio-cultural.

A deficiência auditiva, em sentido amplo, é um déficit funcional “curável através da reabilitação”. Urge, portanto, que esta seja realizada o quanto antes e nos primeiros anos de vida, contando com a ajuda da família, comunidade e profissionais altamente competentes e especializados.

O surdo é qualquer pessoa que possui uma perda, maior ou menor, na percepção normal dos sons. A perda auditiva pode variar de leve a profunda, ou

seja, o indivíduo pode ouvir com dificuldade ou não perceber som algum. A audição é de vital importância para a segurança física e desempenho como indivíduo, uma vez que, é através desta, que o indivíduo receberá um grande número de informações. O surdo é capaz de organizar, ainda que de forma diferente, os fatos e os pensamentos em sua mente, utilizando para isso os outros sentidos; pode-se dizer, então, que ele possui mais uma diferença do que uma deficiência.

Segundo o psicólogo norte americano MYKLEBUST (1983, p.35): “O surdo pode apresentar um atraso mental de dois anos em relação à criança ouvinte e um atraso educacional de cinco anos.”, sendo a ausência de linguagem a principal responsável por este atraso. Os aspectos mais afetados são: o pensamento abstrato, o raciocínio lógico, a simbolização, o cálculo e as classificações, que são desenvolvidos somente através de aprendizado especial.

A leitura requer um profundo conhecimento da língua e, privados deste conhecimento, os surdos são, então, privados da leitura que seria para eles, mais que para os outros, um maravilhoso meio de conhecimento, de extravasão e de comunicação. Se os surdos “falam”, isto não quer dizer, no entanto, que eles dominam a língua da sociedade e que sejam verdadeiros leitores. Isto mostra o quanto a educação da criança surda, quando é exclusivamente centrada na fala, conduz a um fracasso. Apenas uma abordagem realista do problema e uma aceitação total da surdez e, conseqüentemente, da Língua de Sinais, pode permitir que a linguagem se instale na criança surda.

A linguagem é encarada como um movimento em constante fluxo, sempre indefinida, não conseguindo nunca capturar de forma definitiva qualquer significado que a precederia e ao qual estaria inequivocadamente amarrada (Silva, apud SKLIAR, 2001, p.109).

A comunicação utilizada pela sociedade é feita fundamentalmente por meio de linguagem oral e da escrita, cuja aquisição é dificultada pela deficiência auditiva, trazendo, naturalmente, conseqüências, principalmente em relação à compreensão de processos mais abstratos, uma vez que estes são extremamente dependentes das linguagens.

Ao ser excluído da comunicação verbal em decorrência de sua deficiência auditiva, o surdo deixa de ter acesso a todas as formas de reflexos da realidade, que são produzidas a partir da apropriação dessa forma de comunicação (Fernandes, apud Luria, 1990, p.43).

A dificuldade do surdo de se integrar no mercado de trabalho começa com a carência de escolas e classes especiais que possam oferecer uma educação geral que sirva de sustentáculo para sua formação profissional. Esta integração poderia ser realizada, tanto em escolas especiais, como em cursos profissionalizantes para não-deficientes, dependendo da capacidade de integração do surdo. O deficiente que não conseguir, em tempo hábil, uma qualificação profissional, poderá começar sua integração no mercado de trabalho através de estágio supervisionado em empresas, enquanto cursa o primeiro grau em escola especial ou na educação inclusiva. Outra dificuldade que o jovem portador de necessidade especial auditiva enfrentará é o da aceitação social. Existe uma tendência a generalizar o problema, o que, muitas vezes, leva a sociedade a considerar o surdo como incapaz para o trabalho, sem levar em consideração a sua competência para a função que pretende exercer, estando sempre em desvantagem na competição com o ouvinte.

O surdo precisa ser visto pela sociedade e, principalmente, pelas empresas, através da sua personalidade, potencial intelectual e a habilidades que apresente para determinada função profissional. No Brasil, a situação do deficiente au-

ditivo em relação ao mercado de trabalho, se encontra bastante difícil; as áreas que o aceitam como profissional são muito restritas, tirando, às vezes, proveito da sua deficiência e não levando em consideração a sua capacidade profissional. Conforme cita Klein: "...grande parte desses sujeitos se constituíam em mão-de-obra mal escolarizada, ocorrendo exploração por parte das indústrias." (Klein, apud SKLIAR, 2001, p.85).

Quando perdemos um dos sentidos, expandimos, ainda mais, os outros. É exatamente isso que acontece com as pessoas surdas; pelo fato de se comunicarem através da Língua de Sinais conseguem desenvolver uma maior acuidade visual e aprimoram também o poder de concentração e a habilidade manual. Por isso, têm uma excelente produtividade no trabalho, principalmente em funções que exigem muita atenção.

O importante é saber aceitar a pessoa portadora de surdez como sendo diferente da ouvinte, e que precisa ser educada para desenvolver suas potencialidades. Alguns fatores influenciam bastante no desenvolvimento do surdo. O diagnóstico precoce, por exemplo; quanto mais cedo se conhecer as dificuldades, mais estímulos adequados podem ser usados. A família é de fundamental importância para que o surdo se desenvolva satisfatoriamente. Precisamos pensar em fazer do surdo um cidadão independente, com desejos próprios, sem se sentir inferior porque não escuta ou não tem uma voz bonita.

Um dos grandes desafios é manter a busca incessante da compreensão do mundo em que os portadores de surdez estão inseridos, que é diferente do mundo dos ouvintes. O surdo deverá estar mais aberto para se relacionar com o ouvinte. A escrita e a leitura podem ser um caminho de comunicação entre os ouvintes e os surdos. "Cada pessoa é livre para buscar conhecimentos e viver de acordo com suas experiências, trocar informações e não ter preconceitos quanto às variadas formas de se comunicar." (Álvares, 2003, p. 34).

O reconhecimento da diferença é o primeiro passo para a integração do surdo na comunidade ouvinte que o circunda. Reconhecer a diferença entre surdo e ouvinte é encarar a realidade relativa ao surdo. É reconhecer suas limitações, no que diz respeito ao seu desempenho na aquisição de uma língua oral, isto é, de uma língua cujo canal de comunicação é o oral-auditivo como o Português, o Francês, o Inglês e outras línguas orais. Entretanto, é também reconhecer sua habilidade lingüística, que se manifesta na criação, uso e desenvolvimento de línguas gestuais-visuais, ou seja, tipos de Língua de Sinais.

O Instituto Nacional de Surdos (INES), tem ocupado no Brasil uma posição de destaque na história da educação de pessoas surdas. Foi realizada por alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma pesquisa para se investigar o processo de escolarização oferecido pelo INES, na década de 1940, e sua influência sobre a atual qualidade de vida dos ex-alunos, hoje idosos.

Através dessa pesquisa (Revista INES, 2003), foram identificados 400 alunos matriculados no ano de 1940, dos quais 163 eram naturais do Rio de Janeiro, 79 de São Paulo, 60 de Minas Gerais e 10 do Espírito Santo, totalizando 312 alunos da Região Sudeste. Deste total, foram procurados alunos do Rio de Janeiro, todos portadores de surdez neuro-sensorial, severa ou profunda. Doze desses alunos haviam falecido, dois estavam com doenças graves e oito não foram encontrados ou não responderam às tentativas de contato, restando apenas treze surdos idosos.

A pesquisa mostrou que o ensino especial que foi ministrado aos sujeitos do estudo não foi suficiente para favorecer uma qualidade de vida satisfatória, ou mesmo para promover mudanças nos aspectos social e econômico que significassem uma melhor qualidade de vida futura. É necessária a construção de programas educacionais que contemplem toda a diversidade humana. Enquanto não forem desenvolvidas ações nesse sentido, como política edu-

cacional correta, o surdo continuará a encontrar dificuldades ao tentar se integrar à sociedade.

Metodologia

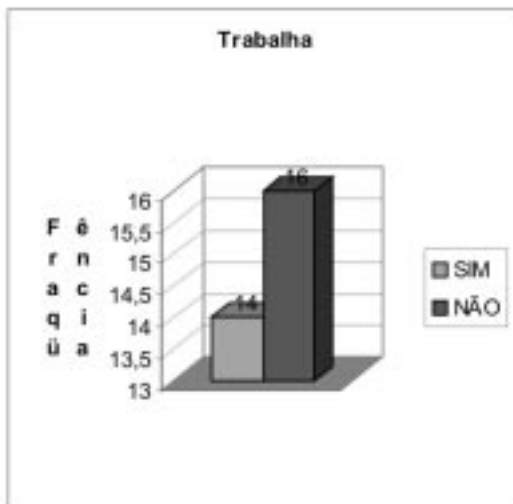
Esta pesquisa foi realizada de acordo com a Metodologia da Pesquisa de Campo, mediante um instrumento de entrevista semi-estruturada, através da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), meio de comunicação utilizado pelo surdo. A população amostrada constituiu-se de pessoas portadoras de deficiência auditiva, na faixa etária dos 10 aos 40 anos de idade, num total de 30 pessoas, de ambos os sexos.

RESULTADOS

Faixa Etária	Frequência de pessoas
10 - 20	7
21 - 30	9
31 - 40	14

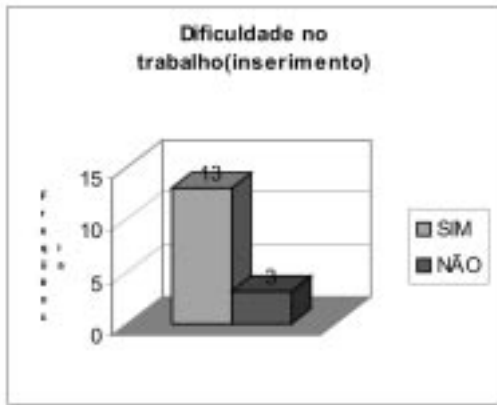
Tabela 1 – Faixa etária dos entrevistados.

A tabela acima mostra as idades do total dos entrevistados, onde a maioria encontra-se na faixa dos 31 aos 40 anos, e a minoria na faixa dos 10 aos 20.



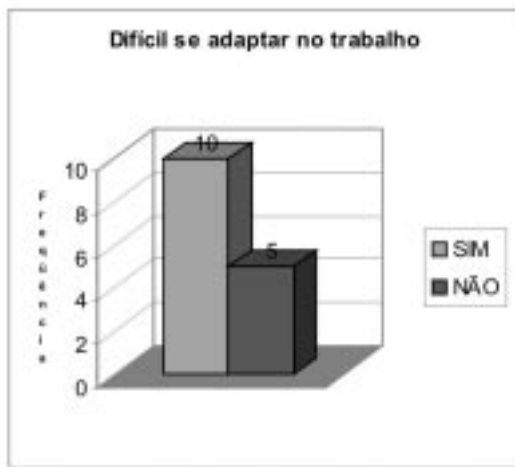
O gráfico ao lado demonstra que 60% do total dos entrevistados não trabalham.

Gráfico nº 1: quantidade de pessoas que trabalham e que não trabalham



O gráfico ao lado demonstra que apenas três dos entrevistados não tiveram dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, enquanto treze encontraram algumas dificuldades.

Gráfico nº 2: dificuldade de inserimento no mercado de trabalho



O gráfico ao lado mostra que dez dos que trabalham relataram que tiveram dificuldade ao adaptar-se no ambiente de trabalho e cinco não encontraram dificuldade em adaptar-se no ambiente de trabalho.

110

Gráfico nº 3: Dificuldade de adaptação no ambiente de trabalho

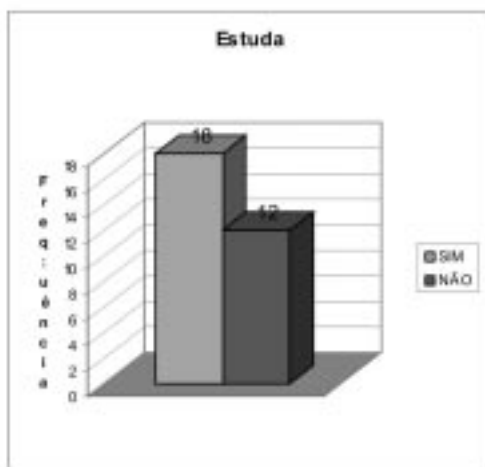


Gráfico nº 4: Se estuda ou não

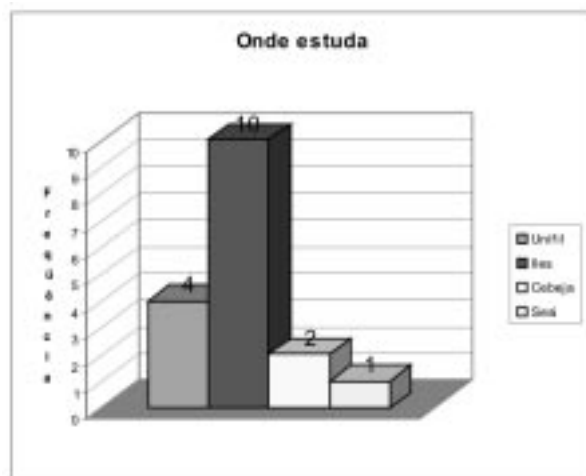


Gráfico nº 5: Onde estuda

Os gráficos acima mostram que dos 30 entrevistados, 18 ainda estudam. Onze estudam no ILES, 04 na UniFil, 02 no CES e 01 no CESI.

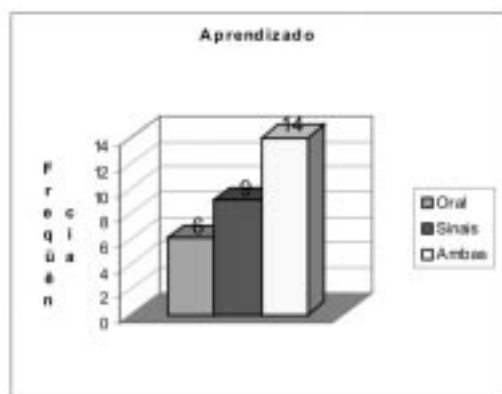


Gráfico nº 6: Como foi o aprendizado

O gráfico ao lado mostra que seis dos entrevistados tiveram seu aprendizado através da língua oral, nove através da língua de sinais, quatorze tiveram seu aprendizado através de ambas as línguas e um dos entrevistados não respondeu a esta pergunta.

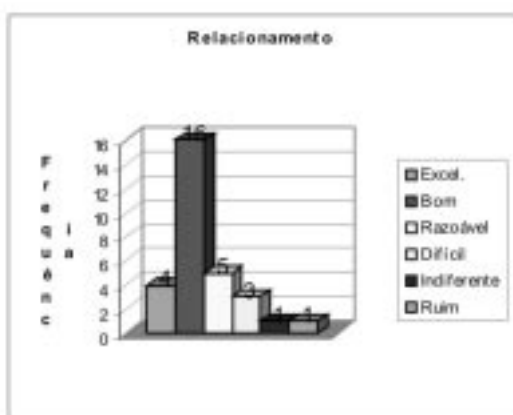


Gráfico nº 7: Como é o relacionamento com a família.

O gráfico ao lado mostra que a maioria dos entrevistados respondeu que tem um bom relacionamento com a família e a minoria respondeu que o relacionamento é ruim.

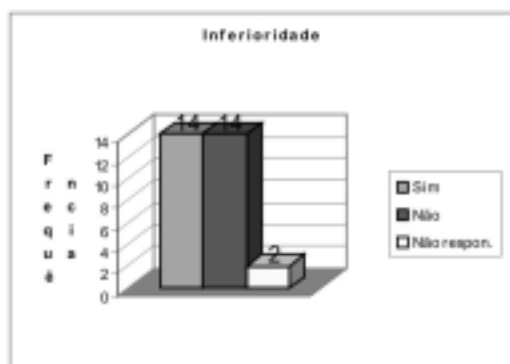
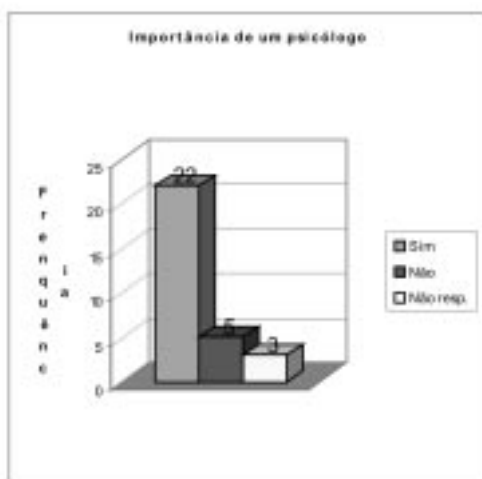


Gráfico nº 8: Em algum momento se sentiu inferior aos ouvintes.

O gráfico ao lado mostra que 50% dos que responderam à pergunta sentem-se inferiores aos ouvintes.



O gráfico ao lado mostra que a maioria dos entrevistados (22) respondeu que é importante ter o auxílio de um psicólogo nas suas dificuldades, cinco responderam que não acham importante e três não responderam à pergunta.

Gráfico nº 9: Importância de um psicólogo para auxiliar nas dificuldades.

Discussão

Verificou-se, ao longo da pesquisa, que a maior dificuldade que o surdo enfrenta para se inserir no mercado de trabalho, como também para se relacionar com a comunidade ouvinte, é a limitação na comunicação. A sociedade não oferece subsídios para que o surdo se adapte de maneira satisfatória no mercado de trabalho, e assim desenvolver favoravelmente as tarefas que lhe são designadas. Considerando-se a faixa etária dos entrevistados, a maioria está entre 31 e 40 anos; porém, apenas 40% destes estão inseridos no mercado de trabalho. Observa-se também que a maioria dos que trabalham encontrou dificuldades para inserir-se e adaptar-se ao ambiente de trabalho. Quanto à educação, a maioria dos entrevistados relatou que teve acesso às duas línguas –de sinais e oral– simultaneamente. Considerando-se as etapas de desenvolvimento do ser humano, sabe-se que no período entre os 30 e os 40/45 anos de idade, o indivíduo encontra-se bem estável e, por conseguinte, com um aceitável relacionamento com a família; porém, percebe-se nos resultados desta pesquisa que, apesar da maioria estar na faixa entre os 30 e 41 anos de idade, ainda não estabilizaram este relacionamento. Isto que faz pensar o quanto a falta de comunicação pode afetar os relacionamentos, deixando no indivíduo um vácuo que vai interferir ao longo de toda a sua vida. De fato, como mostra o Gráfico nº8, metade dos entrevistados que responderam à pergunta, disseram que se sentem inferiores às pessoas ouvintes. A grande maioria ressaltou, também, a importância de um profissional de Psicologia para estar auxiliando na resolução de suas questões mais profundas.

Considerações Finais

A presente pesquisa ensejou a possibilidade de perceber o quanto ainda estamos longe de uma eficaz comunicação entre os homens, não somente no que diz respeito ao mundo dos surdos. A humanidade, de um modo geral, é muito carente de uma forma de comunicação que, de fato, aproxime os indivíduos. O que acontece com o surdo é, sem dúvida, reflexo de uma realidade muito abrangente: as relações que se estabelecem entre os homens em toda parte do mundo, e que se constituem, quase sempre, em relações de poder e domínio de grupos majoritários sobre grupos minoritários. A esperança, o consolo, é ver que, pelo menos, no que concerne à realidade dos surdos, as discussões estão acontecendo cada vez mais no sentido do progresso. O surdo está conquistando espaço, mesmo de modo lento porém gradativo. As barreiras da comunicação -

que encerram os surdos no isolamento, obrigando-os a viver à margem da sociedade- estão sendo transpostas. Assim sendo, foi possível constatar, através do presente estudo, o esforço e a caminhada que as instituições especializadas na educação dos surdos estão empreendendo. Observou-se, ainda, a grande abertura e a boa vontade dos profissionais especializados em educação de surdos para galgar os degraus de um mundo novo, em parte ainda obscuro para eles. Exige a mesma coragem e determinação de quem abre caminhos em uma floresta virgem. Ressalte-se, ainda, a satisfação da comunidade surda em função da disponibilidade dos ouvintes, ligados a eles, para conhecer profundamente a cultura do surdo e pela compreensão que se está tendo acerca da relevância da linguagem de sinais para a formação do pensamento dos surdos e para a aquisição de um conhecimento cada vez mais complexo. Pôde-se verificar que o maior problema enfrentado pelo surdo, hoje, é a comunicação limitada, o que dificulta a inserção do mesmo no mercado de trabalho, e até na família. Percebeu-se a pouca interação que existe entre o surdo e sua família, especialmente quando os pais são ouvintes. Neste caso, o surdo sente-se um “estranho no ninho”, isolado do convívio familiar e da sociedade. O mercado de trabalho, bem como a instituição educacional, ainda não estão preparados para a tão falada e desejada inclusão. Não existe uma estrutura que garanta a inserção da pessoa surda, pois não existem intérpretes, e os ouvintes que compõem essas estruturas não conhecem a Língua de Sinais, e nem mesmo conhecem a pessoa portadora de surdez. Existe hoje um projeto idealizado pelo INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), com o apoio do Ministério da Educação do Rio de Janeiro, que pretende criar uma faculdade só para portadores de surdez, inicialmente oferecendo o curso de Pedagogia, fato que nos deixa otimistas com relação ao futuro profissional do surdo, e, por conseguinte, sua inserção no mercado de trabalho, na família e na sociedade como um todo. O que falta, ainda, aqui no Brasil, é um corpo de intérpretes bem preparados, e que conheçam em profundidade a Libras para que possam atuar nas universidades. Assim, se houvesse o apoio da sociedade e do Governo, poderíamos ter muitos surdos se graduando e, posteriormente tornando-se eles mesmos, professores de surdos universitários. Nos Estados Unidos, por exemplo, “...todas as faculdades têm pelo menos três intérpretes em cada sala-de-aula, e a própria faculdade auxilia o aluno a conseguir o seu estágio e a se colocar no mercado.”(Revista Feneis, 2003, p.20).

REFERÊNCIAS

- Álvares, H. M. *Revista INES*. Rio de Janeiro: 2003.
- BARONE, L. et al. *l'integrazione scolastica e sociale dei bambini minorati dell'udito*. Torino: UTET Libreria, 1996.
- BRANDÃO, V. *O surdo: este desconhecido*. Cascavel, Fecivel, 1991.
- Brito, L. F. *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993.
- COUTO, A. F. et al. *Como compreender o deficiente auditivo*. Rio de Janeiro: Copyright, 1985.
- ELMI, A. *Le tenebre del silenzio*. Venezia: Proprietà Libreria Riservata, 1997.
- _____. *La personalità del debole di udito*. Venecia: Proprietà Libreria Riservata, 1964.

FERNANDES, E. *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

GARCEZ, N. M. *E os surdos ouvirão*. Curitiba: Gráfica Vicentina, S/D.

REVISTA FENEIS. Ano V, n.19, Rio de Janeiro: Nádia Mello, 2003.

SACKS, O. W. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SKLIAR, C. A. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001.

TABAGISMO: FORMAÇÃO E EXTINÇÃO DA DEPENDÊNCIA

Marcela Hirata¹

Patrícia Helena Napolitano Ramos²

RESUMO

Sendo o cigarro uma droga lícita, há uma grande parcela da população que sofre seus males passiva e/ou ativamente, tornando assim importante e do interesse de todos saber como evitar o aumento e a persistência dos fumantes. O presente artigo partiu de uma pesquisa cujo principal objetivo foi estudar o abandono do tabagismo, verificando as situações que propiciam a sua manutenção, para assim levantar propostas para o combate e prevenção desse tipo de dependência. Para isto, foram selecionadas 7 pessoas, tomadas ao acaso, tendo como único requisito a abstinência do tabaco há, no mínimo, 30 dias. Os dados obtidos a partir de entrevista pré-formulada foram tabulados e analisados segundo o referencial teórico levantado, e confirmaram que o abandono e a manutenção do tabagismo dependem da origem e do desenvolvimento da dependência, o que implica em uma forma mais eficaz de promover a abstinência para cada caso.

PALAVRAS-CHAVE: Droga Lícita; Tabagismo; Dependência; Abstinência.

ABSTRACT

Due to the fact that cigarettes are licit drugs, a great portion of the population suffers from the effects of smoking, either as passive or active smokers, making it important and of everybody's interest to know how to prevent the number of cigarette smokers from growing and how to prevent them from persisting in their addiction. The present article results from a research whose main objective was to study the process of quitting smoking, verifying the situations that foster the addiction, in order to propose alternative ways to fight and prevent this kind of dependence. For this purpose, seven subjects have been selected at random. The only requirement for the selection was to present tobacco's abstinence for at least thirty days. The data collected through guided interviews were organized and analyzed based on the theoretical background concerning the issue and confirmed that the abandonment and maintenance of cigarette smoking depend on the cause and development of the addiction, which implies that there is a more effective way of promoting abstinence in each particular case.

KEYWORDS: Licit drug; Cigarette smoking; Dependence; Abstinence.

Todo comportamento, antes de se tornar um hábito ou dependência, é mantido pelas suas conseqüências imediatas. O cérebro registra a nicotina nas células nervosas como sentimentos de tranquilidade e atenção. A dependência física é um estado de adaptação do organismo à presença da droga, o que resulta em um desconforto quando da sua falta. A dependência psicológica, principal motivo das recaídas e da manutenção da dependência, está ligada ao estilo de vida, onde os contextos nos quais as pessoas costumavam fumar, passam a ser estimulantes ao consumo.

¹ Acadêmica (na ocasião da pesquisa) do 3º Ano do Curso de Psicologia, da UniFil. E-mail: marcelahirata@yahoo.com.br

² Docente do Curso de Psicologia da UniFil. Psicóloga.

Uma revisão realizada pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial da Saúde concluiu que a publicidade tem grande influência no consumo de tabaco. A indústria de drogas lícitas investe em propagandas que associam o seu uso à beleza, cores, sabores, “design” arrojado, etc., que, muitas vezes, não têm relação real com o produto.

É necessário tratar o tabagismo como um problema de saúde pública, porque afeta não somente a saúde dos fumantes, mas também a das pessoas com quem convivem. A família precisa se conscientizar que quanto mais rica for a vida afetiva da pessoa desde a infância, menor será a probabilidade desta se envolver com drogas. No entanto, é preciso que a decisão de abandono parta do fumante, visto que comumente os fumantes reagem negativamente ao se sentirem controlados ou pressionados pelos familiares.

Esta pesquisa consistiu em estudar o abandono do tabagismo, verificando as situações que propiciam a manutenção da dependência, levantar propostas para os fumantes que anseiam pelo abandono do vício, e para implementar a prevenção de novos fumantes. Foram selecionadas 7 pessoas tomadas ao acaso, tendo como único requisito a abstinência do tabaco há, no mínimo, 30 dias.

Após uma breve apresentação da pesquisadora e do projeto de pesquisa em questão, um termo de compromisso para ambas as partes foi examinado, e, após ser bem entendido e aceito, foi assinado, tanto pela pesquisadora quanto pelo entrevistado.

Os dados obtidos foram tabulados e analisados segundo o referencial teórico levantado. Dos entrevistados, 2 eram homens e 5 eram mulheres, com idades entre 19 e 58 anos, sendo que o abandono mais recente dentre eles era de 3 meses, e o mais longo, de 6 anos e 10 meses. A idade de início do hábito de fumar, em média aos 14 anos, juntamente com os motivos que levaram os entrevistados a iniciar o uso do tabaco, comprovaram que o contato, na maioria das vezes, se dá na adolescência, principalmente em decorrência de influências sociais, como amigos e mídia.

Ao se fazer um paralelo entre os momentos de maior consumo de cigarros na época da dependência, com os momentos em que o entrevistado sentiu/sente mais vontade depois do abandono, notou-se, com exceção de 2 pessoas que relataram não sentir vontade de fumar novamente, que a maioria sentiu/sente vontade nos mesmos contextos que costumava se estimulado a fumar mais. Em relação às tentativas passadas de abandono do vício, notou-se que houve insucesso porque os fatores que os levaram à(s) tentativa(s) eram temporários, e/ou menos significativos que a continuidade do tabagismo. Apenas um dos entrevistados relatou ser aquela a sua primeira tentativa.

A maioria (57,14%) relatou que não fez uso de nenhum tipo de método para facilitar o abandono, porque achavam que conseguiriam parar apenas com o auto-controle. Justificaram que pensavam assim porque, nas tentativas anteriores, pararam e depois voltaram ao uso por “vontade própria”. Dos entrevistados que relataram o uso de algum tipo de método (“medicamento receitado por médico com redução do consumo paralelamente” – medicamento anti-depressivo utilizado durante 1 mês; “redução gradual do consumo” – 5 anos até a retirada total; ou “aumento do consumo de balas, chicletes e água como substitutos” – durante 5 meses), alegaram que estes recursos só funcionaram porque havia muita “vontade própria” envolvida. No entanto, analisando-se as mudanças de hábitos acontecidas após a decisão de abandonar o fumo, pode-se afirmar que apenas dois dos entrevistados realmente não utilizaram nenhum método que facilitasse o fim do vício, já que os outros relataram, além dos métodos já citados, que procuraram evitar “ficar sozinho(a)s”, “amigos fumantes”, “ambientes com álcool e fumantes”, ou “frequentar ambientes onde costumavam fumar”, procedimentos que não deixam de ser formas de se dificultar a recaída.

Questões acerca dos hábitos enquanto fumantes ou ex-fumantes, de consultas a médicos, prática de atividades físicas, estudo, trabalho, se as pessoas e ambientes que frequenta/frequêntava são/eram em sua maioria fumantes, não apresentaram resultados relevantes para os objetivos desta pesquisa.

Confirmou-se que para acabar com o hábito, é necessário olhar para sua origem e seu desenvolvimento. Um mesmo tipo de dependência pode exercer diferentes interferências de uma pessoa para outra. Assim sendo, há também uma forma mais eficaz para o abandono, em cada caso.

Em especial com tabagistas, percebe-se que no início do vício, há características em comum. São, principalmente, influências sociais (amigos, parentes, mídia, status) juntamente com os níveis de instrução formal (educação escolar) e informal (relacionamento inter-pessoal, mídia), adquiridos ao longo da vida, que vão formulando e reformulando os conceitos de cada um, favorecendo ou desfavorecendo o aparecimento e a manutenção do hábito.

A prevenção, portanto, deve ser baseada no controle da mídia que estimula o uso, relacionando-o, em especial, com sentimentos e ocasiões, e na atitude de instrução efetiva por parte de todos, mídia, familiares e educadores, dos prós e contras do cigarro na vida do indivíduo (as influências no desenvolvimento fisiológico quando o consumo se dá na adolescência, e implicações na saúde do fumante e na dos outros com quem convive) durante a pré-adolescência.

Ficou claro, também, que o ambiente físico e social, aliado ao estado emocional do tabagista, está intimamente ligado ao hábito, sendo que, para facilitar o abandono da dependência:

- é essencial que o usuário esteja disposto a fazê-lo;
- os familiares, amigos e demais pessoas que convivem com o fumante, devem respeitar a decisão dele, seja a de continuar ou não com o uso. Devem repreendê-lo apenas se o ex-tabagista tiver solicitado previamente, caso contrário pode não surtir efeito. No entanto, palavras de incentivo ou congratulações pelo não consumo, podem ser altamente reforçadoras para o objetivo de abandono;
- os costumes associados à dependência devem ser evitados no começo, sendo substituídos por outros que sejam prazerosos ao indivíduo;
- caso deseje manter esses costumes, deve-se encontrar outros aspectos positivos neles, afastando a idéia de que aquele ambiente “é bom para fumar”, ou que “o uso do fumo é indispensável nele”.

Se os ganhos afetivo, social e profissional, forem maiores do que os próprios do ato de fumar, e também os fatores negativos associados ao cigarro forem mais relevantes do que os presumíveis benefícios obtidos pelo consumo do mesmo, há uma alta probabilidade de nunca acontecer a recaída.

REFERÊNCIAS

CANATO, C. C. Principal forma de prevenção ao uso das drogas. *Família, Nobel em Revista*. Ano V, ed. Nº 51, agosto/setembro. Maringá-PR, 2003.

COSTA, J. B. D. *O fumo no banco dos réus: culpado ou inocente?* Santo André-SP.: Casa Publicadora Brasileira Editora, 1984.

FARGUHAR, J. W. *Meu último cigarro: ex-fumantes contam seus segredos*. São Paulo: Saraiva, 1993.

MCDANIEL, S. H. *Terapia familiar médica: um enfoque biopsicossocial às famílias com problemas de saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RAWA, M.; LARANJEIRA, R. *Prevenção da dependência da nicotina: uma prioridade de saúde pública*. Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina. São Paulo-SP, 2002. Disponível em: <<http://www.abead.com.br>>, Acesso em maio/2002.

ROSITO, M. et al. *Medicina ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 1996.

SKINNER, B. F. *Sobre behaviorismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TERAPIA COMPORTAMENTAL: UMA INTRODUÇÃO¹

Jocelaine Martins da Silveira²
Simone Aparecida Marton³

RESUMO

É feita uma introdução a procedimentos de diagnóstico em Terapia Comportamental e são sugeridos instrumentos de avaliação da interação entre terapeuta e cliente que procuram ser sensíveis aos pontos que podem explicar deficiências no tratamento clínico. O presente artigo se propõe a introduzir três aspectos dos procedimentos de diagnóstico clínico em Terapia Comportamental: rever as principais características dos procedimentos de diagnóstico nesta orientação teórica; apresentar técnicas, instrumentos e recursos comumente empregados na avaliação comportamental; e sugerir instrumentos de avaliação de desempenho do terapeuta e da interação entre terapeuta e cliente, que podem apontar explicações para situações de progresso insatisfatório de casos clínicos.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Comportamental; Clínica-Escola; Terapia Comportamental.

ABSTRACT

An introduction into the diagnose proceedings in behavioral therapy is made and instruments are suggested for the evaluation of the interaction between therapist and patient, instruments which are sensitive enough to explain deficiencies in the clinical treatment. This article intends to introduce three aspects of the proceedings of clinical diagnose in behavioral therapy; review the main characteristics of the diagnose proceedings in this theoretical orientation; present techniques, instruments and resources commonly employed in the behavioral evaluation and suggest instruments for the evaluation of the performance of a therapist and the interaction between therapist and patient which can indicate explanations for the unsatisfactory progress of clinical cases.

KEYWORDS: Behavioral evaluation, clinic-school, behavioral therapy.

1. Procedimentos de Diagnóstico em Terapia Comportamental

A avaliação comportamental tem sido conceituada e descrita por diversos analistas do comportamento ao longo das últimas décadas (NELSON e HAYES, 1986; STURMEY, 1996). Algumas idéias parecem acompanhar quase automaticamente a expressão “diagnóstico comportamental”. Três delas serão mencionadas. A primeira, diz respeito à disposição desse procedimento no curso do tratamento.

1 O presente trabalho apresenta parte do conteúdo de um curso ministrado pela primeira autora a alunos de graduação em Psicologia da UniFil, em 2001.

2 Docente do Depto. de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Psicoterapia na Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Terapeuta Comportamental.

3 Especialista em Psicoterapia na Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina.

Considera-se que a “avaliação comportamental”, expressão preferida a “diagnóstico comportamental”, ocorre continuamente ao longo do tratamento, ou seja, a avaliação não é circunscrita pelo período inicial do tratamento, que vai da sessão inicial até que se identifique “o” problema clínico. Ela se estende por todo o tratamento, ocorrendo enquanto propostas de mudança já estão em vigor e também, na fase final, quando os resultados tiverem sido alcançados.

Uma segunda idéia que caracteriza a avaliação comportamental é a de que esta seja indissociável da própria intervenção. Quando o que se avaliam são os comportamentos, os quais são definidos como “interações”, admite-se que, desde as primeiras interações terapeuta/cliente, mudanças sutis, porém positivas, já podem estar ocorrendo. Elas decorreriam do efeito dos assim chamados “fatores terapêuticos comuns” (“comuns” – faz referência a todas as formas de psicoterapia). Tais fatores são sintetizados com os nomes de “empatia”, “aceitação”, “apoio”, “fornecimento de informações”, “fomento à esperança”, etc. Supostamente, todos os terapeutas competentes comportam-se de modo a garantir o surgimento destes fatores desde o primeiro contato com o cliente.

Por último, uma terceira idéia que parece conferir identidade à avaliação comportamental é a ênfase no levantamento de dados sobre as áreas de competência adquirida dos clientes e sobre condições ambientais de apoio ao cliente, ou seja, condições que concorram com o problema. Fatores de proteção e de risco de desenvolvimento de problemas comportamentais também são apreciados na avaliação.

Essas características da avaliação comportamental são muito difundidas e, às vezes, provocam interpretações errôneas. Frequentemente, os iniciantes no atendimento em clínica comportamental relatam ao supervisor que, já no segundo contato com o cliente, vão propor tarefas dirigidas para a mudança do problema. É preciso que se estabeleça uma relação de confiança entre o cliente e o terapeuta, assim como é necessário o levantamento de hipóteses de causalidade seguras, para que, então, a intervenção tenha início. Isso não impede, obviamente, que orientações de caráter preventivo e/ou urgentes sejam dadas desde os primeiros contatos.

A identificação do problema clínico é um elemento chave na resolução do problema do cliente. Em um estudo com psicólogos, BERGAN e TOBARI (1976) verificaram que aqueles que não tinham habilidades para identificar os problemas do cliente, falharam em desenvolver ou em implementar o tratamento. Por outro lado, os psicólogos que identificavam, com sucesso, os problemas do cliente, tendiam a resolvê-los com êxito. Identificando os problemas clínicos do cliente, o psicólogo tem mais facilidade para implementar a tomada de decisões sobre as técnicas de intervenção terapêutica que irá utilizar.

Convém então examinar as fases importantes na identificação do problema clínico e do planejamento do tratamento. De acordo com GODOY (1996), destacam-se, pelo menos, três fases principais: a seleção e descrição de comportamentos-problema; a seleção de técnicas de intervenção e a avaliação dos efeitos da intervenção. As fases do processo de avaliação comportamental, segundo GODOY (1996), constam da: análise do motivo da consulta; seguida pelo estabelecimento das metas do tratamento e das variáveis de que elas dependem; então, analisam-se os comportamentos-problema e, por último, determinam-se os objetivos terapêuticos.

Ainda segundo o mesmo autor, em termos gerais, a escolha de um tratamento é baseada em sistemas de conhecimentos, que podem dar origem a quatro tipos de estratégias diagnósticas: a estratégia da análise funcional do comportamento (consiste na identificação de variáveis das quais o comportamento de interesse é função); a estratégia do comportamento-chave (de acordo com ela, modifica-se um comportamento, pertencente a uma classe e altera-se outra); a

estratégia do diagnóstico, com base na topografia ou em propriedades estruturais da resposta; e, por último, a estratégia do guia-teórico (nesse caso, remete-se o caso a uma proposta teórica, para então, selecionar o tratamento).

Tomando-se as opções de estratégias diagnósticas levantadas por GODOY (1996), pode-se deduzir que, para transtornos com etiologia biológica clara e para as quais haja algum tratamento reconhecidamente eficaz, opta-se pelo enfoque diagnóstico, simplesmente.

Além dos comportamentos relacionados ao problema, os resultados do tratamento também devem ser avaliados, considerando-se a linha de base ou as finalidades da intervenção. Daí a importância do emprego de instrumentos de medida que permitam a comparação entre o repertório comportamental do cliente, no início e no término do tratamento.

2. Avaliação Comportamental e Formas Tradicionais de Diagnóstico Clínico

A avaliação comportamental surgiu propondo-se antiteticamente às formulações de avaliação tradicionais. Atualmente, há autores (SILVA e MARTORELL, 1996) que propõem a integração da avaliação comportamental com a psicométrica, sugerindo pontos de aproximação nos critérios de confiabilidade, validade e utilidade das medidas.

Quanto ao uso de manuais diagnósticos, como a Classificação Internacional de Doenças, CID-10 e o Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-IV, por exemplo, considera-se que uma avaliação baseada na análise funcional do comportamento pode prescindir do uso de categorias nosológicas para compreender o problema e propor uma intervenção para resolvê-lo. Isto porque os manuais diagnósticos como o DSM, são elaborados com base em critérios estatísticos que identificam a ocorrência de determinadas respostas, agrupando-as em síndromes ou transtornos. Ou seja, esta forma de classificação do problema não privilegia a identificação de variáveis ambientais das quais um dado comportamento de interesse é função. Entretanto, há pontos de vantagem no uso daqueles manuais classificatórios, que merecem ser lembrados.

O primeiro deles, é a viabilização da comunicação interdisciplinar. Os profissionais podem, mais prontamente, falar de casos que atendem, com características comuns, com base em critérios diagnósticos padronizados. Além disso, a indexação e a recuperação de artigos científicos também são facilitadas com uma nomenclatura única.

Um segundo aspecto positivo no uso dos manuais é que, ao caracterizarem os problemas clínicos, através da análise estatística, permitem um levantamento de dados mais preciso, uma vez que tais manuais indicam problemas comportamentais que costumam manifestar-se juntamente com outros, em um mesmo indivíduo. Assim, por exemplo, há, como se sabe, correlação entre o surgimento de ataques de pânico e perdas recentes, por morte, de pessoas significativas na vida do cliente. Dispor de informações desse tipo, torna a avaliação do clínico parcimoniosa.

Existe ainda, pelo menos, mais um fator que leva os profissionais a aderirem ao uso de manuais diagnósticos. O sistema de saúde de muitos países impõe condições para o fornecimento de recursos financeiros para o atendimento de casos clínicos em Psicologia. Frequentemente, o profissional precisa atribuir um nome ao problema clínico em atendimento, de acordo com exigências burocráticas do sistema.

Tem havido, por parte de terapeutas analistas comportamentais, propostas de criação de manuais classificatórios, cuja unidade de análise represente características funcionais do comportamento, em oposição à sua topografia. As-

sim, por exemplo, agrupar-se-iam indivíduos cujo problema clínico esteja relacionado à esquivia de tomar contato com sentimentos dolorosos, em vez de, indivíduos com transtornos de ansiedade (HAYES, WILSON, GUIFFORD, FOLLETE e STROSAHL, 1996).

3. Avaliação Comportamental: Método, Instrumentos e Técnicas

A observação e a descrição do comportamento é, por excelência, o meio de se avaliar o comportamento-problema, na clínica comportamental. Ela implica no emprego do método da análise funcional do comportamento, que descreve respostas do organismo no tempo, atentando para as condições antecedentes e para as condições que parecem ter sido produzidas pela resposta.

Os clínicos sabem que muitos fatores relevantes para a explicação do comportamento-problema são identificados remotamente no tempo. O levantamento de dados da história de vida torna-se, desse modo, imprescindível para uma compreensão acurada do problema clínico. A ênfase na história de vida, de nenhum modo, ameaça a coerência teórica da avaliação comportamental. A tríplice contingência convida para a busca de variáveis históricas para a compreensão do comportamento, conforme a citação textual de SKINNER (1969/1980).

[...] Qualquer estímulo presente, quando um operante for reforçado, adquire o controle, no sentido de o nível de respostas ser superior na presença dele. Tal estímulo não age como um aguilhão; não elicia a resposta, no sentido de forçá-la a ocorrer. É simplesmente um aspecto essencial da ocasião em que uma resposta, se for emitida, será reforçada. Para marcar a diferença, vamos chamá-lo de estímulo discriminativo (ou Sd).

Uma formulação das interações entre um organismo e seu meio ambiente, para ser adequada, deve sempre especificar três coisas: (1) a ocasião na qual ocorreu a resposta, (2) a própria resposta e (3) as conseqüências reforçadoras. As relações entre elas constituem as 'contingências de reforço'. ...Se um estímulo conspícuo não tiver efeito, não será porque o organismo não o tenha notado, mas porque o estímulo não teve um papel importante nas contingências que prevaleceram no momento da resposta." (SKINNER, 1969/1980, p.180).

Dois aspectos importantes podem ser notados no texto acima: 1) O rompimento com o argumento causal post hoc, ergo propter hoc (depois disso, logo causado por isso); e 2) a admissão de lapsos temporais entre seqüências causais. Portanto, uma conseqüência ocorrida no passado pode ser relevante, hoje, na vida de um cliente. Não é preciso recorrer a elos entre a situação passada e a atual - o organismo modificado pela história é o único elo material visível para o clínico.

A história de vida de uma pessoa, muitas vezes, somente pode ser acessada pelo clínico, mediante relato verbal. A observação do comportamento do cliente nas sessões de terapia acessa uma amostra, com uma amplitude menor, da sua história de vida. Nem sempre, o aqui/agora da sessão é suficiente para o fornecimento de dados necessários para se analisar e propor intervenções para um caso clínico. Nessas condições, o clínico pode valer-se de instrumentos e recursos que facilitem a coleta de dados e a avaliação do comportamento do cliente. Os auto-registros diários são tipicamente empregados na avaliação comportamental. Eles consistem no registro em papel ou em outros meios (fitas k-7) da freqüência de ocorrência diária de algum comportamento de interesse.

Alguns instrumentos são padronizados, enquanto outros estão em fase de padronização. Há ainda um universo infinito de técnicas que visam facilitar o relato do comportamento do cliente ou promover condições para que uma amostra de comportamentos de interesse clínico ocorra. A objetividade das medidas

nas fases iniciais do tratamento fornecerá uma linha de base segura que será referência para as avaliações finais e follow-up do caso. Entretanto, os clínicos, muitas vezes, não têm dedicado adequada atenção a isso.

Dentre os instrumentos de medida psicométrica mais freqüentemente utilizados por terapeutas comportamentais estão aqueles cuja interpretação pode indicar características de desenvolvimento ou do organismo de interesse clínico. Podem ser aplicados testes padronizados como o Teste do Wisc - Wechsler Intelligence Scale for Children (SAFRA, 1987), usualmente utilizado em conjunto com outras medidas para compreender a problemática e fatores que podem alterar a produção intelectual do cliente e o IDATE - Inventário de Ansiedade Traço-Estado (SPIELBERGER, GORSUCH e LUSHENE, 1979), que mede dois conceitos distintos de ansiedade: estado de ansiedade e traço de ansiedade. Além desses, há um número imenso de escalas e inventários sensíveis a sintomas ou déficits comportamentais específicos.

Somente a título de ilustração, são listados alguns instrumentos empregados na avaliação clínica de diversos problemas comportamentais: 1) Questionário da história de vida (LAZARUS, 1981), que objetiva levantar dados acerca da história de vida do cliente; 2) Escala de Ajustamento Conjugal (MAS) (apud JACOBSON e CHRISTENSEN, 1996), destinada a levantar o grau de ajustamento do casal; 3) Inventário de Depressão de Beck (BECK, RUSH, SHAW e EMERY, 1979), que mede a intensidade de sintomas de depressão; 4) Inventário de Estratégias de Coping (FOLKMAN e LAZARUS, 1985), com adaptação para o português de SAVÓIA, SANTANA e MEJIAS (1996), é um questionário que contém itens que englobam pensamentos e ações que as pessoas utilizam para lidar com demandas internas ou externas de um evento estressante específico; 5) Identificação de Comportamento-problema (Walker checklist), (WALKER, 1976), instrumento que tem como objetivo suplementar o processo de identificação de problemas comportamentais em crianças; 6) Inventário de Habilidades Sociais - IHS (DEL PRETTE (2001), destinado a avaliar o repertório de habilidades sociais em adultos. Existe também a versão do Inventário de Habilidades Sociais para crianças, o IMHSC (DEL PRETTE e DEL PRETTE, 2001); 7) Lista de verificação comportamental para crianças CBCL (ACHENBACH, 1991), que indica escores em comportamentos internalizantes/externalizantes, segundo a percepção dos pais. Há também uma versão para que os professores respondam e há uma versão para uma população mais velha (11-18 anos).

Muitos terapeutas preferem a utilização de técnicas alternativas a instrumentos formais para a coleta de dados. O preenchimento de inventários no tempo em que o cliente esperava interagir com o terapeuta, pode ter, na nossa cultura, a conotação de distanciamento por parte do terapeuta. Além desse fator, é importante considerar que, em clínicas-escola, a população atendida apresenta um grau baixo de escolaridade, o que dificulta a aplicação de instrumentos que exijam destreza nas habilidades de leitura e escrita.

Algumas técnicas alternativas aos instrumentos padronizados, empregadas no levantamento de dados sobre o comportamento do cliente são: 1) Selecionar e contar histórias de fotos de família. Por meio dessa técnica, adultos e adolescentes são solicitados a trazer fotos significativas de suas vidas e contar algo a respeito delas. 2) Aplicação de técnicas de abordagem vivencial, adaptadas às características de um grupo ou de uma pessoa, atendida na modalidade individual. 3) Desenhar, conforme sugere OAKLANDER (1980), no atendimento à crianças. 4) Uso de fantasias, conforme sugeridas por STEVENS (1971). 5) Solicitar que o cliente traga para a sessão poemas escritos por ele (ou dos quais gosta) ou canções que expressem seus sentimentos. 6) Solicitar ao cliente, hábil em leitura e escrita, que escreva sua autobiografia como tarefa de casa. 7) Adaptar formulários de auto-registro às características do cliente. 8) Uso de

dramatizações, para reproduzir em condição simulada, situações da vida do cliente que sejam relevantes clinicamente.

A prática clínica tem sugerido que, freqüentemente, o levantamento apropriado de relações causais não é suficiente para a promoção de mudanças no comportamento do cliente. Há casos em que se dispõem de hipóteses razoáveis de relações funcionais do comportamento-problema, a seleção do procedimento de intervenção parece a mais adequada e, ainda assim, não são observadas mudanças positivas no comportamento do cliente.

Quando isso acontece, é conveniente que se analise a adequação da chamada “aliança terapêutica”, definida como um conjunto sincronizado de elementos que constituem as tarefas terapêuticas, os objetivos da terapia e o vínculo entre o terapeuta e o cliente (GREENBERG e PINSOF, 1986). Esse conceito, embora derivado da orientação psicodinâmica, parece aplicável e útil na Terapia Comportamental. Assim, se há falhas no vínculo, o cliente pode apresentar-se menos disposto a implementar as tarefas entre as sessões. Ou, em outra hipótese, se o vínculo for forte, mas os objetivos da terapia não estiverem claros, novamente, as tarefas poderão ser negligenciadas. Há também a possibilidade de o cliente cumprir com rigor as tarefas, mencionar com clareza os objetivos e permanecer distante do terapeuta, parecendo não experimentar ou não tomar contato com o que há de essencial na psicoterapia – a construção de um relacionamento íntimo com o terapeuta, caracterizado por sentimentos genuínos de afeto.

Há instrumentos que têm sido empregados para avaliar a qualidade da relação terapêutica e seus resultados dão feedback para o terapeuta de seu desempenho e quais instâncias de seu comportamento, na sessão, precisam ser aprimoradas. Alguns exemplos de instrumentos para verificação de habilidades do terapeuta e avaliação da aliança terapêutica são aqui listados: 1) Lista para verificação de habilidades terapêuticas (RANGÉ, GUILHARDI, KERBAUY, FALCONE e INGBERMAN, 1998), que verifica habilidades do terapeuta em sessões de terapia; 2) Inventário de Aliança Terapêutica – WAI (HORVATH, 1981, 1984), procedente da orientação psicodinâmica, avalia o vínculo, as tarefas e os objetivos da Psicoterapia para clientes e terapeutas, podendo indicar possíveis pontos falhos que explicariam dificuldades no sucesso do tratamento; 3) Lista de verificação para feedback em entrevista clínica inicial (GONGORA, 1995; SILVARES e GONGORA, 1998), que fornece feedback ao desempenho do terapeuta iniciante em entrevista clínica inicial; 4) Post-session questionnaire PSQ (GREENBERG e PINSOF, 1986), que fornece feedback de desempenho do terapeuta, em uma sessão de terapia recém encerrada; 5) Lista de verificação de habilidades de condução de atividades lúdicas (SILVEIRA, 2003), que indica habilidades de terapeutas infantis iniciantes, cuja pouca força ou inexistência possam explicar falhas na condução de atividades lúdicas.

4. Considerações Finais

O presente artigo apresentou, brevemente, as características e possibilidades da avaliação clínica comportamental. Enfatizou-se a viabilidade e possível utilidade de instrumentos na realização da avaliação. Afinal, o desenvolvimento de instrumentos de medida caracteriza a fase inicial de qualquer área nova de pesquisa.

É possível que os clínicos se beneficiem de instrumentos de avaliação, sobretudo, para identificarem pontos falhos na relação terapeuta/cliente e, com isso, redimensionarem a condução do tratamento. E ainda, talvez, os clínicos que atuam em clínicas-escola devam ser encorajados a empregar instrumentos de medidas do comportamento dos clientes atendidos nesses locais, isto porque

as respostas aos inventários e escalas da população atendida em clínicas públicas são dados potenciais para inúmeras questões de pesquisa.

Por último, considerando o advento da tecnologia digital, não parece distante a possibilidade do emprego de programas que analisem a interação entre terapeuta e cliente, ou entre pares em uma terapia de casais, ou entre a mãe e a criança, fornecendo precisa e velozmente informações que ajudariam na intervenção do profissional.

REFERÊNCIAS

ACHENBACH, T. N.; EDELBROCK, C. *Manual for the child behavior checklist and revised child behavior profile*. Burlington, Vermont: University of Vermont, 1983.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais - DSM IV*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BECK, A.; RUSCH, A.; SHAW, B. R. Y.; EMERY, G. *Cognitive therapy of depression*. Nova York: Guilford, 1979.

BERGAN, J. R.; TOMBARI, M. L. *Consultant skill and efficiency and the implementation and outcomes of consultation*. *Journal of School Psychology*, 14: 3-14, 1976.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. *Inventário de habilidades Sociais (IHS-Del-Prette): manual de aplicação e interpretação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

GREENBERG, L. S.; PINSOFF, W. M. *The psychotherapeutic process: a research handbook*. New York: Guilford, 1986.

GODOY, A. O processo de avaliação comportamental. In: CABALLO, V. E. (Org.). *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento*. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 1996.

GONGORA, M. A. N. *A entrevista clínica inicial: Análise de um programa de ensino*. 1995. Tese (doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo-SP.

HAYES, S.; WILSON, K. G.; GUIFFORD, E. V.; FOLLETE, V. M.; STROSAHL, K. Experiential avoidance and behavioral disorders: A functional dimensional approach to diagnosis and treatment. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v.64, n.6, p.1.152-1.168, 1996.

HAYNES, S.; JENSEN, B. The interview as a behavioral assessment instrument. *Behavioral Assessment*, 1, p.97-106, 1979.

HORVATH, A. O.; GREENBERG, L. S. Introduction. In: HORVATH, A. O.; GREENBERG, L. S. (Orgs.). *The Working alliance: theory, research and PRACTICE* (1-9). Nova York: John Wiley & Sons, 1994.

JACOBSON, N. S.; CHRISTENSEN, A. *Integrative couple therapy: promoting acceptance and change*. Norton, 1996.

LAZARUS, A. A. *The practice of multimodal therapy*. Nova York: McGrallHill, 1981.

LETTNER, H. W.; RANGÈ, B. P. *Manual de psicoterapia comportamental*. São Paulo: Manole, 1988.

- LIPP, M. E. N.; LUCARELLI, M. D. M. *Escala de stress infantil (ESI)*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- KANFER, F. H. Target selection for clinical change programs. *Behavioral Assessment*, 7:7-20, 1985.
- MASH, E. J. Somme comments on targets selection in Behavior Therapy. *Behavioral Assessment*, 7:63-78, 1985.
- NELSON, R. O.; HAYES, S. C. *Conceptual foundations of behavioral assessment*. Nova York: Guilford Press, 1986.
- OAKLANDER, V. *Descobrendo crianças: a abordagem gestáltica com crianças e adolescentes*. São Paulo: Summus, 1980.
- RANGÊ, B. *Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas*. São Paulo: Editorial Psi II, 1998.
- RANGÊ, B.; GUILHARDI, H.; KERBAUY, R. R.; FALCONE, E.; INGBERMAN, I. K. Ensino, treinamento e formação em psicoterapia comportamental e cognitiva. In: RANGÊ, B. (Org.). *Psicoterapia Comportamental e Cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas*. São Paulo: Editorial Psi II, 1998.
- SAFRA, G. A escala Wechsler para crianças - WISC. In: ANCONA-LOPES, M. et al. *Avaliação da inteligência I, II*. São Paulo: EPU, 1987.
- SILVA, F.; MARTORELL, C. Avaliação comportamental e avaliação tradicional: A questão psicométrica. In: CABALLO, V. E. (Org.). *Manual de técnicas de terapia e modificação do comportamento*. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 1996.
- SILVARES, E. F. M.; GONGORA, M. A. N. *Psicologia Clínica Comportamental: a inserção da entrevista com adultos e crianças*. São Paulo: EDICON, 1998.
- SILVEIRA, J. M. *Avaliação de um programa de treinamento de habilidades elementares de terapeutas comportamentais infantis: condução de atividades lúdicas*. 2003. Tese (doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo - SP.
- SKINNER, B. F. *Contingências do reforço: uma análise teórica*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1969/1980.
- PIELBERGER, C. D.; GORSUCH, R. L.; LUSHENE, R. E. *Inventário de ansiedade traço-estado IDATE*. Manual de Psicologia Aplicada. (Tradução e Adaptação de Ângela Biaggio). Rio de Janeiro: CEPA, 1979.
- STEVENS, J. O. *Tornar-se presente: experimentos de crescimento em gestalt-terapia*. São Paulo: Summus, 1971.
- STURMEY, P. *Functional Analysis in Clinical Psychology*. Nova York: John Wiley & Sons Inc., 1996.
- WALKER, H. M. *Walker Check List - Walker Problem Behavior Inventory Checklist*. Los Angeles: W.P.S. - Western Psychological Services, 1976.
- WILSON, F. E.; EVANS, I. M. *The reability of target-behavior selection in behavioral assessment*. *Behavioral Assessment*, 5:15-32, 1983.

EFICÁCIA DA FISIOTERAPIA AQUÁTICA APLICADA A GESTANTES PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA LOMBALGIA – REVISÃO SISTEMÁTICA

Ana Cristina Lamezon¹
Ana Lydia Valvassori Ferreira Patriota²

RESUMO

A lombalgia na gestação vem sendo considerada como uma ocorrência normal e até mesmo esperada, o que tem contribuído para a falta de condutas profiláticas e curativas. O exercício aquático é tido como a atividade ideal para a gestante, pois os benefícios da atividade física em imersão possibilitam a prevenção e melhora dos desconfortos músculo-esqueléticos. Em adição às várias modificações fisiológicas que ocorrem durante a imersão em água aquecida, as propriedades físicas da água oferecem muitas vantagens; dentre elas: promover o relaxamento muscular geral, reduzir a sensibilidade à dor, reduzir espasmos musculares, melhorar a eficiência cardíaca e pulmonar, melhorar a força e a elasticidade muscular e manter o peso e a composição corpórea em níveis adequados. Exercícios realizados sob supervisão, adequados para cada época e circunstância gestacional, em ambientes apropriados e para gestantes motivadas, significam, sem dúvida, um grande benefício, tanto para mãe quanto para o feto. No presente estudo é destacada a prática de exercícios terapêuticos aquáticos para a prevenção ou redução da frequência do aparecimento da dor lombar.

PALAVRAS-CHAVE: Fisioterapia Aquática; Hidroterapia; Lombalgia; Gestação Normal; Gravidez.

ABSTRACT

Low back pain during pregnancy has been considered as normal, which has contributed to the lack of preventive treatment procedures. The aquatic exercise activity has been considered ideal for pregnant women because its benefits can prevent or improve muscle-skeletal discomfort. In addition to the various physiological modifications that occur during immersion in warm water, its physical properties offer many advantages such as general muscle relaxation, reduction of sensitiveness to pain, reduction of muscle spasms, improvement of heart and lung efficiency, improvement of muscular strength and elasticity and keeping of the weight and corporeal composition at adequate levels. Physical activities done under proper supervision, suitable to each pregnancy phase and done in appropriate places by motivated mothers are with no doubt of great benefit for the mother and the fetus. This study points out the practice of hydrotherapy to prevent or reduce lumbar pain.

KEYWORDS: Aquatic physical therapy; Hydrotherapy; Low back pain; Normal Pregnancy; Normal Pregnancy.

¹ Docente do Curso de Fisioterapia da UniFil. E-mail: alamezon@gmail.com.

² Fisioterapeuta graduada pela UniFil.

Introdução

Segundo FERREIRA e NAKANO (2001), a lombalgia é conceituada como toda condição de dor, dolorimento ou rigidez, localizada na região inferior do dorso, em uma área situada entre o último arco costal e a prega glútea. Em 1899, a lombalgia foi considerada um dos problemas mais negligenciados durante a gestação, fato este, que ainda pode ser observado na atualidade, baseando-se no conceito de que a dor lombar é um desconforto inerente ao processo gestacional e, portanto, de ocorrência “normal” não requerendo adoção de medidas profiláticas ou de alívio.

A repercussão desta concepção aumenta significativamente a problemática, levando-se em conta o grande número de gestantes que referem lombalgia, e as conseqüências negativas da presença desta categoria de sintomas em suas vidas.

A prática regular da atividade física é realidade para muitas mulheres grávidas, praticantes do exercício antes da gestação, ou que iniciaram após o diagnóstico gestacional, como forma de buscar melhora na qualidade de vida. No entanto, existem controvérsias na literatura, relacionadas à intensidade, frequência, modalidade, assim como, as repercussões destas atividades sobre o binômio materno-fetal. O único consenso observado é a indicação do exercício aquático como forma de atividade física ideal para a gestante. (PREVEDEL *et al.*, 2003).

Há alguns programas de exercícios aquáticos que foram desenvolvidos especialmente para a mulher grávida. No entanto, são escassos os estudos aleatorizados, comparando os efeitos da fisioterapia aquática com outras modalidades de exercícios na gestação, ou mesmo entre grupos de gestantes praticantes e não praticantes de qualquer atividade física em meio aquático. (Prevedel *et al.*, 2003).

O presente estudo justifica-se pela necessidade de se comprovar a eficácia da prática de exercícios terapêuticos aquáticos em gestantes, objetivando verificar através de uma revisão sistemática, a atuação da fisioterapia aquática na gestação, como forma de prevenção e melhora do quadro sintomático de lombalgia.

Lombalgia e Gestação

Vários estudos prospectivos e retrospectivos verificaram uma prevalência de lombalgia na gestação, variável de 49% a 71%, com incidência de 54,8% e de 78%. Parece evidente que a etiologia da lombalgia na gestação é multifatorial e que a gestação, por si só, pode contribuir para agravar quadros dolorosos prévios, ou para o desencadeamento dos casos que se iniciam nesse período. Porém, a escassez de estudos sobre outros determinantes consagra a lombalgia como evento próprio da gestação, diminuindo as possibilidades de que sejam adotadas medidas eficazes de alívio e prevenção. (Ferreira e Nakano, 2001). A interação mãe-feto funciona como enxerto, induzindo alterações fisiológicas na mãe, denominadas, no seu conjunto, como adaptações do organismo materno à gravidez. Elas começam logo após a fertilização e continuam durante toda a gravidez. As alterações fisiológicas observadas na gestação decorrem de fatores hormonais e mecânicos (Neme, 2000).

A gravidez causa uma progressiva hiperlordose na coluna lombar, com flexão anterior do pescoço. Essa hiperlordose se deve ao crescente volume do útero, e ao maior ganho de peso ponderal, deslocando o centro de gravidade do corpo. A postura da mulher grávida fica alterada, envolvendo o alinhamento da coluna vertebral e da bacia. As modificações da postura podem variar desde um aumento da lordose com bácia da bacia para frente, que é a ocorrência mais frequente, até a retificação do segmento lombar, com o inevitável realinhamento

de curvas compensatórias na região cervical e dorsal (Knoplich, 2003).

A estabilidade da gestante é obtida por uma carga aumentada sobre os músculos e ligamentos da coluna vertebral, sendo esta, uma das principais etiologias da dor lombar durante este período. Inicialmente na gravidez, ocorre a liberação dos hormônios estrógeno e relaxina, responsáveis pelo relaxamento crescente dos ligamentos. O amolecimento da cartilagem, aumento do fluido e do espaço sinovial ampliam as articulações pélvicas, resultando em mobilidade articular acentuada e pélvis instável, dando margem à marcha gingada (Voitk *et al.*, 1983 apud ARTAL, 1999).

É importante ressaltar que pesquisas mostram que, em uma certa época, pelo menos 15% a 20% de todas as mulheres na idade de ter filhos terão dores nas costas. (Polden e Mantle, 2002).

As dores lombares como queixa clínica, aparecem com maior frequência do 4º ao 7º mês de gestação, coincidindo com a maior solicitação mecânica imposta ao sistema locomotor da grávida. (Sánchez e Serapião, 2001).

Existe uma ampla variação na gravidade do sintoma entre indivíduos, que pode ser referido desde uma pequena rigidez passageira até a completa incapacitação. As pesquisas indicam que em cerca de 50% das mulheres grávidas, a dor é de intensidade e duração suficientes para afetar o seu estilo de vida, de alguma forma. Para um terço dessas gestantes a dor é muito grave. (Polden e Mantle, 2002).

As gestantes que sofrem de algia na região lombar, com intensidade considerável, tendem a apresentar, com frequência, prejuízo nas atividades laborais, o que, além do problema econômico, gera um considerável problema social e emocional. Muitas mulheres preocupam-se em saber como serão capazes de cuidar de um recém-nascido, estando, naquela ocasião, incapacitadas pela presença da dor. Adicionalmente, ficam muito inseguras, já que, sendo a dor intensa e estando sua origem mal definida, o desconforto é acompanhado por um forte sentimento de medo de que algo errado possa estar ocorrendo com o feto ou com a gestação, ocasionando assim, mais estresse. (Sánchez e Serapião, 2001).

Exercício Físico e Gravidez

Segundo CANTO, MARQUES e BIO (1996), ao realizarem uma revisão de literatura, com o intuito de identificar os efeitos da atividade física durante a gestação, com enfoque nas repercussões da atividade física materna sobre o curso gestacional e o desenvolvimento do feto, observaram que, apesar de algumas controvérsias, todos os autores concordavam que a atividade física de intensidade suave a moderada proporciona benefícios à mãe, como: melhora na eficiência cardíaca e pulmonar, manutenção do peso e composição corpórea em níveis adequados, melhora da força e/ou resistência muscular, melhora da elasticidade muscular, aumento da resistência óssea, prevenção de problemas posturais, redução do estresse; e, além disso, não oferece riscos à saúde do futuro bebê.

Há uma forte relação entre saúde física e mental. A atividade física possui um enorme valor psicológico durante a gravidez, promovendo uma melhora na auto-imagem da gestante, assim como minimizando os desconfortos físicos da gestação, causados pelo desequilíbrio entre comprimento e tensão de grupos musculares opostos que se modificam para compensar o aumento da massa abdominal e dos tecidos mamários.

Exercícios realizados sob supervisão, adequados para cada época e circunstância gestacional, sendo realizados em ambientes apropriados e para mães motivadas, sem intuídos de competição e/ou desempenho incentivado, são, sem dúvida, benéficos, tanto para mãe quanto para o feto. (Marques e Silva, 1993).

Fisioterapia Aquática na Gestação

O Exercício Aquático Terapêutico é a união dos exercícios aquáticos com a terapia física. É uma abordagem terapêutica abrangente que utiliza os exercícios aquáticos para ajudar na reabilitação de várias patologias (Bates e Hanson, 1998).

Um dos aspectos mais tocantes dos cuidados pré e pós-natais nos anos recentes tem sido o crescimento da popularidade das aulas aquanatais: aulas de exercícios na água, desenvolvidas especificamente para mulheres grávidas ou nos primeiros meses após o parto. (Campion, 2000).

Em adição às várias modificações fisiológicas que ocorrem durante a imersão em água aquecida, as propriedades físicas da água oferecem muitas vantagens em um programa de reabilitação; entre elas, promover relaxamento muscular geral, reduzir a sensibilidade à dor, reduzir espasmos musculares, facilitar a movimentação articular, aumentar a força e resistência muscular, reduzir a atuação da força gravitacional, aumentar a circulação periférica, melhorar a musculatura respiratória, melhorar a consciência corporal, promover equilíbrio e estabilidade proximal do tronco, entre outras. (Bates e Hanson, 1998).

Os benefícios dos exercícios aquáticos percebidos pelas gestantes incluem a diminuição de peso nos movimentos e o alívio das dores nas costas, durante horas ou dias, e, em alguns casos, o alívio completo. Elas relatam que dormem melhor nas noites após os exercícios e, adicionalmente, há ativação da função intestinal por causa da massagem da parede abdominal pela água, estimulando os movimentos peristálticos. (Baracho, 2002).

A pressão hidrostática e os aspectos circulatórios da imersão são apontados como vantagens dos exercícios realizados no meio líquido para as gestantes. A diminuição do pH em imersão, que gera maior flutuação, possibilita às gestantes continuarem a se exercitar até os últimos dias de gestação. (Finkelstein et al., 2004).

Conclusões

Mediante esta revisão sistemática, pode-se inferir que o ambiente aquático é bom e seguro para a saúde dessa população na prática de atividade física, pois favorece uma adequada adaptação metabólica e cardiovascular para o organismo da gestante, prevenindo alterações posturais, aliviando desconfortos músculo-esqueléticos e interferindo positivamente sobre a melhora da autoestima da mulher. Embora já se conheça a contribuição da prática da atividade física regular e bem orientada durante a gestação, ainda não existe consenso no estabelecimento dos parâmetros de intensidade e frequência dos exercícios, assim como ainda são conflitantes os resultados relacionados aos efeitos materno-fetais.

REFERÊNCIAS

ARTRAL, R; WISWELL, R. A; DRINKWATER, B. L. *O exercício na gravidez*. 2.ed. São Paulo: Editora Manole, 1999.

BATES, A.; HANSON, N. *Exercícios aquáticos terapêuticos*. São Paulo: Editora Manole, 1998.

BATISTA, D. C.; CHIARA, V. L.; GUGELMIN, S. A. et al. Atividade física e gestação: saúde da gestante não atleta e crescimento fetal. *Rev. Bras. Saúde Mater. Infantil*. v.3, n.2. (ISSN 1519-3829). abr./jun., 2003.

BARACHO, E. *Fisioterapia aplicada à obstetrícia: Aspectos de ginecologia e neonatologia*. 3.ed. Rio de Janeiro: Medse, 2002.

BIO, E. R.; MARQUES, A. P.; CANTO, C. R.. A influência da atividade física materna sobre o curso gestacional e desenvolvimento fetal. São Paulo: *Femina*. v.24, n.5, p.459-465, jun.1996.

CAMPION, M.R. *Hidroterapia princípios e prática*. São Paulo: Manole, 2000.

COLE, A., J.; MORRIS, D. M.; RUOTI, R.G. *Reabilitação AQUÁTICA*. São Paulo: Manole, 2000.

COSTA, S. M.; NETTO, L. S.; BUESCU, A et al. Hipotireoidismo na gestação. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* [online]. out./dez. 2004, vol.4, n.4 [citado em 24 Maio 2005], p.351-358. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1519-38292004000400003&Ing=pt&nrm=iso>>.

FERREIRA, C. H. J.; NAKANO, A. M. S. Reflexões sobre as bases conceituais que fundamentam a construção do conhecimento acerca da lombalgia na gestação. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [on-line], maio 2001, vol.9, n.3 [citado em 13 maio], p.95-100. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.phpsript=sci_arttext&pid=S0104-11692001000300015&Ing=pt&nrm=iso>.

FINKELSTEIN, I.; ALBERTON, C. L.; FIGUEIREDO, P. A. P. et al. Comportamento da frequência cardíaca, pressão arterial e peso hidrostático de gestantes em diferentes profundidades de imersão. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.* [online]. out. 2004, vol.26, n.9 [citado em 24 Maio 2005], p.685-690. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO100-72032004000900002&Ing=pt&nrm=iso>.

KISNER, C.; COLBY, L.A. *Exercícios terapêuticos fundamentos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Manole, 1998.

KNOPLICH, J. *Enfermidades da coluna vertebral: Uma visão clínica e fisioterápica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Robe, 2003.

MARQUES, A. de A.; SILVA, J. L. P. Fisioterapia obstétrica: exercícios e gestação - algumas controvérsias. *Revista da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia - Fernasgo*. Campinas, v.21, n .3, p.248-258, mar.1993.

NEME, B. *Obstetrícia básica*. 2.ed. São Paulo: Sarvier, 2000.

PETTERSEN, H.; SAKURAI, E.; LIMA, R. B. et al. Frequência cardíaca fetal durante o primeiro trimestre da gestação. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, [online]. out. 2001, v.23, n.9 [citado 24 Maio 2005], p.567-571. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO100-72032001000900004&lng=pt&nrm=iso>.

PICCININI, C. A.; DOMES, A. G.; MOREIRA, L.E. et al. Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê. *Psic.: Teor, e Pesq.* [online]. set./dez. 2004, v.20, n.3 [citado em 24 Maio 2005], p.223-232. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?scnptsci_arttext&pid=S0102-37722004000300003&Ing=pt&nrm=iso>.

POLDEN, M.; MANTLE, J. *Fisioterapia em Ginecologia e Obstetrícia*. São Paulo: Santos, 2002.

PREVEDEL, T. T. S.; CALDERON, I. de M. P.; DE CONTI, M. H. *et al.* Repercussões maternas e perinatais da hidroterapia na gravidez. *Rev. Brás. Ginecol. Obstet.* [online]. Fev 2003, v. 25, n. 1 [citado em 13 de maio], p. 53-59. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-72032003000100008&Ing=ptnrm=isso ISSN 0100-7203.

SÁNCHEZ, M. C. L.; SERAPIÃO, M. J. Alterações posturais em gestantes adolescentes e adultas. *Revista da Ameville*. Joinville (SC), v.2(1-2), p.30-36, 2001.

**NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ARQUITETURA E
URBANISMO- NEPAU**

JARDIM BOTÂNICO: UM INVESTIMENTO ESSENCIAL

Agnaldo Kupper¹

RESUMO

No mundo contemporâneo, fala-se em educação ambiental como nunca. Tal disciplina evolui em importância conforme cresce a percepção da sociedade sobre a perda da biodiversidade. A tomada de decisões quanto ao uso dos recursos naturais existentes passa pelos jardins botânicos que, há muito tempo, têm uma imagem associada à educação. Atualmente, os jardins botânicos do planeta estão ligados em rede. No Brasil, alguns lutam pela sobrevivência, outros dependem enormemente de verbas públicas, sofrendo ou agonizando. O fato é que não estamos acostumados com jardins botânicos, parecendo-nos, em muitas ocasiões, supérfluos. E não o são. Possuem papel fundamental na busca de conscientização ambiental, na observação, na classificação, avaliação e utilização sustentável do patrimônio natural. No passado, os jardins botânicos eram vistos como fontes de introdução e disseminação de espécies vegetais exóticas. Não é mais assim. A seguir, serão discutidas estratégias para montagem e conservação destas unidades, bem como será dado um panorama geral dos jardins botânicos no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Jardins Botânicos; Biodiversidade; Estrutura; Desenvolvimento Sustentável.

RESUMEN

En el mundo contemporáneo, se comenta de la educación ambiental como nunca se ha hecho en otros tiempos. Tal asignatura evoluciona en importancia de acuerdo al crecimiento y a la percepción de la sociedad sobre la pérdida de la biodiversidad. La tomada de decisiones en cuanto al uso de los recursos naturales existentes pasa por los jardines botánicos que, hace mucho tiempo, tienen su imagen asociada a la educación. En la actualidad, los jardines botánicos del planeta están conectados en red. En Brasil, algunos jardines botánicos luchan por una sobrevivencia. Otros dependen enormemente de las ayudas públicas, sufriendo o agonizando. El hecho es que no estamos acostumbrados con estas estructuras, e incluso pareciéndonos en muchas ocasiones superfluas. Sin embargo no lo son. Poseen un papel fundamental en la búsqueda de la concientización ambiental, en la conservación, clasificación, evaluación y utilización sostenible del patrimonio natural. En tiempos pasados, los jardines botánicos eran vistos como fuentes de introducción y diseminación de especies vegetales exóticas. Hoy ya no es así. A seguir serán observadas estrategias para el montaje y conservación de estas unidades, como también será dado un panorama générale de los jardines botánicos de Brasil.

PALABRAS CLAVES: Jardín Botánico; Biodiversidad; Estructuras; Desarrollo Sostenible.

¹ Docente no Ensino Médio, e cursos pré-vestibulares. Autor de livros didáticos e paradidáticos. Diretor pedagógico de instituição de Ensino Médio em Londrina. Docente do Centro Universitário Filadélfia - UniFil. Doutorando na área de História e Sociedade. Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas da SEMA-PR. Diretor do Ateneu - Ensino Médio e Vestibulares. Escritor. E-mail: ateneucp@uol.com.br

ABSTRACT

In the contemporary world, people are talking about environmental education like never before. This subject matter becomes more important as our perception of the loss of biodiversity grows more acute. Botanical gardens, which for a long time have had their image associated to education, play an important role in decision-making as to the use or existing natural resources. Nowadays, all the botanical gardens on the planet are linked together. In Brazil, some of them struggle for survival, others depend on public money, suffering or agonizing. The fact is, we are not used to such structures and they often seem to us to be superfluous. They are not. They play a fundamental role in the search for environmental awareness, in the observation, classification, assessment and sustainable utilization of the natural patrimony. In the past, botanical gardens were regarded as sources of introduction and dissemination of exotic natural species. This has changed. Next we will observe strategies for the installation and conservation of these units and give an overview of the botanical gardens in Brazil.

KEYWORDS: botanical gardens, biodiversity, structure, sustainable development.

Introdução

Um país de contrastes. Rico em belezas naturais; fonte de exploração do capital nacional e internacional; dividido entre a riqueza de alguns e a miséria de muitos. Eis algumas características do Brasil.

Como pensar na implantação de mais jardins botânicos em um país com tantos problemas estruturais? Como socorrer os já existentes? Como ampliar o número destas unidades em um país com tantas dificuldades?

Existem quase dois mil jardins botânicos e arboretos, espalhados por cento e quarenta e oito países. Juntos, mantêm mais de quatro milhões de coleções individuais de plantas vivas, onde estão representadas cerca de 80.000 espécies, ou quase um terço das espécies conhecidas de plantas vasculares (JACKSON, 1999)². Além disso, jardins botânicos têm outras coleções como herbários e bancos de sementes.

Novos jardins botânicos são criados anualmente, em uma luta pela conservação da flora nativa em épocas globalizadas, onde o capital fala mais alto do que a natureza. Porém, ainda são poucos os países com, pelo menos, uma destas unidades. No Brasil, são cerca de trinta jardins botânicos. Alguns sustentam-se sem apoio. Outros perdem-se em seus propósitos pela ausência de assistência.

As funções dos jardins botânicos são várias: conservação da biodiversidade, educação ambiental, estudos moleculares, pesquisas ecológicas, auxílio no desenvolvimento sustentável, entre outras. Mesmo sabendo dos seus objetivos, necessário será orientar o caminho dos jardins botânicos para o milênio que se inicia.

Nos últimos anos, talvez décadas, jardins botânicos do Planeta concluíram ser fundamental implementar uma visão global de conservação, o que foi expresso na Estratégia de Conservação para Jardins Botânicos (IUCN – BGCS e WWF, 1989).

² Wyse Jackson. Experimentation on a Large Scale – An analysis of the Holdings and Resources at Botanic Gardens, 1999.

A missão global, em sua essência, seria: interromper a perda de espécies de plantas e da diversidade genética, em nível mundial; atentar para a prevenção da crescente degradação ambiental natural; esclarecer ao grande público sobre o valor da diversidade das plantas; implementar ações para a melhoria do ambiente natural no mundo; promover o uso racional e sustentável dos recursos naturais. Para tanto, entende-se que tal empreendimento passa, também, pela análise das estruturas dos jardins botânicos existentes.

Segundo a Associação Internacional de Jardins Botânicos, "(...) um jardim botânico ou arboreto é aquele que está aberto ao público e onde se classificam as plantas (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE JARDINS BOTÂNICOS, 2000)"³. Contudo, perante as atribuições que estão sendo outorgadas a estas instituições, esta definição parece ser pouco abrangente.

Jardins Botânicos no Mundo

Talvez seja necessário listar melhor as características de um jardim botânico: classificar, adequadamente, plantas; dar base científica para as coleções; integrar-se com outras estruturas e instituições vinculadas ao setor; manter as coleções de plantas existentes; fomentar programas de pesquisa em taxonomia de plantas nos herbários associados; promover educação ambiental; empreender pesquisas científicas.

DISTRIBUIÇÃO E NÚMEROS DE JARDINS BOTÂNICOS	
Região	Nº de jardins botânicos
África e Oceano Índico	98
Ásia	265
Australásia	153
Ilhas Caribenhas	43
América Central	56
Europa	621
Antiga União Soviética	155
Oriente Médio	10
América do Norte	297
América do Sul	107
Sudeste Asiático	41
Total	1.846

Fonte: Banco de Dados do BGCI, 2000.

Uma diversidade de organizações administra os jardins botânicos. Muitos são estatais ou são administrados por autoridades regionais ou locais e recebem contribuições públicas. Cerca de um terço dos jardins botânicos do mundo pertencem a universidades e outros institutos de pesquisa ligados ao ensino superior; uma pequena parcela é privada. Aproximadamente, 60% dos jardins botânicos estão localizados em regiões temperadas na América do Norte, Europa e nos países da antiga União Soviética. Nas áreas de concentração de espécies a níveis de endemismo, como a América do Sul, Sudeste Asiático e África, ainda há, relativamente, poucos jardins botânicos. Neste nível de pobreza, em especial na América do Sul e África, esse tipo de empreendimento parece ser "um luxo".

³ Associação Internacional de Jardins Botânicos (Congresso Mundial de Jardins Botânicos, em 25 de junho de 2000).

Jardins Botânicos no Brasil

Estruturar um jardim botânico exige que seja seguida uma legislação. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, estabeleceu diretrizes para a criação de jardins botânicos (processo 02001.000117/94-16 de 11 de junho de 2003), onde são especificados a definição de estrutura, os objetivos, as normas, as classificações em categorias (A, B ou C) e a criação de uma Comissão Nacional de Jardins Botânicos (CNJB), com o objetivo de deliberar sobre os pedidos de criação e enquadramento de jardins botânicos, bem como monitoramentos e avaliações de tais estruturas.

São vinte e seis os jardins botânicos ligados, atualmente, à Rede Brasileira de Jardins Botânicos (DIRETÓRIO DOS JARDINS BOTÂNICOS BRASILEIROS, 2000)⁴. A distribuição dos mesmos está assim delineada: dois (2) na Região Norte do país; quatro (4) na Região Nordeste; três (3) na Região Centro-Oeste; doze (12) na Região Sudeste e cinco (5) na Região Sul. Muitos sobrevivem com dificuldades, sendo os mais bem estruturados o Jardim Botânico de São Paulo e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, embora estejam enquadrados na categoria B pelo CONAMA, devido à ausência parcial de informatização.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

NOME DA INSTITUIÇÃO	UF	REGIÃO
Bosque Rodrigues Alves	PA	Norte
Museu Paraense Emílio Goeldi	PA	Norte
Parque Botânico do Ceará	CE	Nordeste
Jardim Botânico de Pipa	RN	Nordeste
Jardim Botânico de João Pessoa	PB	Nordeste
Jardim Botânico do Recife	PE	Nordeste
Museu de Biologia Professor Mello Leitão	ES	Sudeste
Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica de Belo Horizonte	MG	Sudeste
Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG	MG	Sudeste
Horto Botânico-Museu Nacional-UFRJ	RJ	Sudeste
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	Sudeste
Jardim Botânico do IAC	SP	Sudeste
Jardim Botânico de Botucatu	SP	Sudeste
Jardim Botânico Municipal “Adelelmo Piva Junior”	SP	Sudeste
Jardim Botânico de São Paulo	SP	Sudeste
Jardim Botânico Municipal de Bauru	SP	Sudeste
Jardim Botânico Municipal de Santos “Chico Mendes”	SP	Sudeste
Jardim Botânico de Brasília	DF	Centro-Oeste
Jardim Botânico “Amália Hermano Teixeira”	GO	Centro-Oeste
Jardim Botânico da Universidade Federal de Mato Grosso	MT	Centro-Oeste
Jardim Botânico Municipal “Francisca Garfunkel Rischbieter”	PR	Sul
Jardim Botânico da Universidade Federal de Santa Maria	RS	Sul
Jardim Botânico de Caxias do Sul	RS	Sul
Jardim Botânico da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul	RS	Sul
Jardim Botânico de Lageado	RS	Sul

Fonte: Diretório dos Jardins Botânicos Brasileiros, RJ, 2000.

⁴ Diretório dos Jardins Botânicos Brasileiros. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 2000.

Jardins Botânicos: Estruturá-los Como Saída Para A Perda?

A preocupação com o meio ambiente tem levado o mundo a buscar cooperações e à discussão dos vários temas ambientais. Alocam-se recursos, assinam-se protocolos, buscam-se políticas, até porque a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CBD) que entrou em vigor em dezembro de 1993, um ano e meio após a Convenção das Nações Unidas em Educação e Desenvolvimento (realizada no Rio de Janeiro), aferiu os efeitos negativos decorrentes da perda da biodiversidade sobre a qualidade de vida humana. Com a CBD, passou-se a atentar para a promoção do uso sustentável dos componentes da diversidade biológica, assim como para a conservação dos ecossistemas do planeta e para o uso racional das reservas genéticas existentes.

Neste sentido, os jardins botânicos vêm procurando desempenhar um papel significativo para o alcance dos objetivos determinados pela CBD. Assim, aprimoram-se ao dedicarem-se às pesquisas botânicas, identificando e desenvolvendo ações para a bioprospecção de espécies economicamente importantes para a silvicultura e para a agricultura, buscam promover a educação e conscientização ambiental e cooperam entre si nas áreas científicas e técnicas, além de darem publicidade à convenção de 1993. Não deixam, portanto, de fazer valer seus objetivos como jardins botânicos ao cumprirem suas funções biológicas, ambientais, sociais e políticas.

Um dos principais objetivos de um jardim botânico é conservar a flora da região em que está instalado, seja através de pesquisas, seja na restauração de sistemas ambientais. Mas não apenas isto: a missão de um jardim botânico também passa por apoiar e colaborar com seus congêneres de outros locais, em especial os que vêm ameaçados os recursos financeiros para a conservação de plantas e possuem alta diversidade biológica.

No entanto, a manutenção de uma instituição como um jardim botânico é difícil. O contato com algumas dessas instituições, nos permite afirmar que, caso a estrutura esteja vinculada e dependente apenas de recursos públicos para o seu funcionamento, o mesmo enfrentará problemas sérios para sua manutenção. Apoio privado e doações regulares, assim como a criação de mecanismos que garantam a sustentabilidade de um jardim botânico (cobrança de ingressos, aluguel do espaço para festas, formação de associações de colaboradores regulares), mostram-se fundamentais. Um grande problema enfrentado quando a manutenção de um jardim botânico é dependente de dinheiro público, está na conservação do quadro de pessoal, que então será mantido ou renovado com dificuldades, o que compromete o desenvolvimento dos objetivos da estrutura.

Para a captação de recursos, é fundamental mostrar para o que veio, envolvendo-se em temas contemporâneos que buscam reflexões que envolvam a sociedade em geral; caso contrário, pode ser visto como dispensável. O planejamento proporciona a base para a administração e durabilidade dos jardins botânicos, ajudando-os a se anteciparem a eventuais problemas e tendências futuras.

Devastação da Cobertura Vegetal no Estado do Paraná

Apesar da ocupação relativamente recente, o Estado do Paraná vê hoje sua condição florestal bastante comprometida. Segundo dados da Fundação SOS Mata Atlântica, em 2001 o Estado apresentava-se como o de maior perda dos remanescentes florestais, com apenas 7,98% de cobertura florestal natural (1.594.298 hectares), em relação ao território total paranaense (199.554 km²)⁵. Ainda segundo a SOS Mata Atlântica, este índice, em 1996, era de 8,28%.

⁵ SOS Mata Atlântica - Atlas de Abril de 2001.

O INPE⁶ também fez um mapa de desmatamento do Paraná. Por ele, em 1500, 84,72% do território do Estado estava coberto com vegetação natural; em 1965, apenas 24,30%; em 1980, 17,20%; em 2000, pouco menos de 8%. Embora comprometida a nível de devastação, os remanescentes de Mata Atlântica são os menos atingidos, em proporção às outras estruturas florestais. As araucárias estão em processo de extinção, restando apenas 0,8% de suas florestas em estado original⁷. Vale lembrar que as florestas com araucária cobriam 185 mil km² no Brasil, com 37% das matas concentrando-se no Paraná, ou seja, 3,7 milhões de hectares.

Com a paisagem do Estado do Paraná modificada, os efeitos mais dramáticos já são sentidos: comprometimento da vida animal, perda de diversas espécies vegetais e falta de proteção a mananciais. A partir de um Estado destruído, resquícios necessitam ser preservados. Segundo Reinhard MAACK (1968)⁸, a cobertura vegetal paranaense de 1500, ano oficial do 'achamento' do Brasil pelos portugueses, mostrava-se com as seguintes formações florísticas:

Mata pluvial subtropical.....	99.044 km ²
Mata de araucária.....	73.780 km ²
Campos limpos e campos cerrados.....	30.532 km ²
Vegetação de várzea e pântanos.....	1.761 km ²
Vegetação de mangue.....	557 km ²
Vegetações praieiras, de serra e restinga.....	529 km ²

O Instituto Ambiental do Paraná (1997) atribui o grande desmatamento ocorrido na história do Paraná à exploração de madeira para fins de produção agrícola. As áreas mais atingidas nos últimos anos mostram ser Ponta Grossa, Guarapuava, Telêmaco Borba, Quedas do Iguaçu e Londrina e região.

Os vários ocorridos históricos, econômicos e sociais que atestam a ocupação e exploração do Paraná, nos fazem estimar que pouco mais de 40.000 km² de mata virgem ainda possam ser encontrados em todo o seu território. A cobertura florestal primitiva do Estado foi base para uma importante atividade industrial que caracterizou um período da economia paranaense conhecido como "ciclo da madeira". Em 1970, a madeira contribuiu com 22,5% do PIB do Paraná; em 1980, com 15,1%; 1985, com 7,2%; e em 1992, com apenas 5,6% (IPARDES, 1995)⁹, demonstrando a decadência do produto, absurdamente explorado.

Atualmente, o Paraná já importa madeiras e é obrigado a realizar grandes programas de reflorestamento que modificam agressivamente a sua paisagem natural. Porém, a necessidade de conservação dos solos ameaçados pela erosão, é extrema, sendo também apontados problemas como a diversificação, eliminação da biodiversidade e acidificação dos solos; esta, constitui consequência direta do reflorestamento com árvores exóticas como Pinus e Eucalipto.

6 INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Especiais - Relatório 2002.

7 Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF), da Universidade Federal do Paraná (2000) e SPUS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (2000).

8 Reinhard Maack. Geografia Física do Paraná. UFPR, 1968.

9 Instituto Paranaense de Desenvolvimento. Relatório 1995, Curitiba-PR.

Ainda segundo MAACK (1968), em 1960, 112.188 km² do território paranaense estavam desmatados, consequência oriunda, em grande parte, da expansão agrícola dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e até Santa Catarina, além da rápida colonização das regiões Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná. No caso das regiões Oeste/Sudoeste, estima-se que nesta porção do Estado sobrevive apenas 4% da cobertura vegetal nativa, incluindo aí o Parque Nacional do Iguaçu e as capoeiras, constituídas por vegetação secundária.

Atentando para a história, o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, desde 2003, projeta a estruturação de um jardim botânico no município de Londrina, não sem dificuldades. Seria o segundo do Estado, uma vez que o único instalado nesta unidade da federação é o Jardim Botânico Municipal de Curitiba Francisca Rischbieter, com área total de 17,8 hectares, considerado por muitos “mais jardim do que botânico”.

Conclusões

A Agenda 21 procura pela cooperação entre os países, na busca de uma vida sustentável em nosso planeta. Crescer não exclui a proteção ao meio ambiente. Torna-se um ato moral atentar para estratégias, planos, políticas e procedimentos que tornem a vida viável. E tais atos não devem passar apenas por ações do Estado, mas por organizações não governamentais, atos individuais e estruturação de organismos como os jardins botânicos.

Difícil é criar e manter estruturas como os jardins botânicos, que não devem portar-se apenas como jardins ou institutos botânicos. Devem sim, atender aos objetivos que lhes cabe.

Mesmo com dificuldades de implementação, as dimensões sociais e econômicas destas instituições são amplas, passando pelo desenvolvimento de programas educacionais, promovendo a melhoria do padrão da vida das pessoas, buscando a compreensão para o desenvolvimento sustentável local e global e instalando programas que capacitem a comunidade para o combate à pobreza.

Esforços para a instalação e estruturação de jardins botânicos são mais do que louváveis: são vitais. No Brasil, infelizmente, algumas dessas poucas unidades, pedem socorro, não recebendo a devida importância.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ASSOCIATION OF BOTANICAL GARDENS AND ARBORETA. *The Public Garden*, 12(2), April, p.14-17, 1997.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE JARDINS BOTÂNICOS. Congresso Mundial de Jardins Botânicos, Junho de 2000.

DIRETÓRIO DOS JARDINS BOTÂNICOS. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

DIRETRIZES EDUCACIONAIS. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Jardins Botânicos, 2003.

Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná (FUPEF), da Universidade Federal do Paraná (2000) e SPUS (Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (2000).

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Especiais - Relatório 2002.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento. Relatório 1995, Curitiba-PR.

LEADLAY, E.; GREENE, J. *The darwin technical manual for botanic gardens*. Botanic Gardens Conservation International, 1998.

MAACK Reinhard. *Geografia Física do Paraná*. Curitiba: UFPR, 1968.

MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Paraná*. Banco de Desenvolvimento do Paraná, 1968.

NORMAS INTERNACIONAIS DE CONSERVAÇÃO PARA JARDINS BOTÂNICOS. Rio de Janeiro: EMC Edições, 2001.

SOS Mata Atlântica - Atlas de Abril de 2001

WYSE JACKSON, P. S. *Experimentation on a large scale: an analysis of the holdings and resources at botanic gardens*, 1999.

WYSE JACKSON, P. S. Convention on Biological Diversity. In: The Journal of the American Association of Botanical Gardens and Arboreta. *The Public Garden*. 12(2), April, 14-17 , 1997.

AOS COLABORADORES

A Revista TERRA E CULTURA é uma publicação semestral da UniFil. Tem por finalidade divulgar artigos científicos e/ou culturais que possam contribuir para o conhecimento, o desenvolvimento e a discussão, adequados aos núcleos de pesquisa da instituição. Um artigo encaminhado para publicação deve obedecer às seguintes normas:

- 1- Estar consoante com as finalidades da Revista.
- 2- Ser escrito em língua portuguesa e digitado em espaço duplo, papel A4, mantendo margens laterais de 3 cm (de acordo com a ABNT). Recomenda-se que o número de páginas não ultrapasse a 15 (quinze).
- 3- Tabelas e gráficos devem ser numerados consecutivamente e endereçados por seu título, sugerindo-se a não repetição dos mesmos dados em gráficos e tabelas conjuntamente.
- 4- Fotografias poderão ser publicadas. Publicar-se-ão trabalhos originais que se enquadrem em uma das seguintes categorias:
 - 4.1- Relato de Pesquisa: apresentação de investigação sobre questões direta ou indiretamente relevantes ao conhecimento científico, através de dados analisados com técnicas estatísticas pertinentes.
 - 4.2- Artigo de Revisão Bibliográfica: destinado a englobar os conhecimentos disponíveis sobre determinado tema, mediante análise e interpretação da bibliografia pertinente.
 - 4.3- Análise Crítica: será bem-vinda, sempre que um trabalho dessa natureza possa apresentar especial interesse.
 - 4.4- Atualização: destinada a relatar informações técnicas atuais sobre tema de interesse para determinada especialidade.
 - 4.5- Resenha: não poderá ser mero resumo, pois deverá incluir uma apreciação crítica.
 - 4.6- Atualidades e informações: texto destinado a destacar acontecimentos contemporâneos sobre áreas de interesse científico.
- 5- Redação – No caso de relato de pesquisa, embora permitindo liberdade de estilos aos autores, recomenda-se

que, de um modo geral, sigam à clássica divisão:

Introdução – proposição do problema e das hipóteses em seu contexto mais amplo, incluindo uma análise da bibliografia pertinente; **Metodologia**-descrição dos passos principais de seleção da amostra, escolha ou elaboração dos instrumentos, coleta de dados e procedimentos estatísticos de tratamento de dados; **Resultados e Discussão** – apresentação dos resultados de maneira clara e concisa, seguidos de interpretação dos resultados e da análise de suas implicações e limitações. Nos casos de Revisão Bibliográfica, Análises Críticas, Atualizações e Resenhas, recomenda-se que os autores observem às tradicionais etapas: **Introdução, Desenvolvimento e Conclusões.**

- 6- O artigo deverá apresentar resumo em português e abstract em inglês.
- 7- Deve ser entregue na forma de disquete.
- 8- Deverá também conter as **Palavras-chaves** e os **Key-words**.
- 9- As referências deverão ser listadas por ordem alfabética do último sobrenome do primeiro autor.
- 10- Indicar, por uma chamada de asterisco, em nota de rodapé, a qualificação técnico-profissional do(s) autor(es).
- 11- Informar o E-mail do autor ou do co-autor que deverá ser contatado pelo público leitor.
- 12- A publicação do trabalho nesta Revista dependerá da observância das normas acima sugeridas, da apreciação por parte do conselho Editorial e dos pareceres emitido pelos Consultores. Serão selecionados os artigos apresentados de acordo com a relevância a atualidade do tema, com o nº de artigos por autor, e com a atualidade do conhecimento dentro da respectiva área.

Conselho Editorial de TERRA E CULTURA.

Av Juscelino Kubitschek, 1626
86020-000 – Londrina-PR.
revista@filadelfia.br